

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO **RELATÓRIO 2025**

Sumário Executivo



Aid to the
Church in Need

ACN INTERNATIONAL

Relatório publicado pela Fundação Pontifícia ACN - Ajuda à Igreja que Sofre.

O relatório de 2025 é a 17ª edição do Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo da Fundação Pontifícia ACN, produzido de dois em dois anos. É publicado em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e português.

Esta edição é dedicada à memória de Attilio Tamburrini (1946–2022), ex-diretor da ACN Itália e criador do Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo, em 1999.

Editora-chefe: Marta Petrosillo

Presidente do Comitê Editorial e Editor Sênior: Mark von Riedemann

Comitê Editorial: Amélie Berthelin, José Luis Bazán, Maria Lozano, Raquel Martín, Dennis Peters, John Pontifex, Marcela Szymanski, Andre Stiefenhofer, Vanessa Bartelt, Roger Kiska e Irmina Nockiewicz.

Coordenadora Editorial: Vanessa Bartelt

Coordenadores Regionais: Paulina Eyzaguirre, Roger Kiska e Marta Petrosillo.

Autores: Silvan Beer, Anton DeWit, Francisco Borba Ribeiro Neto, Marissa Eckelkamp, Madeleine Enzlberger, Paulina Eyzaguirre, Francesco Leone Grotti, Roger Kiska, Viktor Koskov, Maria Lozano, Shahid Mobeen, John Newton, Marta Petrosillo e Antonella Scott.

Revisores Editoriais e Editores de Estilo: Pierre Rossi, Eldred Willey, Joseph Draycott, Ravi Jay Gunnoo, Roger Kiska, Cristina MacGillivray, Irmina Nockiewicz, Fionn Shiner, Andre Stiefenhofer e Bartholomew Townsend.

Tradutores: Filipe D'Avilez, Ravi Jay Gunnoo, Philippe Joas, Mercedes Lucini, Shahid Mobeen, Philip Muller, Sofia Sondergaard e Wort-Wahl Team.

Design: Capa: João Sotomayor @jsdesign.pt e Layout: Massimo Fioretti

Assistente Administrativa: Maria Hickl

Agradecemos o apoio do Departamento de Projetos da ACN - Ajuda à Igreja que Sofre e do seu Diretor Marco Mencaglia.

Direitos autorais e citações:

A menos que especificado de outra forma, todo o material pode ser citado sem necessidade de autorização adicional, creditando-o da seguinte forma: "Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo 2025", ACN Internacional, outubro de 2025.

Todas as fotografias utilizadas nesta publicação são creditadas individualmente. Consulte os créditos de cada imagem. Essas fotografias não podem ser reutilizadas ou reproduzidas sem a devida autorização.

Solicitações da imprensa

Contacte a ACN Brasil: atendimento@acn.org.br

Isenção de Responsabilidade

Foram feitos todos os esforços para garantir que os mais altos padrões editoriais possíveis fossem atendidos na produção do Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo. No entanto, ao apresentar o relatório, a ACN reconhece que não poderia verificar de forma independente e sem exceção todas as informações nele contidas. O relatório recorre a múltiplas fontes e apresenta casos de estudo com o objetivo de esclarecer a natureza e a gravidade das violações da liberdade religiosa. Deve-se ter o cuidado para não atribuir significado indevido aos casos selecionados. Esses são apresentados como exemplos que ilustram a natureza da situação relativa à liberdade religiosa. Em muitos casos, outros exemplos seriam igualmente suficientes. As perspectivas ou opiniões expressas não são necessariamente as da ACN, mas as dos envolvidos na compilação dos vários documentos contidos no relatório.

Salvo indicação em contrário, todos os dados por país e demografia religiosa provêm da informação mais recente disponibilizada por: Todd M. Johnson e Brian J. Grim (eds.), World Religion Database (Leiden/Boston: Brill, 2020). Os números do índice de GINI são os mais recentes, disponíveis em www.databank.worldbank.org. Os dados econômicos são todos da Base de Dados do Banco Mundial, incluindo o PIB per capita (ajustado pela PPC, para permitir a comparação entre países). Um indicador de GINI mede a desigualdade na distribuição do rendimento e do consumo. Um índice de Gini de 0 representa a igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica a desigualdade perfeita.

**Para ver a versão completa da metodologia
do Relatório, acesse o QRcode:**



25 anos defendendo a Liberdade Religiosa

*Regina Lynch, Presidente Executiva
da ACN Internacional*

O direito a viver de acordo com a própria consciência e fé está consagrado no artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mais do que uma garantia jurídica, é o pulsar da dignidade humana, lembrando-nos que **cada pessoa é chamada a procurar a verdade, a abraçá-la e a moldar a vida em torno dela**. Onde este direito é respeitado, a paz e a justiça podem florescer; onde é negado, o espírito humano fica diminuído e a sociedade perde o seu próprio fundamento.

Há 25 anos que o Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo analisa a qualidade deste direito fundamental em 196 países. É o único estudo global deste tipo não produzido por uma organização governamental e, desde a sua primeira edição, em 1999, adota uma perspectiva deliberadamente universal. Embora produzido por uma fundação católica, este relatório documenta abusos, violações e restrições à liberdade religiosa que afetam todos os grupos religiosos. Porque se a liberdade religiosa for recusada a um grupo, não há verdadeira liberdade religiosa para ninguém.

Este relatório registra um amplo espectro de violações da liberdade religiosa, refletindo a diversidade e a complexidade do contexto global. Em vários países, essas violações manifestam-se como violência explícita, incluindo assassinatos, detenções e destruição ou confisco de locais de culto. Em outros, surgem sob formas mais discretas, mas igualmente prejudiciais, como obstáculos burocráticos, censura, proibições à educação religiosa e vários tipos de discriminação social. Esses abusos surgem de diferentes fontes. O extremismo religioso continua impulsionando a violência e a coerção, particularmente na África. Perseguições semelhantes perpetradas por extremistas persistem em regiões do Oriente Médio e da Ásia, frequentemente reforçadas por regimes autoritários, como na Coreia do Norte, onde todas as formas de prática religiosa são severamente restringidas. O nacionalismo étnico-religioso também está em ascensão, principalmente na Índia, onde as comunidades religiosas minoritárias enfrentam uma crescente pressão e hostilidade.

A América Latina tem assistido a uma acentuada deterioração, com a Nicarágua emergindo como um caso particularmente preocupante devido aos seus ataques sistemáticos contra líderes e instituições religiosas, incluindo a expulsão de bispos, sacerdotes e missionários.

A ACN - Ajuda à Igreja que Sofre é uma Fundação Pontifícia criada em 1947 para socorrer os cristãos que sofrem e são perseguidos em todo o mundo, enfrentando dificuldades e privações tanto na vida pastoral como nas suas necessidades

materiais. Há mais de 75 anos que, graças à generosidade dos nossos benfeitores, os projetos apoiados pela ACN ajudam a manter a fé viva onde a Igreja Católica enfrenta discriminação, opressão ou perseguição. Todos os anos, a ACN ajuda mais de 5.000 projetos em cerca de 140 países — reconstruindo igrejas, formando seminaristas e catequistas, fornecendo transporte aos agentes pastorais, entregando ajuda de emergência a famílias deslocadas e garantindo a presença da Igreja nos ambientes mais difíceis. A nossa missão está alicerçada sobre três pilares: informação, oração e ajuda concreta, por meio da coleta e divulgação de informação fidedigna sobre a situação dos cristãos em todo o mundo — um esforço que se materializa também neste relatório.

Expor a verdade sobre as violações é o primeiro passo para a mudança. Não basta lamentar a injustiça, é preciso trazê-la à tona. Este relatório é tanto um testemunho como um apelo à ação. Ele nos lembra que a defesa da liberdade religiosa não é um princípio abstrato, mas uma realidade vivida por milhões de pessoas. Para além da assistência pastoral e de emergência, a edição deste ano disponibiliza também aos leitores formas concretas de apoiar aqueles cuja liberdade de crença está ameaçada, uma vez que a solidariedade deve ser expressa em ações.

Ao apresentarmos esta edição, renovamos o nosso compromisso com a defesa do direito à liberdade religiosa de todas as pessoas, reconhecendo que se trata de uma responsabilidade partilhada que diz respeito a todos nós. Por isso, convidamos também cada leitor a tomar medidas concretas: denunciar violações, conscientizar e se manter informado, para que aqueles que sofrem por causa da fé não sejam abandonados ao silêncio e ao isolamento. Cada um de nós deve fazer a sua parte, porque onde a liberdade religiosa prospera, a paz, a justiça e a plena dignidade da pessoa humana são fortalecidas. **A liberdade religiosa não é um privilégio — é um direito humano fundamental.**



ÍNDICE

Introdução	3
Prefácio	5
Principais Conclusões	6
Principais Tópicos	
A evolução do jihadismo	8
Fugindo da perseguição e discriminação motivadas pela religião	10
A influência do modelo cubano na Venezuela e Nicarágua	12
Análise Global	16
Análise Regional	
África Subsaariana	24
Ásia Continental	32
Ásia Marítima e Pacífico	36
Oriente Médio e Norte da África	42
Países da OSCE	48
América Latina e Caribe	52
Contexto	
Educar para a liberdade: ensinar a tolerância, empoderar minorias	14
Os fulani e o jihadismo na África: entre o legado e a manipulação	22
Um novo tempo: a liberdade religiosa na era da inteligência artificial	30
O triângulo de Mianmar: os grupos políticos, étnicos e religiosos	34
Lei, poder e prática no mundo muçulmano: as muitas faces da sharia	40
Perseguição educada: o pecado da omissão	46
O Papa Francisco e a liberdade religiosa: um direito à paz	58
Estudos de casos	
Rollo, Burkina Faso: o deslocamento forçado de uma comunidade cristã	21
O papel ativo da Igreja em Cabo Delgado	28
Burkina Faso: o jogo da paz	29
China: as restrições legais ao ensino religioso para menores	38
Índia: as leis anticonversão	39
O direito decrescente à objeção de consciência	51
Entre tiros e bênçãos	57
Tendências Globais da Liberdade Religiosa	60
Mapa e Infográfico	66
Fontes	72

PREFÁCIO

'Miriam', uma cristã que sofre perseguição no Paquistão*

Eram 6 horas da manhã quando tudo começou. Eu e a minha família estávamos em casa e fomos subitamente acordados por uma multidão em frente à nossa casa. Gritavam: "Vamos queimar vocês, saiam de casa!". Estávamos aterrorizados. O barulho da multidão era cada vez mais alto. Acusaram o meu avô de blasfêmia. O meu avô e todos nós dissemos que não sabíamos do que estavam falando. Eles se recusaram a aceitar o que dissemos e começaram a arrombar as portas e a quebrar as paredes e janelas. Eles incendiaram a fábrica de calçados ao lado, que era de propriedade do meu avô. Invadiram o meu quarto. Eu estava noiva e planejava me casar em breve. Os meus pais guardavam objetos no meu quarto, como móveis, roupas e outros presentes, que faziam parte do meu dote para o dia do meu casamento. A maioria desses objetos foram roubados, outros foram destruídos.

Corremos para salvar as nossas vidas. Ficamos escondidos no banheiro durante seis ou sete horas até que a polícia nos mandou sair. A essa altura, o lugar inteiro estava destruído. Tudo quebrado, sem água encanada, sem eletricidade. Estávamos desesperados para encontrar meu avô. Encontramos um homem caído no chão. Ele estava coberto de sangue. Os seus dentes estavam quebrados, assim como o nariz, e todos os ossos do seu corpo pareciam estar esmagados. Disseram para nós que aquele homem ali caído era o meu avô, mas simplesmente não conseguíamos acreditar. Ele estava tão gravemente ferido que não respondeu quando o chamamos pelo nome. Pouco depois, o meu avô morreu no hospital devido aos ferimentos e, em poucos dias, a minha avó também morreu, tamanho era a sua dor.

O meu avô e toda a nossa família foram vítimas de perseguição por causa da nossa fé. Somos uma minoria e não prejudicamos os outros, mas eles nos prejudicam. Ser cristão no Paquistão já não é seguro.

A falta de liberdade religiosa é um problema enorme que prejudica profundamente muitas famílias e sociedades. A liberdade religiosa é essencial para a identidade de uma pessoa, de uma família, de uma comunidade. Se a liberdade religiosa for pisoteada, é uma negação dos direitos humanos. No nosso país e em outros também, a Constituição reconhece o direito à liberdade religiosa, mas, na prática, as comunidades religiosas minoritárias não têm esse direito. Enfrentamos discriminação,

intolerância e violência, como vimos no caso do meu avô e da nossa família. No meu país, nós, cristãos, respeitamos os outros, respeitamos a sua religião, mas muitas vezes não nos demonstram respeito recíproco.

É por isso que a minha família e eu estamos muito gratos à ACN por ter produzido o Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo. Este relatório não só destaca a situação da liberdade religiosa em todo o mundo, como também mostra como os governos e os grupos restringem ou negam essa liberdade. É um direito humano esquecido. Se queremos paz e justiça, precisamos de liberdade religiosa. Os culpados precisam ser levados à justiça, a lei precisa ser cumprida. As pessoas precisam ter o direito de expressar a sua fé em público, em privado, conscientemente e com respeito pelo Estado de direito.

O dia em que perdemos o meu avô está gravado no meu coração. Podemos recuperar os nossos pertences, podemos reconstruir a nossa casa, mas não podemos trazer o meu avô ou a minha avó de volta. Ao honrar a sua memória e procurar justiça pela sua morte, rezamos para que este relatório ajude as pessoas a compreender o terrível preço que muitos pagam pela falta de liberdade religiosa, uma liberdade que, como podemos testemunhar, é a diferença entre a vida e a morte.

* Miriam, cujo nome foi alterado por razões de segurança, olha para uma fotografia dos avós





PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Em um mundo marcado por crescente instabilidade, da guerra na Ucrânia ao conflito na Terra Santa e à ascensão global de governos autoritários, a liberdade religiosa está sob crescente ameaça.

O Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo 2025, da ACN, conclui que houve graves violações da liberdade religiosa em **62 países**: 24 classificados como "perseguição" (a pior categoria) e 38 como "discriminação" (a segunda categoria mais grave), afetando, em conjunto, **mais de 5,4 bilhões de pessoas**. Essas violações sinalizam um ataque mais amplo aos direitos consagrados no artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Hoje, este direito fundamental não só está sob pressão, como está desaparecendo progressivamente.

A seguir são apresentadas as principais conclusões do período abrangido por este relatório (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024). Três delas, que abordam temas-chave que moldam a liberdade religiosa hoje, são exploradas com mais detalhe nos artigos: A evolução do jihadismo, Fugindo da perseguição e discriminação motivadas pela religião e 'A influência do modelo cubano na Venezuela e Nicarágua'.

1. Quase dois terços da humanidade — mais de 5,4 bilhões de pessoas — vivem em países onde ocorrem graves violações da liberdade religiosa. Os 62 países classificados como alvo de perseguição ou discriminação abrigam quase 64,7% da população global. Durante o período deste relatório, apenas dois desses países - Cazaquistão e Sri Lanka - apresentaram melhorias.

2. 24 países estão classificados na pior categoria: perseguição. Violações graves e sistêmicas, incluindo violência, detenção e repressão, afetam mais de 4,1 bilhões de pessoas em países como a China, a Índia, a Nigéria e a Coreia do Norte. Em 75% desses países (18 em 24), a situação se agravou.

3. 38 países estão classificados como vítimas de discriminação religiosa, o que afeta potencialmente mais de 1,3 bilhão de pessoas, 17,3% da população mundial. Nesses países, como o Egito, a Etiópia, o México, a Turquia e o Vietnã, os grupos religiosos enfrentam restrições sistemáticas ao culto, à expressão e à igualdade jurídica. Embora não estejam sujeitos à repressão violenta, a discriminação frequentemente resulta em marginalização e desigualdade jurídica.

4. 24 países estão classificados como “sob observação” em meio a uma onda de sinais de alerta que ameaçam a liberdade religiosa. Entre eles, estão o aumento da intolerância, a erosão das proteções legais, o extremismo religioso e a crescente interferência estatal na vida religiosa. Isto significa que 750 milhões de pessoas correm o risco de discriminação religiosa. Nos mapas da Análise Regional, esses países estão assinalados com um símbolo de lupa.

5. Os governos autoritários são a maior ameaça à liberdade religiosa. Os regimes autoritários têm aplicado sistematicamente mecanismos legais e burocráticos para suprimir a vida religiosa. Em países como a China, a Eritreia, o Irã e a Nicarágua, o governo reprime a religião por meio da vigilância generalizada, legislação restritiva e repressão de crenças dissidentes. O regime autoritário está entre os principais impulsionadores da perseguição em 19 países e sustenta padrões de discriminação em outros 33.

6. A violência jihadista aumenta, adapta-se e desestabiliza em uma escala sem precedentes. Em 15 países, o extremismo religioso é um dos principais impulsionadores da perseguição; em outros 10, contribui para a discriminação. Do Sahel ao Paquistão, os grupos jihadistas se expandem por meio de redes descentralizadas, tendo como alvo os cristãos e os muçulmanos que não aceitam a ideologia extremista. Explorando as queixas locais e um governo fraco, grupos terroristas como o JNIM (Jama'at Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin) e o ISSP (autoproclamado grupo Estado Islâmico da Província do Sahel) ampliam o seu controle no Sahel, enquanto o Ansar al-Sunna ou ISCAP (autoproclamado grupo Estado Islâmico da Província da África Central) em Moçambique e as ADF (Forças Democráticas Aliadas) na República Democrática do Congo procuram estabelecer um "califado" para legitimar a sua autoridade e ideologia.

7. O nacionalismo religioso está aumentando, alimentando a exclusão e a repressão das minorias. A identidade nacional é cada vez mais moldada pelo nacionalismo étnico-religioso, corroendo os direitos das minorias. Na Índia e em Mianmar, isso impulsiona a perseguição. Na Palestina, em Israel, no Sri Lanka e no Nepal, alimenta a discriminação. A Índia exemplifica a "perseguição híbrida", ou seja, a repressão legal combinada com a violência das multidões. Narrativas majoritárias são instrumentalizadas para consolidar o poder, enquanto os sistemas jurídicos e administrativos frequentemente consolidam o status de segunda classe para as minorias.

8. A perseguição religiosa alimenta cada vez mais a migração forçada e o deslocamento. Milhões de pessoas fugiram da violência, da discriminação e da ausência de proteção estatal, cujas causas estão enraizadas na intolerância religiosa. Na Nigéria, os ataques de extremistas fulani devastaram igrejas, aldeias e clérigos, desencadeando deslocamentos em massa. Na região do Sahel - Burkina Faso, Níger e Mali - e em plena guerra civil no Sudão, comunidades religiosas inteiras foram desarraigadas, os seus locais de culto destruídos e o patrimônio religioso eliminado. A perseguição religiosa é um fator importante, e frequentemente ignorado, da atual crise global dos deslocamentos.

9. O crime organizado visa sistematicamente os líderes e as comunidades religiosas. Em países enfraquecidos ou falidos e em regiões de conflito, os grupos criminosos visam os líderes e as instituições religiosas para consolidar o seu controle. Em três países, Nigéria, Haiti e México, o crime organizado é um dos principais fatores da perseguição ou discriminação. Nas regiões com um governo fraco, particularmente na América Latina e na África Subsaariana, as igrejas são saqueadas, os líderes religiosos sequestrados ou mortos e as organizações religiosas pressionadas ao silêncio ou à cumplicidade.

10. A liberdade religiosa tornou-se uma vítima global da guerra perante um aumento repentino de conflitos em todo o mundo. Houve um crescimento exponencial de comunidades religiosas que sofrem as consequências da guerra em meio a uma onda de conflitos em todo o mundo: guerras civis, guerras entre países e conflitos regionais. Os conflitos armados na Ucrânia, Sudão, Mianmar, Gaza e Nagorno-Karabakh resultaram em deslocamentos em massa, fechamento de igrejas e ataques direcionados a comunidades religiosas.

11. Houve um aumento acentuado dos crimes de ódio antissemitas e antimuçulmanos. Após o ataque do Hamas em Israel, no dia 7 de outubro de 2023, e a subsequente guerra em Gaza, os incidentes antissemitas e antimuçulmanos aumentaram em toda a Europa, América do Norte e América Latina. Na França, os atos antissemitas aumentaram 1.000%, enquanto os crimes de ódio contra muçulmanos aumentaram 29%. A Alemanha registrou 4.369 crimes associados ao conflito, um aumento considerável em comparação aos apenas 61 registrados em 2022. Foram atacadas sinagogas e mesquitas, indivíduos foram assediados e o discurso de ódio proliferou no ambiente online. Em muitos casos, as respostas governamentais se mostraram inadequadas, alimentando o medo e a insegurança entre as comunidades religiosas.

12. Os incidentes anticristãos estão aumentando nos países ocidentais. A Europa e a América do Norte testemunharam um aumento significativo de ataques contra locais e fiéis cristãos. Só em 2023, a França registrou aproximadamente 1.000 incidentes anticristãos, enquanto a Grécia reportou mais de 600 casos de vandalismo em

igrejas. No Canadá, de acordo com uma notícia da CBC News, pelo menos 33 igrejas foram destruídas por incêndios entre maio de 2021 e dezembro de 2023, e 24 incidentes foram confirmados como incêndios criminosos. Aumentos semelhantes foram observados na Espanha, Itália, Estados Unidos e Croácia, incluindo profanações de locais de culto, agressões físicas a clérigos e interrupção de serviços religiosos, frequentemente motivados por hostilidade ideológica, ativismo militante ou extremismo antirreligioso.

13. A objeção de consciência está sob crescente ameaça. Em toda a região da OSCE, o direito à objeção de consciência enfrenta restrições crescentes. Em países como a Armênia, o Azerbaijão, a Ucrânia e a Rússia, foram detidos indivíduos que se recusaram a prestar serviço militar por motivos religiosos ou éticos. Entretanto, nas democracias ocidentais como a Bélgica, as instituições religiosas estão sob crescente pressão legal para disponibilizar serviços como o aborto e o suicídio assistido.

14. A IA e as ferramentas digitais estão sendo utilizadas como armas para reprimir grupos religiosos. Da inteligência artificial às redes de vigilância, as novas tecnologias são cada vez mais utilizadas para monitorar, traçar perfis e penalizar expressões religiosas. Em países como a China, a Coreia do Norte e o Paquistão, tanto os governos como os agentes não estatais utilizam ferramentas digitais para censurar, intimidar e criminalizar os fiéis, transformando a fé religiosa em uma ameaça à segurança.

15. Duplamente vulneráveis: mulheres e meninas de minorias religiosas - algumas com apenas 10 anos de idade - sofrem abusos sistemáticos. Durante o período deste relatório, violações graves contra mulheres e meninas de minorias religiosas continuaram a ser documentadas. Em países como o Paquistão, o Egito e Moçambique, as vítimas - algumas com apenas 10 anos de idade - foram submetidas a sequestros, conversões forçadas e casamentos forçados. São centenas de abusos que ocorrem todos os anos e, na grande maioria dos casos, ficam impunes.

16. Apesar do agravamento do contexto da liberdade religiosa, as comunidades religiosas têm demonstrado uma resiliência inabalável como agentes de paz, bem como de ajuda emergencial e pastoral. Apesar da perseguição, as comunidades religiosas continuam demonstrando uma resiliência impressionante, envolvendo-se ativamente na construção da paz e prestando assistência humanitária essencial. Da região de Cabo Delgado, em Moçambique, a Burkina Faso, as iniciativas inter-religiosas demonstraram que a liberdade religiosa pode servir de base para a unidade e salvaguardar a dignidade humana. A educação desempenha um papel fundamental neste processo, promovendo a coesão social, afirmando a igualdade de valor de todos os indivíduos e capacitando os grupos minoritários, tanto cultural quanto economicamente.

A evolução do jihadismo

Dr Francesco Marone

Nos últimos anos, o jihadismo global entrou em uma nova fase distinta de evolução transnacional. O colapso do “califado” territorial do autoproclamado grupo Estado Islâmico (EI ou Daesh) no Iraque e na Síria em 2019 não representou uma derrota decisiva para esta complexa ameaça. Grandes organizações, como o autoproclamado grupo Estado Islâmico e a Al-Qaeda, apesar de atualmente carecerem de uma liderança central clara, continuaram buscando os seus objetivos.

Além disso, em diversas regiões, os seus seguidores demonstraram, embora em diferentes graus, capacidade de adaptação, recalibrando as suas agendas para lidar com queixas específicas e condições locais. O autoproclamado grupo Estado Islâmico combinou um certo grau de autonomia regional com elementos de coordenação central.¹ No Ocidente, a ameaça jihadista é representada principalmente por pequenas células autônomas e agentes solitários.

Os jihadistas têm procurado explorar oportunidades emergentes, como o conflito que eclodiu entre o Hamas e Israel em 2023,² tanto para fins de propaganda quanto estratégicos.

As transformações do jihadismo são particularmente evidentes no Oriente Médio e na África, onde os grupos jihadistas muitas vezes se adaptaram a novas circunstâncias, com graves consequências para as populações civis, incluindo as comunidades cristãs.

O Oriente Médio continua sendo um palco fundamental para o jihadismo. Após o colapso do seu “califado”, o autoproclamado grupo Estado Islâmico tem optado frequentemente por táticas de insurgência de baixa intensidade. O grupo estabeleceu células clandestinas, particularmente ativas em áreas rurais do centro da Síria e do norte do Iraque.

Além disso, após a queda repentina do regime do presidente Bashar al-Assad, em dezembro de 2024, os grupos jihadistas aparentemente manifestaram interesse em desestabilizar o novo governo da Síria, embora este seja, ele próprio, um desdobramento da Al-Qaeda. Por exemplo, uma formação jihadista pouco conhecida, a Saraya Ansar al-Sunnah, assumiu a responsabilidade por um devastador ataque suicida à Igreja de Mar Elias, em Damasco, no dia 22 de junho de 2025, um domingo.³

Na vizinha Turquia, no dia 28 de janeiro de 2024, também um domingo, um ataque armado do autoproclamado grupo Estado Islâmico à Igreja católica de Santa Maria, em Istambul, pôs fim a um longo período em que a organização não conseguiu realizar operações bem-sucedidas no país. Esses ataques a fiéis cristãos são um símbolo da persistente



hostilidade jihadista contra as minorias religiosas, mesmo em locais que normalmente não são considerados zonas de conflito ativas.

O ataque mortal em Istambul, reivindicado pelo autoproclamado grupo Estado Islâmico, é quase certo que foi executado pela sua filial afegã, o grupo Estado Islâmico da Província de Khorasan (ISKP). Nos últimos anos, esta sofisticada “província” expandiu significativamente o seu alcance transnacional muito para além da sua base original, não apenas por meio de campanhas de propaganda multilíngue, mas também por meio de operações violentas em vários países, incluindo o ataque terrorista de alto nível em uma sala de espetáculos perto de Moscou no dia 22 de março de 2024.

Enquanto isso, a África emergiu como o cenário das atividades jihadistas mais mortais. No Sahel, a tendência predominante é uma expansão das operações da Jama’at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), uma poderosa filiada da Al-Qaeda, juntamente com um ressurgimento da atividade do grupo Estado Islâmico da Província do Sahel (ISSP).

A situação é também preocupante na África Ocidental, onde grupos jihadistas como o grupo Estado Islâmico da Província da África Ocidental (ISWAP) e o Boko Haram permanecem ativos. O ISWAP, em particular, estabeleceu estruturas de governança quase estatais em algumas áreas da Bacia do Chade.

Na África Central, as Forças Democráticas Aliadas (ADF), afiliadas ao autoproclamado grupo Estado Islâmico, demonstraram uma resiliência notável, apesar de terem sofrido perdas significativas. O seu ataque a uma igreja católica no nordeste da República Democrática do Congo durante uma vigília noturna no dia 27 de julho de 2025, no qual quase 40 fiéis foram mortos, foi um dos vários incidentes que revelam um padrão consistente de violência anticristã.

Na África Oriental, o al-Shabaab, filiado à Al-Qaeda, continua a manter o controle territorial e a conduzir operações de grande escala no sul e no centro da Somália. Na região da Puntlândia, o grupo Estado Islâmico da Província da Somália estabeleceu uma presença competitiva.

Além desses pontos críticos, outras regiões do continente, incluindo o norte de Moçambique, suscitam sérias preocupações. Nessas regiões, o autoproclamado grupo Estado Islâmico e a Al-Qaeda procuram explorar as fragilidades estruturais, incluindo vácuos de governança, tensões sociais e dificuldades económicas. No entanto, geralmente competem entre si e, nas áreas onde as suas esferas de atuação se sobrepõem, isso às vezes resulta em confrontos diretos, com ambas as entidades competindo por recrutas, controle territorial e influência.

Concluindo, o jihadismo não diminuiu significativamente nos últimos anos, pelo contrário, adaptou-se. A ameaça persiste a nível global por meio de uma rede multifacetada de grupos e extremistas solitários. Uma das tendências mais preocupantes tem sido o ataque contínuo, e em alguns casos crescentes, às comunidades cristãs. Esses ataques não são episódios isolados, mas sim a manifestação da lógica sectária profundamente enraizada que está no cerne do jihadismo contemporâneo.



Frame de um vídeo divulgado pelo grupo Estado Islâmico da África Ocidental.

PRINCIPAIS TÓPICOS

Fugindo da perseguição e discriminação por motivos religiosos

José Luis Bazán, PhD

Mais de 123 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas à força, seja dentro das fronteiras dos seus países de origem (73,5 milhões de deslocados internos), ou buscando proteção internacional em outro país como refugiados.⁴ A perseguição e a discriminação religiosas são forças persistentes que impulsionam este processo massivo.

Mais de 1,3 milhão de rohingyas, predominantemente muçulmanos, fugiram de Mianmar devido à violência direcionada.⁵ Antes de a Síria mergulhar em uma guerra civil de 13 anos, os cristãos representavam cerca de 10% da população, enquanto agora representam apenas cerca de 2% a 3%.⁶ O mesmo destino aconteceu com os cristãos de outros países do Oriente Médio, como o Iraque, onde a comunidade cristã foi dizimada, passando de 1,5 milhão antes da intervenção da coalizão internacional em 2003 para cerca de 150-250 mil na atualidade,⁷ muitos dos quais foram deslocados para a região do Curdistão.⁸ Na década de 1970, cerca de 700.000 hindus e sikhs viviam no Afeganistão, mas o número caiu para 220.000 em 1992 e para menos de 100 em 2021, depois que o Talibã retornou ao poder.⁹



Na África Subsaariana, milhões de pessoas foram deslocadas à força após ataques de diferentes grupos jihadistas. No Mali, Burkina Faso, Níger e Chade, mais de três milhões de pessoas foram deslocadas internamente e mais de dois milhões fugiram, principalmente para países vizinhos.¹⁰ Os ataques terroristas de grupos jihadistas são a principal causa desse deslocamento em massa.¹¹ Em Burkina Faso, os mais afetados pelos extremistas islamistas incluem a maioria dos muçulmanos do país, que não concordam com os objetivos e táticas agressivas dos extremistas, bem como a grande população cristã da antiga colônia francesa.¹²

No Paquistão, as minorias religiosas enfrentam não só violência direcionada, mas também discriminação estrutural, o que torna a vida insustentável e obriga muitos a emigrar.¹³

As causas do pedido de asilo variam conforme a região e as comunidades religiosas envolvidas, embora existam três fontes principais de perseguição com motivação religiosa: o jihadismo, os regimes autoritários e o nacionalismo étnico-religioso radical.

Quando um indivíduo tem um receio fundado de ser perseguido por causa da sua religião e não pode ou não deseja permanecer no seu próprio país, ou retornar a ele, torna-se um refugiado de acordo com a Convenção da ONU sobre Refugiados de 1951 e o seu Protocolo de 1967 (artigo 1º, A, 2).¹⁴ Quando a vítima não é perseguida diretamente, mas está sujeita a restrições onerosas e discriminatórias ou intolerância por parte das autoridades e da sociedade,

pode, em alguns casos, ser também considerada refugiada.¹⁵ O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional considera o deslocamento forçado de pessoas afetadas por expulsão ou outros atos coercitivos como um crime contra a humanidade (artigo 72, d), enquanto “ordenar o deslocamento da população civil por razões relacionadas ao conflito” é classificado como um crime de guerra (artigo 8º, 2, e, VIII).¹⁶

A perseguição e a discriminação baseadas na fé, por parte de agentes estatais ou não estatais, levam as vítimas de uma comunidade religiosa a abandonarem as suas terras de origem, apagando sua contribuição histórica para a identidade do país onde estiveram presentes, em muitos casos durante séculos. Isso corrói a diversidade religiosa e abre caminho para o sectarismo religioso, ampliando a distância em relação a outras regiões do mundo onde existe pluralismo religioso.

Por vezes, aqueles que procuram asilo por motivos religiosos tornam-se vítimas de intolerância e discriminação nos próprios países de acolhimento - seja por parte de outros requerentes de asilo ou de membros de outras comunidades étnicas e religiosas. Este problema é especialmente grave no caso dos convertidos ao cristianismo e dos cristãos que foram para países predominantemente muçulmanos, que foram assediados em centros de acolhimento por muçulmanos por praticarem o cristianismo ou por não observarem, por exemplo, o Ramadã.¹⁷ Além disso, os pedidos de asilo feitos por cristãos convertidos são frequentemente rejeitados, uma vez que as autoridades avaliam os seus pedidos com base no seu pouco conhecimento da teologia cristã e não na sinceridade das convicções dos requerentes. Isso leva muitas vezes, na deportação para o país de origem, o que pode significar a pena de morte para essas pessoas.¹⁸



Homens, mulheres e crianças Rohingya são forçados a fugir de Mianmar e buscar proteção em Bangladesh.

A influência do modelo cubano na Venezuela e Nicarágua

Os regimes autoritários de todo o mundo têm colocado cada vez mais a supressão da religião no centro das suas estratégias de consolidação do poder. Por meio da vigilância, da legislação restritiva e do silenciamento de vozes dissidentes, as comunidades religiosas são subordinadas à autoridade estatal e privadas de sua autonomia. Essa dinâmica constitui um dos principais motivadores da perseguição em 19 países e sustenta padrões de discriminação em outros 33. Também se consolidou em alguns países da América Latina, onde projetos autoritários em Cuba, Venezuela e Nicarágua apresentam paralelos marcantes em sua regulamentação e repressão da vida religiosa.

A Revolução Cubana de 1959 estabeleceu o regime autoritário mais duradouro das Américas. Baseado na concentração do poder em um só partido e na supressão do pluralismo político, o modelo cubano teve como eixo central o controle total da sociedade. Isso se traduziu em décadas de repressão, vigilância e exclusão da Igreja da esfera pública, por ser considerada uma ameaça ao Estado socialista.

Longe de se limitar a Cuba, esse modelo foi replicado, com variações, na Venezuela e na Nicarágua, onde padrões semelhantes de repressão, cooptação institucional e erosão das liberdades fundamentais podem ser observados, bem como uma intensificação da perseguição contra líderes e comunidades que têm uma voz crítica ou profética.

O MODELO CUBANO: SUBORDINAÇÃO DA RELIGIÃO AO PARTIDO

Em Cuba, a liberdade religiosa tem estado historicamente subordinada aos interesses do Partido Comunista. A Constituição declara o marxismo-leninismo como ideologia de Estado, e qualquer expressão de fé deve estar alinhada a essa estrutura. Embora nas últimas décadas tenham existido certos gestos de abertura, o controle permanece rigoroso e as comunidades religiosas continuam sob estrita vigilância.¹⁹

Após a revolução, o ensino confessional foi abolido, a participação das Igrejas na vida social foi suprimida e os seus líderes foram marginalizados ou monitorados pelo aparato estatal. A estratégia combina a cooptação, a vigilância e a criminalização, reduzindo as comunidades religiosas a um papel subordinado dentro da estrutura estatal. A repressão

não é apenas coercitiva, mas também simbólica: o Estado se arroga o papel de representar o bem comum, deslegitimando todas as vozes dissidentes, incluindo as religiosas, criando um ecossistema fechado onde o pluralismo é visto como uma ameaça.²⁰

EXPORTAÇÃO DO MODELO: CONTROLE, VIGILÂNCIA E DISSUAÇÃO

A projeção internacional do modelo cubano foi especialmente evidente na Venezuela e na Nicarágua. Para além da afinidade ideológica, houve uma transferência deliberada de métodos de controle político, jurídico e religioso.²¹ A Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciou a presença de agentes cubanos envolvidos em serviços de informação e repressão em ambos os países, bem como a adoção de práticas institucionais inspiradas no sistema cubano.²²

Os três regimes partilham elementos estruturais comuns: concentração de poder nas elites político-familiares, cooptação do judiciário, censura da mídia e criminalização sistemática da dissidência.²³ Nesse contexto, a liberdade religiosa tem sofrido um processo paralelo de erosão, sobretudo entre os setores eclesiais que mantêm uma voz crítica contra o abuso de poder.

Os três regimes partilham uma série de métodos comuns para limitar a autonomia das comunidades religiosas.²⁴ Em primeiro lugar, exigem o registro obrigatório das organizações religiosas, permitindo ao Estado supervisionar e condicionar o seu funcionamento. Em seguida, monitoram igrejas, eventos litúrgicos, líderes e atividades sociais de grupos religiosos, especialmente quando esses podem influenciar a opinião pública ou se envolver na defesa dos direitos humanos.

Além disso, os regimes recorrem frequentemente a campanhas de difamação e a pressões midiáticas sobre líderes religiosos críticos, muitas vezes por meio de veículos estatais ou paraestatais. Ao mesmo tempo, cooptam líderes simpáticos e promovem a criação de uma “Igreja pró-governo” que apoia a narrativa do regime, enquanto os líderes independentes enfrentam a criminalização, o assédio legal ou mesmo a expulsão. No âmbito do controle narrativo, a propaganda é utilizada para retratar as comunidades religiosas como ameaças à ordem nacional e ao bem comum. Por fim, a circulação de religiosos é restringida por meio de obstáculos à concessão de vistos para clérigos estrangeiros, proibição à entrada de missionários e expulsão de sacerdotes ou pastores, consolidando desta forma o controle abrangente sobre a vida religiosa e a sua influência social.²⁵

VENEZUELA: REPRESSÃO ENCOBERTA APESAR DA LIBERDADE CONSTITUCIONAL

Desde a ascensão de Hugo Chávez em 1999, e com maior intensidade com Nicolás Maduro, a Venezuela evoluiu para um regime autoritário com fortes laços com Cuba. O reconhecimento constitucional da liberdade religiosa e



Mural em Havana mostrando três figuras revolucionárias de perfil: Julio Antonio Mella, Camilo Cienfuegos e Che Guevara.

a frequente profissão de fé cristã pelo próprio presidente Chávez coexistiram com práticas sistemáticas de assédio, vigilância, obstáculos jurídicos, restrições a eventos públicos e campanhas de difamação através dos meios de comunicação estatais.

O Estado promoveu a criação de uma “Igreja pró-governo” alinhada com o seu discurso ideológico, ao mesmo tempo que restringiu a atividade pastoral dos setores eclesiais que acompanham as comunidades marginalizadas ou se manifestam contra a repressão. Esta instrumentalização da religião procura desarticular a função profética das Igrejas, neutralizando-as como agentes sociais autônomos. A presença de assessores cubanos nas agências de segurança venezuelanas contribuiu para replicar os mecanismos de controle ideológico-religioso observados em Havana.²⁶

NICARÁGUA: PERSEGUIÇÃO ABERTA E CRIMINALIZAÇÃO DA IGREJA²⁷

A Nicarágua representa uma intensificação dessa dinâmica. Desde o seu retorno ao poder em 2007, o presidente Daniel Ortega estabeleceu um regime de partido único que adotou uma atitude abertamente hostil em relação à Igreja Católica e a outras denominações cristãs.

O governo expulsou clérigos, confiscou propriedades da Igreja, proibiu procissões e atos litúrgicos públicos e prendeu clérigos que se manifestaram contra a repressão estatal. A narrativa oficial retrata a Igreja como inimiga do Estado e da soberania, deslocando assim as comunidades religiosas da esfera pública e reduzindo o seu trabalho pastoral ao puramente cerimonial, muitas vezes sendo forçados até mesmo à clandestinidade.

A repressão religiosa na Nicarágua não é apenas ideológica, mas também estrutural: o controle do registro das organizações religiosas, a censura, a vigilância policial, a expulsão de clérigos estrangeiros e a utilização de leis antiterroristas contra os líderes da Igreja constituem um sistema deliberado de criminalização da fé ativa, semelhante ao empregado em Cuba.

MIGRAÇÃO: IMPACTO NAS IGREJAS E DESESTABILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A influência do modelo cubano gerou crises migratórias sem precedentes. Entre 2022 e 2023, Cuba sofreu uma emigração massiva de 1,8 milhão de pessoas (18% da população), reduzindo a sua população para 8,6 milhões.²⁸ A Nicarágua registrou um êxodo de mais de 719 mil pessoas entre 2018 e 2023, o equivalente a 22% da população total.²⁹ A Venezuela enfrenta a maior crise migratória da América Latina, com mais de 7,7 milhões de emigrantes desde 2014, aproximadamente 25% da população.³⁰

Existem causas comuns por trás da migração em massa desses três países, incluindo profundas crises econômicas, repressão política e graves restrições às liberdades fundamentais, inclusive a liberdade religiosa. Essa emigração agrava a deterioração da liberdade religiosa ao esvaziar as comunidades de seus membros mais ativos e críticos, enfraquecendo as estruturas religiosas internas e consolidando um ambiente cada vez mais controlado por regimes autoritários.

Educar para a liberdade: ensinar a tolerância, empoderar minorias

Marielle Boutros

A educação é um fator decisivo na formação dos valores, percepções e capacidades sociais dos futuros cidadãos adultos. Em seus anos de formação, as crianças vivenciam a escola como um microcosmo da sociedade, encontrando a cooperação e a competição, a inclusão e a exclusão, a justiça e a injustiça. Além de adquirir conhecimento acadêmico, elas aprendem a interagir com a diversidade, a negociar as diferenças e a compreender as responsabilidades de viver em sociedade.

Essas experiências iniciais influenciam a sua visão de mundo, a sua futura participação na vida cívica e a sua abordagem a pessoas de diferentes crenças. A educação, portanto, não é meramente um empreendimento acadêmico; pode ser um motor primordial da coesão social e da dignidade humana. Pode também ser um dos instrumentos mais eficazes para promover a liberdade religiosa e garantir o reconhecimento da igual dignidade, consciência e valor de cada pessoa. Este reconhecimento não é inato, deve ser ensinado e modelado.

Em um mundo polarizado pelo medo, a educação pode ser um lugar onde uma cultura de paz e respeito mútuo começa a se enraizar. E a sala de aula, quando moldada por valores de abertura, responsabilidade e cuidado, torna-se não apenas um local de aprendizagem, mas também de formação do caráter.

A EDUCAÇÃO E A PROTEÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA

A liberdade religiosa floresce onde os indivíduos aprendem a interagir respeitosamente com aqueles que têm crenças diferentes. As escolas que cultivam o pensamento crítico e a empatia preparam os alunos para rejeitar a intolerância e resistir a narrativas extremistas. Isto é particularmente relevante para a proteção das comunidades minoritárias, que enfrentam muitas vezes discriminação e marginalização.

Quando as minorias têm acesso a uma educação de qualidade, especialmente em ambientes inclusivos e pluralistas, estão mais bem preparadas para defender os seus direitos, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das suas comunidades e preservar a sua identidade cultural e religiosa. A educação tem um duplo propósito: salvaguardar as liberdades fundamentais e permitir um desenvolvimento equitativo.

Nos Estados frágeis e nas sociedades afetadas por conflitos, as escolas também podem atenuar os fatores de discriminação religiosa, promovendo experiências partilhadas entre crianças de diferentes origens. A exposição precoce à diversidade ajuda a dismantelar estereótipos antes que se tornem muito fortes, criando gerações mais dispostas a cooperar entre religiões.

LÍBANO: UM CASO EXEMPLAR

O Líbano, um dos países com maior diversidade religiosa do Oriente Médio, oferece um exemplo instrutivo. Com 18 comunidades religiosas oficialmente reconhecidas, o país mantém historicamente um modelo de coexistência raro na região. No cerne desta coexistência estão as escolas católicas do país, que, há décadas, servem como espaços seguros para a aprendizagem partilhada, o intercâmbio cultural e a amizade inter-religiosa.



Nessas escolas, alunos cristãos e muçulmanos não só partilham o mesmo currículo acadêmico, como também constroem experiências diárias de respeito mútuo e amizade. Crescem juntos, descobrindo as tradições, os valores e as crenças uns dos outros, não por meio dos manuais, mas por meio de relações humanas genuínas. Esta interação diária promove o respeito mútuo e derruba os preconceitos.

Devido à atual crise no Líbano, essas escolas correm o risco de fechar, pondo em risco a formação espiritual de uma geração, corroendo a vida comunitária e acelerando o declínio demográfico da comunidade cristã. O fechamento dessas escolas criaria um vazio que poderá ser preenchido por instituições sem fundamentos morais ou por agentes radicais, minando décadas de coexistência inter-religiosa e alimentando a desconfiança, a polarização e o extremismo.

UM DESAFIO GLOBAL

O imperativo de proteger e expandir a educação inclusiva é global. Do sul da Ásia à África Subsaariana, do Oriente Médio à América Latina, as comunidades minoritárias frequentemente enfrentam barreiras estruturais à educação: falta de escolas em áreas minoritárias, currículos que excluem ou deturpam a sua história, ou pressões sociais que desencorajam a frequência, especialmente para as meninas. Em alguns contextos, as restrições legais limitam explicitamente a educação religiosa ou a expressão pública de crenças minoritárias, minando o direito das crianças de aprender sobre as suas tradições.

A educação inclusiva e baseada em direitos prepara os alunos para defenderem não só os seus próprios direitos, mas também os direitos dos outros, uma salvaguarda crucial contra a escalada do preconceito para a perseguição.



© Ismael Martínez Sánchez / ACN

EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO SOCIOECONÔMICO DAS MINORIAS

Para as comunidades minoritárias, o acesso a uma educação de qualidade é também um caminho para o progresso socioeconômico, a redução da pobreza e o aumento da representação nas profissões, na governança e na vida pública. A educação facilita a independência econômica, o que, por sua vez, fortalece a capacidade das minorias de defenderem os seus direitos sem receio de retaliação ou dependência dos grupos dominantes.

INVESTIR NA ESPERANÇA

Apoiar as escolas com um compromisso explícito com a inclusão, a formação moral e o envolvimento inter-religioso é um investimento estratégico na estabilidade social. Para as minorias, o acesso a esses espaços é tanto um escudo contra a discriminação como uma porta de entrada para ganhar poder socioeconômico.

Preservar e expandir esses espaços educativos não é simplesmente uma preocupação acadêmica ou de desenvolvimento, é um imperativo moral e uma necessidade estratégica para a construção de sociedades pluralistas, resilientes e justas. Essa é a esperança em que investimos.



© ACN

Alunos da Escola Secundária St. Michael em Karachi, Paquistão.

Na imagem superior, crianças em uma sessão em grupo na escola primária das Irmãs Antoninas em Dekwaneh, Beirute.

Marta Petrosillo

A liberdade religiosa é um direito humano, consagrado no artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Se a liberdade religiosa for negada a um, será potencialmente negada a todos. Este princípio está no cerne da nossa humanidade partilhada. No entanto, como este relatório revela, é mais frequentemente um luxo do que uma garantia.

O biênio 2023-2024 foi marcado pelo aprofundamento da turbulência global: conflitos geopolíticos, recuo autoritário, aumento da desigualdade e a lenta erosão das normas democráticas. O início da guerra entre o Hamas e Israel, em outubro de 2023, desencadeou uma nova onda de violência em todo o Oriente Médio, com repercussões significativas para a diplomacia internacional e para as dinâmicas de poder regional. Ao mesmo tempo, a guerra em curso na Ucrânia não deu sinais de resolução, agravando ainda mais as relações Leste-Oeste e exacerbando as crises energéticas e alimentares globais. Na África, uma sucessão de golpes militares - combinada com a retirada das forças internacionais de manutenção da paz de países como o Mali e a República Centro-Africana - facilitou a expansão da violência jihadista por todo o Sahel e além. Entretanto, as crescentes tensões no Indo-Pacífico, particularmente em torno de Taiwan e do Mar da China Meridional, sublinharam a crescente rivalidade estratégica entre os Estados Unidos e a China.

A liberdade religiosa não escapou dessa convulsão. Em todos os continentes, desde densos centros urbanos até paisagens rurais esquecidas, indivíduos e comunidades continuam enfrentando ameaças por praticar, professar ou mesmo simplesmente se identificar com determinadas crenças.

Nesta edição de 2025 do *Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo*, investigamos as narrativas complexas e interligadas que definem as ameaças atuais à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. O relatório classifica os países em quatro categorias com base na gravidade das violações da liberdade religiosa. A categoria “perseguição” refere-se a atos graves e repetidos de violência ou assédio, frequentemente praticados com impunidade. A categoria “discriminação” envolve restrições legais ou sociais que visam injustamente grupos religiosos específicos. Na categoria “sob observação” estão incluídos os países que apresentam os primeiros sinais de violações graves, o que exige um monitoramento rigoroso. Todos os demais países são considerados como estando “em conformidade”, não apresentando violações significativas e, de um modo geral, respeitando as normas internacionais de liberdade religiosa ou de crença.

A categorização desta edição destaca a gravidade da situação:



- ◀ **24 países estão sob perseguição**, sofrendo opressão ou repressão violenta.
- ◀ **38 países sofrem discriminação**, com pressões legais e sociais restringindo o exercício da fé.
- ◀ **24 países estão sob observação**, revelando os primeiros sinais de ameaças emergentes.

De acordo com o relatório de 2025, **62 países estão classificados como vítimas de perseguição ou discriminação religiosa**. Juntos, eles abrigam mais de **5,4 bilhões de pessoas**, representando **64,7% da população mundial**. Isso significa que quase **duas em cada três** pessoas no mundo vivem em países onde a liberdade religiosa é severamente restringida.

PERSEGUIÇÃO

De acordo com o Relatório, 24 países são classificados como vítimas de perseguição religiosa, incluindo nações populosas como a Índia e a China, e Estados autoritários ou em conflito, como o Afeganistão, a Nigéria, a Coreia do Norte e a Eritreia. Juntos, esses países abrigam cerca de **4,1 bilhões de pessoas — mais da metade da população mundial — que vivem sob graves violações da liberdade religiosa**.

A natureza da perseguição varia de acordo com o contexto. Em **oito países** — Afeganistão, Bangladesh, Líbia, Maldivas, Nigéria, Paquistão, Sudão e Iêmen — a perseguição resulta de uma combinação de **governo autoritário e extremismo religioso**. Em outros **sete países** — China, Eritreia, Irã, Nicarágua, Coreia do Norte, Arábia Saudita e Turcomenistão — a perseguição é motivada sobretudo pelo **controle estatal autoritário**. Outros **sete países** — Burkina Faso, Camarões, Mali, Níger, Somália, Moçambique e República Democrática do Congo — são afetados principalmente pelo **extremismo religioso**. Por fim, na Índia e em Mianmar, **uma combinação de governo autoritário e nacionalismo étnico-religioso** sustenta as formas de perseguição predominantes.

DISCRIMINAÇÃO

O Relatório de 2025 identifica **38 países que sofrem discriminação religiosa**. Entre eles estão nações como o Egito, a Etiópia, o México, a Turquia e o Vietnã, onde as minorias religiosas enfrentam restrições legais, políticas ou sociais que limitam a sua liberdade de crença e culto. Juntos, esses países representam aproximadamente 1,3 bilhão de pessoas, cerca de 17,3% da população mundial. Embora não enfrentem perseguição direta, muitos indivíduos sofrem discriminação sistemática, como o acesso limitado a locais de culto, restrições à expressão religiosa ou tratamento legal desigual.

As causas da discriminação variam. Em 28 países, prevalece um único fator dominante. O **autoritarismo estatal é o mais frequente**, afetando 24 países, entre os quais a Argélia, a Malásia, a Venezuela e a Turquia, onde o controle estatal restringe o pluralismo religioso. No Chade, a discriminação é motivada pelo extremismo religioso, enquanto no Haiti e no México está ligada ao crime organizado. O nacionalismo étnico-religioso é o principal fator de discriminação no Nepal.

Em outros 10 países, a discriminação resulta de uma combinação de fatores. No Egito, na Jordânia, no Iraque, no Kuwait, em Omã, na Síria e na Tailândia, existe uma mistura de governo autoritário e extremismo religioso. Em Israel, na Palestina, o nacionalismo étnico-religioso e o extremismo se cruzam para minar a liberdade religiosa. No Sri Lanka, a discriminação decorre tanto do governo autoritário como do nacionalismo étnico-religioso.

EM OBSERVAÇÃO

Vinte e quatro países são classificados como “em observação” devido às ameaças emergentes à liberdade religiosa. Entre eles, o Chile, a Indonésia, o Quênia e a Belarus, representam mais de 750 milhões de pessoas, aproximadamente 9,3% da população global. Embora não sofram atualmente perseguição ou discriminação significativa, esses países demonstram os primeiros sinais de alerta, como o crescente autoritarismo, o enfraquecimento das salvaguardas legais ou o aumento da intolerância religiosa. A sua inclusão destaca a necessidade de monitoramento rigoroso e ações preventivas. É importante destacar que o **México**, a Rússia e a Ucrânia, anteriormente classificados como “sob observação” em 2023, **passaram agora para a categoria Discriminação**, mostrando uma tendência de agravamento na América Latina em relação às violações da liberdade religiosa.

CONTROLE AUTORITÁRIO E REPRESSÃO LEGAL

Um padrão regional marcante surge na América Latina, onde muitos dos países atualmente classificados como Discriminação ou Perseguição — incluindo Cuba, Haiti, México, Nicarágua e Venezuela —, bem como a Bolívia, Chile, Colômbia e Honduras, classificados “sob observação”, partilham o alinhamento político ou ideológico. Nesses contextos, a liberdade religiosa é frequentemente minada pela politização da religião, pela pressão sobre as Igrejas que são vistas como críticas às ações governamentais e pelas restrições às organizações religiosas empenhadas na educação, no trabalho humanitário ou na advocacia social. A erosão das garantias democráticas e o aumento da rigidez ideológica podem ser fatores que contribuem para a deterioração da liberdade religiosa em toda a região (ver A influência do modelo cubano na Venezuela e Nicarágua).

Estátua alegórica da Senhora Justiça segurando balança e espada representando justiça e lei



Em outras regiões, os governos também continuam usando a lei e a burocracia como armas para controlar ou suprimir a expressão religiosa. Na Ásia, as intensas campanhas de sinicização da **China** subjagam os muçulmanos uigures e as congregações cristãs sob conformidade ideológica. Os novos regulamentos de 2024 determinam que todos os locais religiosos se alinhem explicitamente com os valores socialistas, enquanto as comunidades tibetanas e muçulmanas enfrentam a renomeação de aldeias, detenções e destruição de locais de culto. Particularmente preocupantes são as leis que proíbem a educação religiosa para menores e restringem sua participação em serviços religiosos (ver *China: as restrições legais ao ensino religioso para menores*). A **Coreia do Norte** mantém uma proibição absoluta da expressão religiosa. No **Vietnã** e no **Laos**, as minorias cristãs, sobretudo entre os grupos indígenas, sofrem renúncias forçadas, destruição de igrejas e até assassinatos de pastores, sem proteção legal. Tanto no **Irã** como no **Turcomenistão**, os grupos religiosos atuam sob constante vigilância estatal, enquanto as comunidades não registradas enfrentam o risco persistente de detenção, assédio ou fechamento forçado.

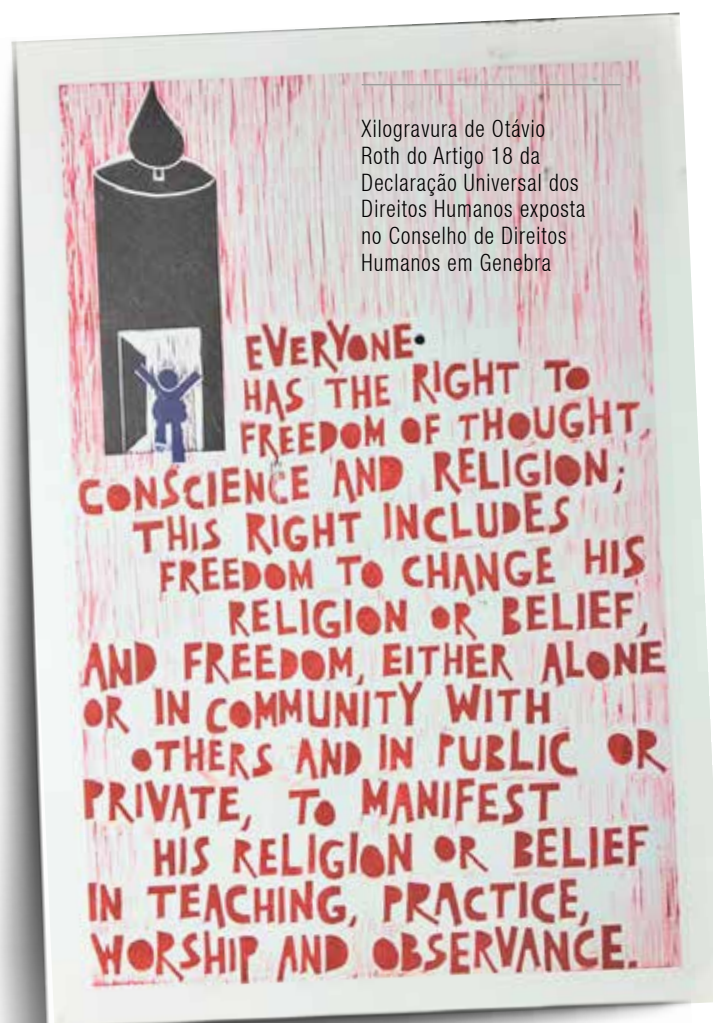
NOVAS E DIFERENTES FACES DO JIHADISMO

O extremismo religioso continua sendo um dos principais motivos da perseguição em todo o mundo. Nos últimos anos, os movimentos jihadistas ampliaram o seu alcance e diversificaram as suas estratégias, adaptando-se cada vez mais aos contextos e queixas locais. Embora a **África** e o **Oriente Médio** continuem servindo como os principais epicentros da atividade jihadista, também se observaram desenvolvimentos significativos na **Ásia**, particularmente após o retorno do Talibã ao poder no Afeganistão. Os grupos jihadistas se adaptam cada vez mais aos contextos locais, combinando a autonomia regional com diferentes níveis de coordenação central, como se verifica nas operações do autoproclamado grupo Estado Islâmico (ver *A evolução do jihadismo*). Os grupos exploraram igualmente as crises para aumentar a mobilização, como no conflito Hamas-Israel de 2023. No início de 2025, o Instituto para o Estudo da Guerra alertou para o ressurgimento do autoproclamado grupo Estado Islâmico (Daesh ou EI) na Síria, onde a mudança de prioridades de contraterrorismo e os vácuos de segurança estão permitindo o seu ressurgimento no cenário pós-Assad. Nos países ocidentais, a ameaça decorre agora das redes descentralizadas e de indivíduos atuando de forma independente.

A LIBERDADE RELIGIOSA COMO VÍTIMA DA GUERRA

Em muitas regiões afetadas por conflitos armados, como o **Sahel**, a **Síria**, **Mianmar** ou a **Ucrânia**, as comunidades religiosas frequentemente sofrem violência direcionada. Os grupos terroristas, incluindo o Boko Haram, os seus afiliados no autoproclamado grupo Estado Islâmico e no Al-Shabaab, continuam usando a religião como pretexto para a violência, particularmente contra cristãos e muçulmanos que rejeitam a ideologia extremista. Nessas regiões, a liberdade religiosa não pode ser dissociada de violações mais amplas dos direitos humanos, de deslocamentos forçados e do colapso das instituições estatais.

As regiões de conflito revelam a fragilidade da liberdade religiosa. No **Sahel**, os grupos jihadistas, afiliados no auto-proclamado grupo Estado Islâmico e na Al-Qaeda, intensificaram os ataques contra todos os grupos religiosos. Em **Burkina Faso**, na **Nigéria**, no **Níger** e no **Mali**, os ataques violentos desenraizam comunidades inteiras, provocando deslocamentos em massa e desmantelando o culto comunitário (ver *Fugindo da perseguição e discriminação por motivos religiosos* e o caso de estudo de caso *Rollo, Burkina Faso: o deslocamento forçado de uma comunidade cristã*). A **Nigéria** tem registrado um aumento acentuado da violência por motivos religiosos, especialmente no norte e na região do Cinturão Médio. Grupos armados como o Boko Haram, o ISWAP e pastores fulani extremistas têm como alvo igrejas, aldeias e líderes religiosos, levando a deslocamentos generalizados, apreensões de terras e ataques a comunidades cristãs (ver *Os fulani e o jihadismo na África: entre o legado e a manipulação*). No **Chifre da África**, a guerra no Sudão está desencadeando uma das maiores crises de deslocamentos da história. Os locais de culto são reutilizados para combate, os clérigos são detidos e são relatadas conversões forçadas. Na **Somália**, a morte é imposta por apostasia e a **Etiópia** vê locais religiosos destruídos no meio de conflitos étnicos, obrigando os líderes religiosos a se esconderem.



Cortesia do Instituto Vladimir Herzog

Entretanto, o **conflito entre Israel e o Hamas** devastou as infraestruturas religiosas de Gaza e aprofundou as fissuras na sociedade israelense. Ambos os lados enfrentam acusações de crimes de guerra, enquanto o turismo religioso, vital para as comunidades cristãs locais, entrou em colapso. As tensões entre judeus e muçulmanos estão sendo exacerbadas pela retórica nacionalista incendiária e pelo simbolismo religioso.

A **guerra na Ucrânia** agravou as violações da liberdade religiosa de ambos os lados: a Rússia reprimiu grupos pró-ucranianos, a Ucrânia atacou igrejas ligadas a Moscou e ambos puniram objetores de consciência. No Azerbaijão, a tomada de Nagorno-Karabakh em 2023 resultou em uma limpeza étnica de 120.000 cristãos armênios e foi seguida pela destruição generalizada de patrimônio cristão.

CRIME ORGANIZADO: A FÉ SOB A MIRA DE UMA ARMA

Em ambientes sem controle estatal eficaz, os grupos criminosos frequentemente regulam a vida religiosa. Em várias regiões instáveis da **América Latina**, são saqueadas igrejas, sequestrados líderes religiosos e cultos são agendados ou mediados por cartéis de drogas. No Estado falido do **Haiti**, os sacerdotes e as religiosas são os principais alvos de sequestros para resgate, enquanto as igrejas se tornaram postos avançados de sobrevivência em territórios sem lei. No **México**, um número crescente de sacerdotes está sendo assassinado (ver *Entre tiros e bênçãos*). No **Equador** e na **Guatemala**, os cultos ligados a gangues criminosas entrelaçam ainda mais a prática religiosa com a violência.

Também em partes da África Subsaariana, incluindo **Burkina Faso**, a **Nigéria** e a **República Democrática do Congo**, os líderes religiosos e as comunidades religiosas sofreram violência mortal e continuam enfrentando sérias ameaças por parte do crime organizado e de milícias não estatais.

UMA NAÇÃO, UMA FÉ? A RELIGIÃO COMO MARCA DE IDENTIDADE NACIONAL

Em vários países, atualmente, a religião é cada vez mais utilizada para definir a identidade nacional, alimentando a exclusão e a marginalização dos grupos minoritários. A **Índia** exemplifica um modelo de “perseguição híbrida”, combinando a repressão legal liderada pelo Estado com a violência social. As políticas nacionalistas hindus do Bharatiya Janata Party (BJP) têm corroído constantemente as proteções constitucionais. Somente em 2024, os cristãos sofreram 834 ataques, as ONGs foram alvos da Lei de Regulamentação de Contribuições Estrangeiras, e as prisões ao abrigo de leis anticonversão aumentaram acentuadamente, o que restringe ainda mais a liberdade religiosa (ver *Índia: leis anticonversão*).

A narrativa anticonversão emergente no **Nepal** também levou à perseguição de pastores e a prisões por evangelização. Em **Mianmar**, a repressão política, a identidade étnica e a filiação religiosa estão profundamente interligadas. A estrutura bamar-budista do Estado posiciona-se

como defensora da unidade nacional, enquanto as minorias étnicas e religiosas são sujeitas a uma repressão sistemática e frequentemente acusadas de separatismo. Essa dinâmica cria um ciclo de desconfiança, marginalização e violência que continua fragmentando a sociedade mianmarenses (ver *O triângulo de Mianmar: grupos políticos, étnicos e religiosos*).

Em vários países de maioria muçulmana, a liberdade religiosa continua fortemente restringida devido à interpretação e aplicação da lei islâmica. Onde a **sharia** é aplicada de forma a marginalizar as minorias religiosas, os direitos fundamentais são severamente restringidos. No **Irã**, cristãos foram presos por participarem em reuniões privadas em igrejas domésticas. No **Paquistão**, as acusações de blasfêmia — frequentemente dirigidas a não muçulmanos — levaram à violência de multidões e a processos judiciais. No **Afganistão**, a apostasia ainda é punível com a morte (ver *Lei, poder e prática no mundo muçulmano: as muitas faces da sharia*).

DUPLAMENTE VULNERÁVEIS: AS MULHERES DE MINORIAS RELIGIOSAS

Violações graves continuam a ser perpetradas contra mulheres de minorias religiosas, que enfrentam vulnerabilidades agravadas devido tanto ao seu gênero como à sua fé. No **Paquistão**, os casos de sequestro, conversão e casamento forçado envolvendo meninas hindus e cristãs continuam alarmantemente difundidos. Em janeiro de 2023, especialistas da ONU instaram o governo paquistanês a tomar providências, destacando o grave impacto dessas práticas na liberdade religiosa e nos direitos das crianças. No entanto, esses abusos persistem. Em 2025, Ariha Gulzar, de 12 anos, e Laiba Suhail, de 10 anos, foram sequestradas, convertidas e casadas, com documentos falsificados e ameaças constantes contra suas famílias. Somente a constante pressão jurídica levou às prisões.

No **Egito**, o número de desaparecimentos envolvendo meninas cristãs menores de idade aumentou acentuadamente. As famílias relatam sequestros, conversões e casamentos forçados. Mais de 30 casos semelhantes foram documentados em 2024, apontando para uma tendência profundamente preocupante e crescente.

LIBERDADES EM CONFLITO: A RELIGIÃO NA ERA DA CONFORMIDADE IDEOLÓGICA

Em alguns países democráticos, as decisões judiciais e as políticas públicas têm colocado cada vez mais a liberdade religiosa em conflito com outros direitos fundamentais ou supostos direitos. Essa dinâmica é particularmente evidente nos

contextos ocidentais e latino-americanos, onde as ideologias seculares entram com frequência em conflito com as normas religiosas tradicionais. O relatório de 2024 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi criticado por retratar a liberdade religiosa como potencialmente conflituosa com os direitos antidiscriminação.

Mesmo em sociedades com fortes salvaguardas constitucionais, como as da região da OSCE, a **objeção de consciência** tem sofrido uma pressão crescente, especialmente em relação ao serviço militar e ao aborto (ver *A diminuição do direito à objeção de consciência*). Os enquadramentos legais e as expectativas culturais predominantes estão progressivamente dando prioridade aos direitos reais ou alegados em detrimento da liberdade religiosa.

A hostilidade em relação à religião intensificou-se em várias regiões: no **Canadá**, igrejas católicas foram alvo de incêndios criminosos; na **Espanha**, na **Grécia** e na **Croácia**, os símbolos e procissões religiosas foram alvo de ataques ideológicos; e na **Bélgica**, os líderes religiosos enfrentaram penalidades por se recusarem a ordenar mulheres. Após o conflito em Gaza, os incidentes de ódio contra judeus e muçulmanos aumentaram por toda a **Europa**, enquanto os ataques contra cristãos continuaram.

Nos países ocidentais da OSCE, a hostilidade contra os cristãos é frequentemente subnotificada devido à falta de documentação. Essa lacuna enfraquece as respostas políticas, normaliza a hostilidade, fomenta o tratamento desigual e aumenta a vulnerabilidade das comunidades cristãs (ver *Perseguição educada: o pecado da omissão*). No entanto, ainda existem exceções notáveis. Os tribunais do **Reino Unido** e dos **Estados Unidos** têm defendido os direitos religiosos em casos importantes que envolvem a liberdade de expressão e a proteção trabalhista, demonstrando que os sistemas democráticos ainda podem oferecer salvaguardas significativas para a liberdade religiosa quando a independência judicial é mantida.

ALÉM DA TELA: A PERSEGUIÇÃO DIGITAL E O FUTURO DA LIBERDADE RELIGIOSA

A esfera digital introduziu poderosas ferramentas de repressão. Em muitos países, o conteúdo religioso é censurado *online*, e indivíduos podem ser presos pelas suas publicações nas redes sociais. Os regimes autoritários utilizam tecnologias de vigilância para monitorar a vida religiosa, rotulando frequentemente as minorias como extremistas. Na **China** e na **Rússia**, a dissidência *online* é filtrada e punida, enquanto as plataformas religiosas são bloqueadas. Os grupos extremistas também exploram ferramentas digitais para incitar à violência e difundir propaganda. As redes sociais são utilizadas como armas para silenciar as minorias, difundir o discurso de ódio e alimentar a polarização. No **Paquistão**, as acusações de blasfêmia, muitas infundadas, estão cada vez mais ligadas a publicações *online*. As redes organizadas rastreiam a atividade digital e apelam à intervenção governamental ou incitam à violência em massa. Um relatório de 2023 do Ministério dos Assuntos Religiosos,

utilizando dados da Agência Federal de Investigação do Paquistão, registrou mais de 400 mil queixas, destacando como a vigilância digital facilita a repressão religiosa.

O potencial da **inteligência artificial (IA)** para ser usada na manipulação e repressão de fiéis é vasto e profundamente preocupante. Na **Coreia do Norte**, os relatos indicam que as autoridades aplicam um sistema de vigilância que faz uma captura de tela de cada telefone celular a cada cinco minutos, armazenando as imagens para monitoramento estatal. As imensas capacidades da IA devem ser geridas por uma supervisão humana significativa e por salvaguardas éticas, para que a sua implantação defenda a dignidade humana e contribua para a proteção da liberdade de pensamento, da consciência e da religião em todas as suas dimensões (ver *Um novo tempo: a liberdade religiosa na era da inteligência artificial*).

SEMENTES DE ESPERANÇA: DEFENDER A LIBERDADE RELIGIOSA

Apesar das crescentes ameaças, as comunidades religiosas continuam desempenhando um papel vital na promoção da paz, do diálogo e da dignidade humana. As organizações religiosas lideram frequentemente respostas humanitárias, defendem os direitos humanos e apoiam as populações deslocadas. Nas regiões afetadas por conflitos — no **Oriente Médio**, **África**, **Ásia** e **América Latina** —, os líderes religiosos oferecem orientação moral e assistência concreta. Em Cabo Delgado, **Moçambique**, a Igreja tornou-se um pilar de apoio e diálogo inter-religioso no meio da violência jihadista (ver *O papel ativo da Igreja em Cabo Delgado*). Em países como **Burkina Faso**, as iniciativas locais estão promovendo o diálogo inter-religioso mesmo perante ameaças extremistas (ver *Burkina Faso: o jogo da paz*).

A **educação** também desempenha um papel decisivo neste esforço, promovendo a coesão social, afirmando a dignidade e capacitando as minorias tanto cultural como socioeconomicamente (ver *Educar para a liberdade: ensinar a tolerância, empoderar minorias*).

Por fim, o **Papa Francisco** foi uma das vozes mais influentes em âmbito global na defesa do diálogo e da liberdade religiosa (ver *O Papa Francisco e a liberdade religiosa: um direito à paz*).

No entanto, para que esses sinais de esperança se traduzam em mudanças duradouras, é essencial um compromisso coletivo e sustentável. A defesa e a promoção da liberdade religiosa não podem recair apenas sobre os ombros dos líderes religiosos ou dos agentes da sociedade civil, devem envolver governos, instituições, educadores e indivíduos. A liberdade religiosa é uma responsabilidade partilhada. Todos devemos levantar a voz para exigir a proteção urgente da liberdade religiosa e de consciência em todo o mundo, tal como é garantido pelo artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A liberdade religiosa deve ser garantida a todos. **A liberdade religiosa é um direito humano, não um privilégio.**

ESTUDO DE CASO

Rollo, Burkina Faso: O deslocamento forçado de uma comunidade cristã³¹

Maria Lozano

No dia 8 de maio de 2023, extremistas islamistas atacaram a cidade de Rollo, no norte de Burkina Faso, obrigando toda a população — cerca de 2.000 pessoas — a fugir.

Seguindo um padrão de violência direcionada no Sahel, os extremistas entraram na aldeia, mataram vários residentes aleatoriamente, para incutir medo, e saquearam e queimaram casas, exigindo que todos saíssem antes do anoitecer. Na manhã seguinte, os civis que tentavam recuperar os seus pertences foram mortos ao longo da estrada.

A comunidade deslocada — incluindo mulheres, crianças, idosos e líderes da Igreja, como o pároco católico, o Padre Étienne Sawadogo — fugiu a pé durante a noite em direção a Kongoussi e Séguénéga, a cerca de 40 km de distância. A rota de fuga foi minada pelos agressores. Uma mina explodiu durante a noite, matando animais de criação segundos antes da passagem do grupo.

Para muitos, o deslocamento significou não só a perda das suas casas, mas também dos seus meios de subsistência, segurança e sentido de identidade. O Padre Sawadogo descreveu mais tarde a experiência como um “êxodo”, comparando-a à história bíblica de partida forçada e dificuldades.

Os refugiados chegaram exaustos, traumatizados e sem pertences. As cidades anfitriãs não estavam preparadas para receber tantas pessoas. A Igreja local, especialmente a Paróquia de Santa Teresa do Menino Jesus, em Kongoussi, respondeu rapidamente, fornecendo alimentos, roupa e abrigo. A ajuda do governo demorou vários dias para chegar devido aos procedimentos de registro e a problemas de coordenação, o que tornou a resposta da Igreja essencial.

Um caso semelhante ocorreu em outubro de 2023 na aldeia de Débé, no noroeste de Burkina Faso, onde os terroristas deram à população cristã um ultimato de 72 horas para que se retirasse. Antes disso, os extremistas mataram dois jovens escoteiros na igreja da aldeia por resistirem às ordens. O Bispo Prosper B. Ky, da Diocese de Dédougou, classificou o acontecimento como sem precedentes, mencionando que, ao contrário dos ataques anteriores a comunidades mistas, esta foi a primeira vez que toda a comunidade cristã foi expulsa unicamente por causa de sua fé.³²

A violência em Rollo e Débé faz parte de uma estratégia mais vasta dos grupos extremistas para controlar as zonas rurais, expulsando aqueles que não partilham da sua ideologia ou religião. Ao atingir as comunidades cristãs, o objetivo não é apenas difundir o medo, mas também alterar a composição demográfica e religiosa para garantir o controle territorial.

Neste caso, como em muitas áreas do Sahel e de outras partes do mundo, o deslocamento forçado é uma consequência direta da perseguição, criando uma crise humanitária à medida que as pessoas deslocadas se mudam para cidades superlotadas e áreas sem condições de sustentá-las. Este padrão demonstra as ligações entre a perseguição religiosa, os objetivos territoriais dos grupos armados e a desestabilização da comunidade.



© ACN

Cristãos deslocados, que procuram refúgio em Kongoussi e Séguénéga.

Os fulani e o jihadismo na África: entre o legado e a manipulação

Maria Lozano

A violência jihadista no Sahel e na África Ocidental tornou-se um fenômeno cada vez mais complexo, particularmente em países como a Nigéria, o Mali e Burkina Faso. Uma das questões mais debatidas diz respeito aos fulani, ou peul, que são frequentemente retratados como se fossem um movimento jihadista. Embora seja importante realçar que nem todos os fulani são jihadistas,³³ vítimas e observadores frequentemente apontam que um número significativo de membros de certos grupos armados no Sahel e na África Ocidental são fulanis. Essa realidade exige explicações que vão além das narrativas simplistas, considerando as dimensões geopolíticas, históricas e sociais relevantes.

QUEM SÃO OS FULANI?

Os fulani, também conhecidos por peul ou fula, são um dos maiores e mais dispersos grupos étnicos da África, com uma população estimada entre 25 e 40 milhões de habitantes,³⁴ espalhados por, pelo menos, 20 países do Sahel e da África Ocidental. São tradicionalmente pastores nômades, embora muitos tenham se estabelecido em ambientes agropastoris ou urbanos, e a sua língua comum é o fulfulde, também conhecido por fula ou peul.³⁵

O grupo tem uma estrutura social complexa, dividida em castas, incluindo a nobreza, o clero, os artesãos e os pastores nômades de casta inferior.³⁶ A sua identidade é profundamente influenciada pelo **Islamismo sunita**³⁷ e estão historicamente ligados à islamização da região. Importa, no entanto, realçar que não constituem um grupo homogêneo social, política ou ideologicamente.³⁸

CASTAS E DIVISÕES INTERNAS: A DIMENSÃO SOCIAL OCULTA³⁹

A **estrutura interna de castas dos fulani** é frequentemente ignorada nas discussões públicas, mas desempenha um papel no recrutamento jihadista. A **casta superior**, incluindo a aristocracia religiosa ou nobre ligada aos antigos emires e califados, domina a terra e a política e opõe-se

majoritariamente ao jihadismo. A **casta inferior**, incluindo os jovens pastores sem terra, são descendentes de antigos servos ou escravos sem acesso à educação ou aos serviços básicos. Este é o segmento mais vulnerável e o mais exposto ao recrutamento jihadista.

Essa divisão social explica por que é que tantos jovens fulani radicalizados de casta baixa agem não só contra outras comunidades, mas também contra as suas próprias elites tradicionais, vistas como fazendo parte de um sistema político injusto.⁴⁰ Embora a maioria dos fulani não esteja envolvida no jihadismo, e em muitos casos sejam vítimas, certos grupos radicais conseguiram recrutar setores das castas mais baixas dessa comunidade. Esse jihadismo funciona como um meio de ascensão social simbólica e de vingança social intraétnica.

FATORES CONTEMPORÂNEOS DE RADICALIZAÇÃO⁴¹

Os fatores externos desempenham um papel cada vez mais importante na condução das atividades jihadistas fulani. Entre eles, destacam-se: a exclusão social sistêmica e a marginalização devido ao estilo de vida nômade; invasão territorial e redução das rotas tradicionais de pastoreio devido ao crescimento demográfico e às mudanças climáticas; conflitos agrários com grupos assentados, inclusive pelo acesso à terra e à água; estigmatização étnica e violência por parte das forças estatais ou das milícias locais.

Em países como Burkina Faso, os fulani foram estigmatizados como “terroristas em potencial”, o que levou a execuções extrajudiciais por parte do exército ou das milícias locais. No Mali, mercenários do Grupo Wagner atacaram e mataram fulani por suspeita de envolvimento terrorista.⁴² Entretanto, grupos jihadistas como o Katiba Macina, uma milícia jihadista ligada à Al-Qaeda ativa no centro do Mali, oferecem proteção às comunidades marginalizadas, aumentando assim a sua legitimidade.⁴³

Um pastor Fulani
pastando seu
gado na África



© Eric Lafforgue

MANIPULAÇÃO POR GRUPOS EXTERNOS

O jihadismo contemporâneo instrumentaliza a identidade fulani de diversas formas. Os fatos a seguir indicam que **a violência não vem apenas de dentro, mas também é instigada de fora**.⁴⁴

1. **Grupos jihadistas transnacionais** (como o grupo Estado Islâmico da Província do Saara ou JNIM) aproveitam a mobilidade e a disseminação dos fulani para estabelecer redes de logística e recrutamento.
2. As rotas tradicionais de pastoreio e comércio dos fulani facilitam **o contrabando de armas e de pessoas, e a difusão de ideias extremistas** por meio de fronteiras frágeis.
3. Alguns **agentes geopolíticos** regionais, incluindo os Estados ou os interesses regionais, podem manipular a violência fulani como uma ferramenta de desestabilização ou controle territorial.

A NIGÉRIA E A INTERPRETAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO LEGADO HISTÓRICO JIHADISTA

Na região do Cinturão Médio da Nigéria, os conflitos entre os pastores muçulmanos fulani e os agricultores cristãos berom, tiv e idoma degeneraram em uma violência sistêmica que transcende a tradicional luta rural pelo acesso à terra e à água. O estado de Benue, conhecido como o “celeiro da Nigéria”, é um exemplo desta evolução, com padrões de violência que muitos analistas já não consideram meramente “intercomunitários”.⁴⁵

A dimensão histórica é fundamental para compreender a situação atual. A *jihad* de Usman dan Fodio (ver quadro) não conquistou o centro e o sul cristãos da Nigéria, mas deixou um trauma profundo.⁴⁶ Em Benue, a tradição tiv relata uma vitória crucial sobre os fulani nas colinas de Ushongo, que se tornou um símbolo de resistência e rejeição ao islamismo político.⁴⁷

O legado histórico foi também **reapropriado por grupos jihadistas** como o **Boko Haram**, o **Estado Islâmico da África Ocidental (ISWAP)** e o **Katiba Macina**, no Mali.⁴⁸ Muitos extremistas fulani, sobretudo jovens nômades de casta inferior sem acesso à educação ou a recursos, são recrutados por esses grupos, que instrumentalizam tanto o islamismo quanto as queixas históricas e socioeconômicas.

DIMENSÃO ÉTNICA E RELIGIOSA ATUAL

De acordo com os líderes tradicionais⁴⁹ e organizações internacionais,⁵⁰ os incidentes no Cinturão Médio **não são ataques aleatórios**, mas sim parte de uma campanha de **limpeza étnica e religiosa**. A maioria das vítimas do conflito fulani no Cinturão Médio são cristãos, e as áreas afetadas tendem a coincidir com regiões que resistiram à expansão islâmica do séc XIX.⁵¹

Embora o governo federal tenha reconhecido a crise, a sua resposta tem sido **lenta, reativa e sem consequências legais** para os agressores. Apesar das leis contra o pastoreio aberto, das promessas de diálogo e das mobilizações de segurança, os massacres continuam e dezenas de milhares de deslocados sobrevivem em condições difíceis.⁵²

O QUE É QUE ESTÁ EM JOGO?

A crise no Sahel e no **Cinturão Médio** não pode ser lida simplesmente como um conflito local entre pastores e agricultores. Ela é uma **guerra interminável por terras, identidade religiosa e poder econômico e político**. O trauma coletivo das *jihads* históricas,⁵³ agravado pela inação estatal e pela manipulação de grupos extremistas, alimenta um ciclo de violência que ameaça se alastrar por toda a região. As comunidades cristãs, em especial na Nigéria, enfrentam perseguições sistemáticas, mas muitos fulanis são também vítimas de violência estrutural e de manipulação ideológica. Construir uma paz duradoura no Sahel exige verdade, justiça e uma análise aprofundada, capaz de ir além do discurso polarizador.

Raízes históricas: As jihads do Sahel⁵⁴

A relação entre os fulani e o jihadismo tem raízes profundas.

Usman dan Fodio (1804-1808) unificou diversos povos sob o Califado de Sokoto com base na *sharia* e no domínio fulani, dando origem a políticas de exclusão que continuam a causar tensão e a reacender traumas entre as comunidades não muçulmanas e não fulani.⁵⁵

Seku Amadu (1818-1845) liderou um movimento em torno do Delta Interior do Níger, fundando o estado teocrático Fulani de Macina que durou quase um século e continua sendo uma referência para alguns grupos armados,⁵⁶ como a Katiba Macina, na sua luta contra o Estado e outras comunidades.

Omar Saidou Tall (1848-1864) unificou os territórios do Mali, do Senegal e da Guiné sob um sistema islâmico, deixando uma marca profunda na configuração étnica e religiosa.



África Subsaariana

Marta Petrosillo

Durante o período em análise, a África continuou sendo a região mais afetada pela atividade jihadista. A violência não provém de uma única entidade, mas de uma rede descentralizada de movimentos filiados que operam de forma autônoma, mas partilham ideologia, táticas e recursos. Esses movimentos exploram fronteiras frágeis e governos desestruturados para se expandirem entre regiões, formando uma estrutura pouco coordenada. Apesar da sua independência, trocam armas e combatentes, aumentando a sua resiliência e alcance. A sua adaptabilidade teve consequências devastadoras para os civis, incluindo as comunidades cristãs. Este modelo transnacional e flexível permite que os agentes jihadistas prosperem no meio de uma instabilidade contínua (ver *A evolução do jihadismo*).

De acordo com o Centro Africano de Estudos Estratégicos, os grupos extremistas islamistas continuam sendo uma grande fonte de instabilidade em cinco regiões do continente. Só em 2024, esses grupos foram responsáveis por 22.307 mortes.⁵⁷

ESCALADA DA VIOLÊNCIA JIHADISTA NO SAHEL

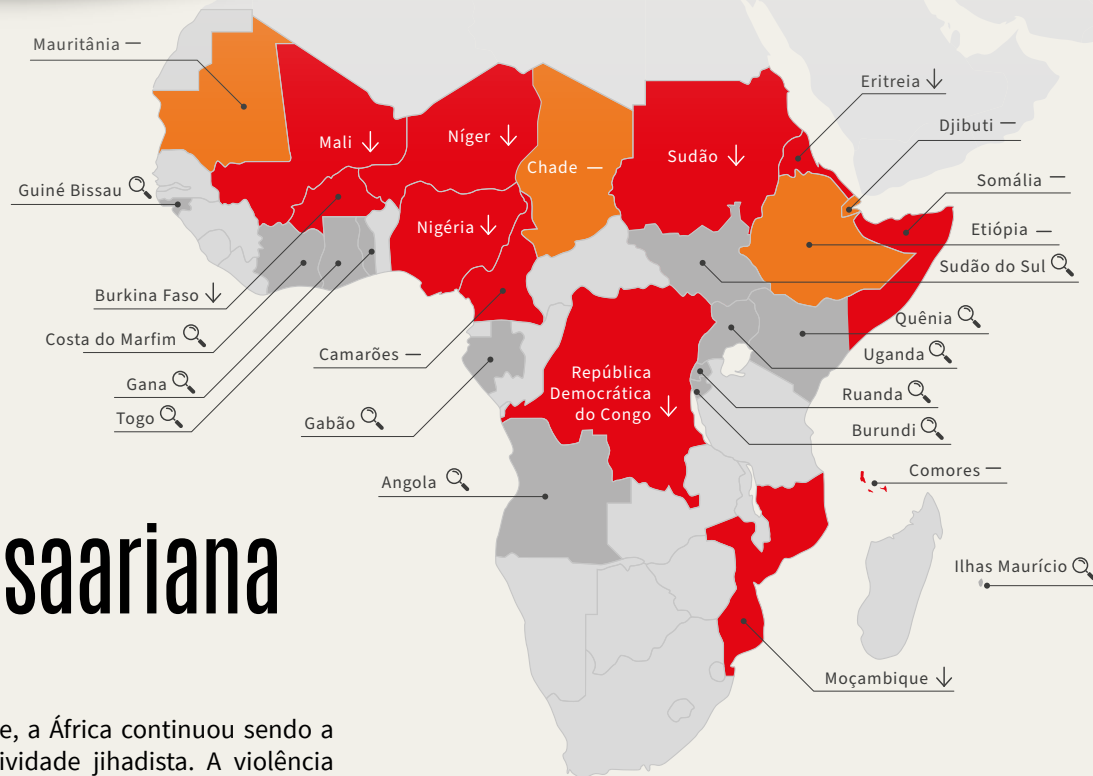
O Sahel ainda é a região do mundo mais afetada pelo terrorismo e pela violência jihadista, sendo responsável por mais de metade de todas as mortes relacionadas com o terrorismo em 2024. Como é noticiado no Índice Global de Terrorismo 2025, cinco dos dez países mais impactados pelo terrorismo estão nesta região — Burkina Faso, Mali, Níger, Nigéria e Camarões — destacando-se o seu lugar central na atual onda de violência extremista.⁵⁸

Burkina Faso continuou sendo o país mais atingido globalmente em 2024, sendo responsável por 20% de todas as mortes relacionadas com o terrorismo, apesar de uma queda de 21% em relação ao ano anterior. Desde 2015, a

violência jihadista tem aumentado, transformando o país, outrora um modelo de harmonia religiosa, no epicentro da atividade extremista no Sahel.⁵⁹ Grupos como o JNIM, afiliados ao autoproclamado grupo Estado Islâmico e o Ansarul Islam têm como alvo as comunidades muçulmanas e cristãs, e atacam frequentemente locais de culto. Os líderes religiosos foram sequestrados ou mortos, e as comunidades cristãs foram deslocadas ou proibidas de praticar a sua religião em público. Em meados de 2024, quase 100 cristãos foram mortos na região de Zekuy-Doumbala.⁶⁰

O **Mali** sofreu um declínio constante na segurança e nos direitos fundamentais, tornando-se um dos países mais afetados pelo terrorismo no mundo. A crise começou em 2012, quando a infiltração de grupos extremistas no norte do Mali reacendeu a rebelião tuaregue. Representando cerca de 10% da população, os tuaregues, por meio do Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA), procuraram a autonomia no norte e aliaram-se temporariamente a grupos islamistas como o AQMI, MUJAO e Ansar Dine para expulsar as forças governamentais.⁶¹ O acordo de paz de 2015 entrou em colapso desde então. A retirada das forças de manutenção da paz da ONU em 2023 e o envio de mercenários russos do Grupo Wagner agravaram ainda mais a crise. A violência jihadista intensificou-se por todo o país, com civis — incluindo cristãos — sofrendo sequestros, abusos e a imposição de regras religiosas. Em 2024, a junta militar suspendeu a atividade política e reprimiu a dissidência. A situação continua crítica, com temores de conflito civil e contínuas violações dos direitos humanos.

O **Níger** enfrentou um declínio acentuado em termos de segurança, governança e direitos humanos sob a liderança da



junta militar chefiada pelo general Abdourahamane Tchiani. Uma Carta de Transição adotada em março de 2025 deu início a uma transição de 60 meses, protegendo formalmente a liberdade religiosa, mas em um contexto cada vez mais volátil. A nação tornou-se um importante foco jihadista, com o ISSP, filiados da Al-Qaeda e o Boko Haram ativos em todo o país. A região de Tillabéri, próxima do Mali e de Burkina Faso, continua sendo o epicentro dos ataques. Em 2024, o Níger registrou um aumento de 94% de mortes relacionadas com terrorismo, o maior aumento do mundo.⁶² Tanto as comunidades muçulmanas como as cristãs sofreram com ataques a igrejas, mesquitas e encontros religiosos, bem como sequestros de líderes. Houve alguns esforços de diálogo inter-religioso, mas as redes radicais, a fragilidade institucional e o autoritarismo corroeram o espaço civil e a resiliência. As minorias cristãs continuam especialmente em risco, enfrentando ameaças, conversões forçadas e restrições ao culto.

Em julho de 2024, o Mali, Burkina Faso e o Níger formalizaram uma aliança por meio do estabelecimento da Confederação dos Estados do Sahel (CSS), após a sua retirada coordenada da CEDEAO.⁶³ Essa evolução assinala um realinhamento mais amplo, afastando-se das instituições ocidentais, à medida que esses regimes liderados por militares reforçam as suas parcerias com a Rússia e a China.

GOLPES DE ESTADO, ELEIÇÕES E ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS: UMA MUDANÇA NO GOVERNO

Entre 2023 e 2025, a África Subsaariana viveu uma onda de golpes de Estado e de revisões constitucionais que refletiram crises de governo mais profundas e tiveram frequentemente consequências diretas na liberdade religiosa. Durante esse período ocorreram **dois golpes de Estado bem-sucedidos** (Níger⁶⁴ e Gabão⁶⁵) e diversas **tentativas fracassadas** (Burkina Faso,⁶⁶ Guiné-Bissau⁶⁷ e República Democrática do Congo⁶⁸).

Outros países adotaram ou propuseram reformas constitucionais significativas, muitas das quais geraram controvérsia ou tiveram consequências adversas. Na **República Centro-Africana**, um referendo em 2023 aboliu os limites de mandato e criou uma vice-presidência, permitindo ao presidente Touadéra candidatar-se a um terceiro mandato em dezembro de 2025.⁶⁹ O referendo de dezembro de 2023 no **Chade** reintroduziu um sistema semipresidencialista, um primeiro-ministro, um senado e uma comissão de direitos humanos, embora a responsabilização permaneça incerta. No final de 2024 foi promulgada uma nova constituição no **Gabão**⁷⁰ e o governo lançou um diálogo nacional para revitalizar as suas instituições democráticas após 54 anos sob a dinastia Bongo.⁷¹ Em março de 2024, o Parlamento do **Togo** aprovou uma nova Constituição que, segundo os críticos, enfraquece a democracia, fazendo a transição do país para um sistema parlamentar e eliminando efetivamente os limites de mandatos para o presidente Gnassingbé, que está no poder desde 2005.⁷²

Em 2024 estavam previstas eleições em 19 países africanos, mas muitas foram adiadas, manipuladas ou realizadas em condições autoritárias. Os regimes militares em **Burkina Faso**,⁷³ **Mali**,⁷⁴ **Guiné**⁷⁵ e **Guiné-Bissau**⁷⁶ não cumpriram as

suas promessas de transição democrática, ao mesmo tempo que se realizaram grandes eleições nacionais na **Mauritânia**,⁷⁷ **Chade**,⁷⁸ **Senegal**⁷⁹ e **Togo**.⁸⁰ Na **África do Sul**, os bispos católicos descreveram o processo eleitoral como “extremamente livre e justo”.⁸¹

O CHIFRE DA ÁFRICA: GUERRAS CIVIS, VIOLÊNCIA RELIGIOSA E CONTÁGIO REGIONAL

O Chifre da África continua profundamente instável, com guerras civis sobrepostas, ameaças extremistas e tensões transfronteiriças.

Desde abril de 2023 que o **Sudão** vive uma guerra civil entre as Forças Armadas Sudanesas e as Forças de Apoio Rápido, desencadeando a maior crise de deslocamento do mundo, com quase 13 milhões de pessoas desalojadas.⁸² Ambas as facções bombardearam locais religiosos, torturaram clérigos e transformaram igrejas e mesquitas em bases militares. Os cristãos têm sofrido conversões forçadas, detenções arbitrárias e ataques violentos à medida que a liberdade religiosa se deteriora drasticamente.

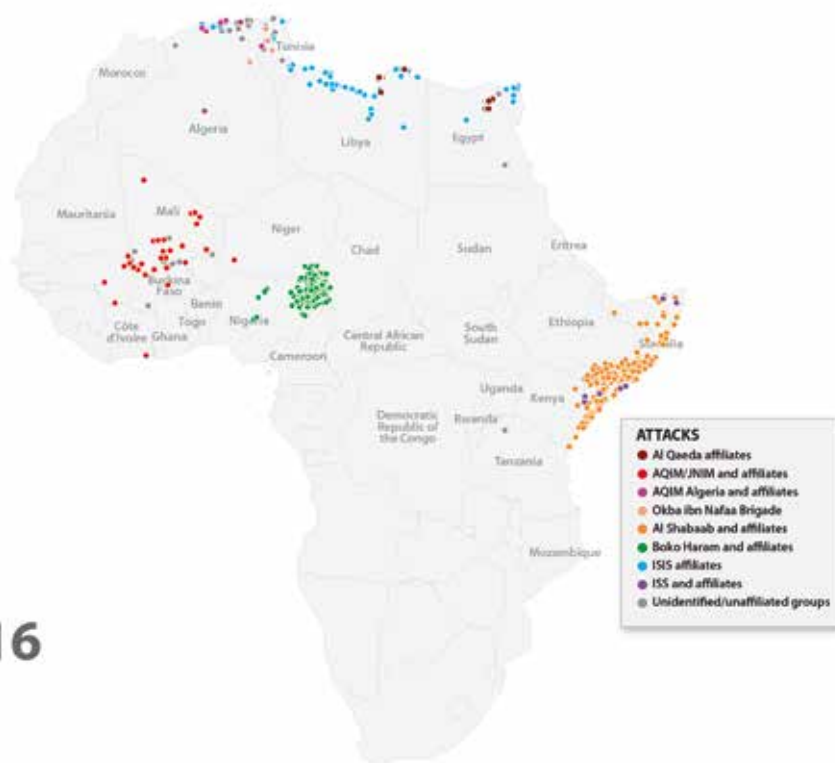
A violência afetou o **Sudão do Sul**, onde o fluxo de refugiados e a violência étnica retaliatória desestabilizaram o frágil processo de paz do país. O governo de transição adiou as eleições e está a lutando para redigir uma constituição permanente.⁸³

A situação na **Somália** continua crítica. O Al-Shabaab controla grandes áreas rurais e impõe uma versão extrema da *sharia*, proibindo o culto cristão, punindo a apostasia com a morte e atacando todos os “não islâmicos”. Os cristãos convertidos devem praticar a religião em segredo, correndo o risco de serem vítimas de violência, detenção ou morte. O autoproclamado grupo Estado Islâmico da Somália está também se expandindo, sobretudo na Puntlândia, aumentando a instabilidade. As tensões com a Etiópia e a Somalilândia, combinadas com o fluxo de armas e os conflitos internos entre clãs, prejudicam ainda mais os esforços para travar a violência jihadista.⁸⁴

Depois da Somália, o **Quênia** tem sido o país mais afetado pela violência ligada ao al-Shabaab.⁸⁵ Considerado durante muito tempo como um estabilizador regional, o Quênia tem sofrido com ataques transfronteiriços e tensões religiosas internas. Em 2023 e 2024 foram registradas dezenas de ataques nos condados de Mandera, Lamu e Garissa, visando civis, incluindo cristãos. Ao mesmo tempo, a discriminação contra os muçulmanos continuou sendo uma fonte de tensão. Em fevereiro de 2025, o presidente William Ruto aboliu o sistema de verificação imposto aos muçulmanos que solicitavam documentos de identificação nacional,⁸⁶ uma medida bem-vista pela sociedade civil como um passo para reduzir a marginalização. Apesar desses desafios, as relações inter-religiosas em todo o país permaneceram, em grande parte, pacíficas.

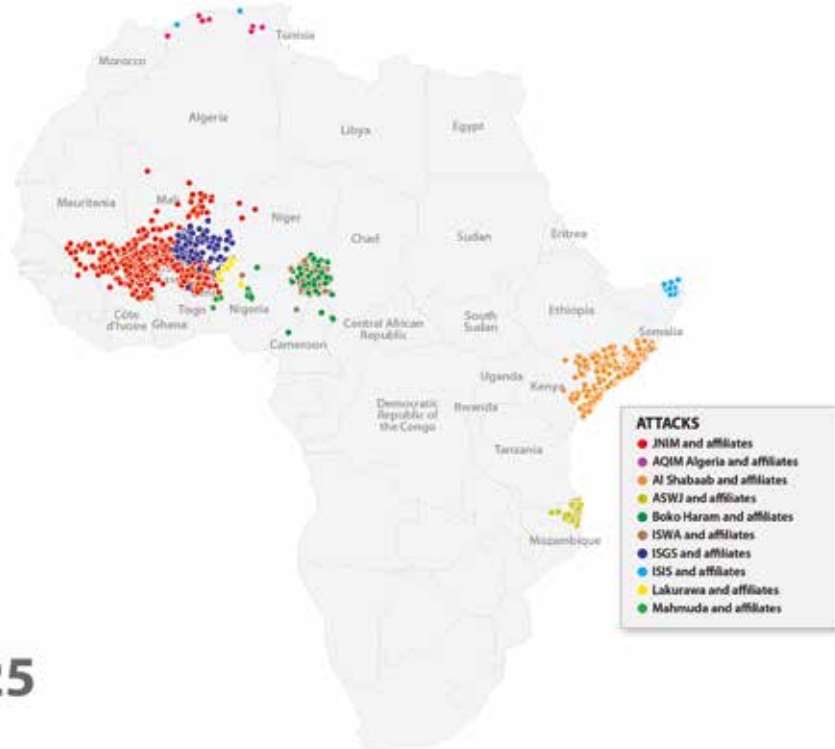
THE EVOLUTION OF AFRICA'S MILITANT ISLAMIST GROUPS

2016



Mapas comparativos
que ilustram a
distribuição geográfica
dos movimentos
jihadistas em África
em 2016 e 2025

2025



Note: Compiled by the Africa Center for Strategic Studies, each map shows violent events involving the listed groups for a year ending June 30. Group designations are intended for informational purposes only and should not be considered official. Due to the fluid nature of many groups, affiliations may change.
Sources: Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED); Centro Para Democracia e Direitos Humanos; Hiraal Institute; HumAngle; International Crisis Group; Institute for Security Studies; MENASTREAM; the Washington Institute; and the United Nations.

A liberdade religiosa na **Etiópia** continua precária, em meio a conflitos persistentes e instabilidade política. A violência contínua em Tigré, Oromia e Amhara afetou gravemente as comunidades religiosas, levando à destruição de locais de culto, ao assassinato de clérigos e à interrupção de atividades religiosas. A interseção das identidades religiosas e étnicas minou ainda mais a coesão inter-religiosa. No âmbito regional, a cooperação antiterrorista tem sido pressionada devido às tensões com o governo somali, tensões exacerbadas pelo acordo da Etiópia com a Somalilândia.

Em todo o Chifre da África, a liberdade religiosa é ameaçada não só pela violência jihadista, mas também pela repressão estatal. Na **Eritreia**, a política governamental criminaliza eficazmente a prática religiosa não autorizada, com os dissidentes enfrentando a prisão arbitrária, a tortura e a detenção prolongada. Cristãos, testemunhas de Jeová e muçulmanos, incluindo menores e clérigos, são alvos rotineiros. Os encontros religiosos são proibidos e os detidos são mantidos em condições desumanas e com superlotação, sem o devido processo legal. Sob o regime autoritário da Eritreia, as condições para a liberdade religiosa permanecem extremamente precárias.

NIGÉRIA: COMUNIDADES RELIGIOSAS SOB ATAQUE

A Nigéria assistiu a um aumento da violência com motivação religiosa entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024, particularmente no norte e no Cinturão Médio. Grupos armados como o Boko Haram, o grupo Estado Islâmico da Província da África Ocidental (ISWAP) e várias milícias realizaram ataques em grande escala contra igrejas, aldeias e líderes religiosos. Nos estados de Plateau e Benue, milhares foram deslocados e centenas foram mortos, incluindo mais de 1.100 cristãos, entre eles 20 clérigos, em apenas um mês após a posse presidencial de 2023.⁸⁷ Durante o Natal de 2023, ataques coordenados por extremistas locais e estrangeiros deixaram quase 300 mortos.⁸⁸ Em junho de 2025, cerca de 200 cristãos deslocados foram massacrados em Benue.⁸⁹

Pastores fulani extremistas continuam envolvidos em ataques contra comunidades cristãs, envolvendo frequentemente apropriação de terras e deslocamentos. Enquanto alguns analistas enquadram o conflito em termos ambientais, os líderes da Igreja local o descreveram como uma estratégia deliberada para expulsar as populações cristãs (ver *Os fulani e o jihadismo na África: entre o legado e a manipulação*). Em maio de 2024, uma escola secundária cristã foi atacada em Makurdi,⁹⁰ em uma escalada sem precedentes. Acusações de blasfêmia e assassinatos relacionados com bruxaria somaram-se ao número de vítimas, incluindo linchamentos públicos.

Líderes religiosos e os clérigos foram alvos frequentes, com dezenas de sequestros ou assassinatos. Os grupos islamistas também entraram em confronto com as autoridades, como durante a repressão policial mortal a uma procissão xiita em Abuja. Enquanto isso, a polícia religiosa (*hisbah*) continuou aplicando restrições baseadas na *sharia* em vários estados do norte, apesar das proibições constitucionais federais.

ÁFRICA CENTRAL E ÁFRICA MERIDIONAL: FRENTES EMERGENTES

A **República Democrática do Congo** vive uma das mais graves e multifacetadas crises da África Subsaariana. Grupos armados como as Forças Democráticas Aliadas (ADF), filiadas ao autoproclamado grupo Estado Islâmico, têm atacado sistematicamente as comunidades cristãs, matando civis, destruindo locais de culto e sequestrando clérigos. Nas províncias orientais, mais de 120 milícias⁹¹ competem pelo controle das áreas ricas em minerais, enquanto o colapso dos serviços públicos e a fraca presença do Estado deixam as comunidades religiosas particularmente expostas. O conflito transcende as fronteiras nacionais: o grupo rebelde M23, apoiado por Ruanda, e as operações militares de Uganda contra as ADF demonstram a extensão do envolvimento regional. Em janeiro de 2025, o M23 capturou Goma, o que resultou em muitas vítimas civis e deslocamentos em grande escala. As Igrejas empenhadas na defesa da paz enfrentaram retaliações por parte das autoridades estatais.⁹² À medida que a violência aumenta e as comunidades religiosas perdem o acesso a espaços seguros e a proteções básicas, as condições para a liberdade religiosa no leste da República Democrática do Congo continuam a se deteriorar, ameaçando a estabilidade geral em toda a região dos Grandes Lagos.

Moçambique tem assistido a um novo aumento da violência jihadista em Cabo Delgado, onde extremistas filiados ao autoproclamado grupo Estado Islâmico continuam atacando comunidades cristãs, queimando igrejas e matando civis. Apesar da presença de forças militares internacionais, os insurgentes expandiram-se para novos distritos, aproveitando o fraco controle estatal e as lacunas do governo. Neste contexto, as comunidades religiosas, em particular a Igreja Católica, permaneceram ativamente empenhadas na promoção da paz e do diálogo inter-religioso. A *Declaração Inter-religiosa de Pemba*, assinada em 2022 por líderes cristãos e muçulmanos, reafirmou o seu compromisso partilhado de prevenir a instrumentalização da religião. Em 2024, o Conselho Islâmico de Moçambique sinalizou a sua vontade de mediar com os jihadistas. Esses esforços sublinham a resiliência dos agentes religiosos face à crescente insegurança (ver *O papel ativo da Igreja em Cabo Delgado*).

MIGRAÇÕES

Outra questão crítica que afeta a África Subsaariana é o forte aumento dos deslocamentos e migrações, tanto dentro como entre fronteiras nacionais. Até o final de 2024, a região abrigava 38,8 milhões de deslocados internos, quase metade do total global.⁹³ Na **África Oriental**, no **Chifre da África** e nas regiões dos **Grandes Lagos**, foram registrados 5,4 milhões de refugiados e requerentes de asilo.⁹⁴ A migração transfronteiriça dentro do continente também aumentou, com o número de africanos residindo em outros países africanos passando de 12 milhões em 2015 para 15 milhões em 2024, um aumento de 25%.⁹⁵

O papel ativo da Igreja em Cabo Delgado

Paulo Aído

Desde 2011 que a região rica em recursos de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, tem sofrido violência, tendo a população local sido obrigada a abandonar as suas casas e os seus meios de subsistência. Tudo começou com as forças de segurança das empresas multinacionais, em busca de rubis e combustíveis fósseis, expulsando comunidades das suas terras e, na ausência de proteção estatal, estas recorrendo aos jihadistas em busca de ajuda.

Desde o início da violência jihadista com o ataque a Mocimboa da Praia, no dia 5 de outubro de 2017, que a região enfrenta uma crise humanitária sem tréguas. Mais de 5.000 pessoas foram mortas e mais de um milhão foram deslocadas.

No meio desta devastação, a Igreja Católica não só manteve uma presença fiel ao lado das vítimas, como também emergiu como uma força proativa em prol da paz, da reconciliação e do apoio. Além de oferecer o consolo espiritual, as congregações religiosas, as instituições diocesanas e as ONGs católicas coordenaram o socorro emergencial, construíram abrigos, forneceram alimentos e água potável e reabriram escolas nas comunidades deslocadas. Os membros da Igreja ofereceram aconselhamento sobre traumas, apoio psicossocial e assistência jurídica aos sobreviventes, especialmente mulheres e crianças afetadas por sequestros e violência de gênero.

Frei Boaventura, missionário brasileiro do Instituto dos Pobres de Jesus Cristo, afirmou: “Vi pessoas sendo cruelmente sacrificadas; vi a destruição de aldeias e de sonhos”. Falou de um povo que tinha

perdido tudo, mas que, mesmo no meio da profunda miséria, ainda se agarrava a algo que ninguém lhes podia tirar: “fé e esperança em Deus”.⁹⁶

A Irmã Núbia Zapata Castaño, uma carmelita colombiana, ficou desalojada quando os terroristas atacaram a cidade de Macomia em 2020, onde ela liderava um projeto educativo. “Eles disparam para o ar e as pessoas fogem. Qualquer um que era capturado foi morto ou sequestrado”, disse. Apesar do trauma, ela e a sua comunidade retomaram a sua missão logo após o ataque, concentrando-se em ajudar as crianças deslocadas a retornarem à escola.⁹⁷

A Igreja tem desempenhado um papel ativo na construção da paz, na resposta humanitária e na reconstrução comunitária. Nas áreas onde o Estado está ausente ou é alvo de desconfiança, a Igreja tornou-se uma ponte, oferecendo liderança moral e soluções práticas perante traumas, divisões e perdas. As escolas católicas reabriram para disponibilizar educação em campos de refugiados, e foram iniciadas mesas redondas inter-religiosas para promover o diálogo e a confiança mútua entre muçulmanos e cristãos.

O bairro de Mahate é considerado o coração do islamismo na cidade de Pemba. O sacerdote espanhol Padre Eduardo Roca realizou um trabalho notável nesta comunidade que é também a sua paróquia, promovendo o diálogo inter-religioso. “Ao longo dos anos, neste bairro muçulmano com uma forte identidade fundamentalista, construímos uma igreja que hoje se destaca como um testemunho de paz e um lugar de acolhimento para todos”, disse. “Estou consciente de que só conseguimos alcançar isso graças à valorização da comunidade local, algo que, da minha parte, exigiu paciência, escuta e aprendizagem, compreensão dos valores profundos das diferentes culturas e do islamismo, e ir um passo mais além: amá-los.”⁹⁸



Campo de deslocados internos no distrito de Metuge, província de Cabo Delgado, norte de Moçambique

Burkina Faso: O jogo da paz

Amélie Berthelin

O termômetro gira em torno de 40 °C em uma tarde de dezembro em Bissinghin, subúrbio de Ouagadougou. O apito inicial soa. A bola passa pelas pernas de jogadores jovens e mais velhos, levantando uma nuvem de pó de laterito a cada toque. Mais de mil espectadores reuniram-se para a terceira edição de uma partida diferente de todas as outras: de um lado, um time de católicos e protestantes; do outro, muçulmanos e adeptos da religião tradicional. Os goleiros são nada mais nada menos que o pároco e o xeique da mesquita vizinha. E o árbitro? O chefe da religião tradicional. O jogo termina com o resultado ideal, um gol para cada, entre aplausos e gritos de alegria.

“Foi magnífico, um momento verdadeiramente poderoso”, disse o padre André Kabre, pároco de Santo Agostinho. Para este sacerdote, cujo irmão foi morto por jihadistas há dois anos, iniciativas de diálogo inter-religioso como esta são essenciais. Assolada pelo terrorismo desde 2015, a “terra dos justos” sofre ataques diários que atingem agora todas as regiões do país. Embora seja verdade que nem todos os terroristas são jihadistas, os muitos massacres perpetrados sob o clamor de Allahu Akbar associaram inevitavelmente os muçulmanos aos jihadistas na mente do público. “As tensões existiam”, reconhece o padre André, “mas com este jogo e todas as outras iniciativas que implementamos, a situação claramente se acalmou.”

O xeique Chaman compartilha dessa visão: “Uma coisa é os líderes pregarem a unidade e a coesão social nos respectivos locais de culto, mas quando os nossos fiéis nos veem jogando juntos no mesmo campo, isso torna-se um apelo ainda mais forte para que a paz e a harmonia regressem a Burkina Faso.” Um compromisso partilhado pela Federação das Associações Islâmicas (FAIB), que dá formação a centenas de imãs para combater o discurso de ódio e a glorificação da violência.⁹⁹

No entanto, os líderes admitem que tal nível de diálogo nem sempre é possível. Por exemplo, o xeique de outra mesquita sunita próxima, mais radical, nunca aceitou participar em atividades desse tipo.

Burkina Faso retira grande força da sua tradição de coexistência religiosa para resistir ao radicalismo. Quase todo burquinense tem um membro da família de outra religião, sem que isso represente em geral um grande problema, uma vez que os laços familiares geralmente têm precedência sobre todo o resto. Nos últimos anos, porém, quase todos têm também, tal como o padre André, um irmão, um pai ou um familiar que foi assassinado, muitas vezes de forma brutal. Para evitar que esse sofrimento se transforme em ódio, a educação e exemplos tangíveis de diálogo inter-religioso, como este jogo de futebol, são indispensáveis.



burkina faso

Um momento no final da partida com jogadores reunidos ao lado de seus líderes religiosos.

© ACN

Um novo tempo: a liberdade religiosa na era da inteligência artificial

José Luis Bazán, PhD

A inserção repentina da Inteligência Artificial (IA) no quotidiano das sociedades gerou uma revolução com consequências para a humanidade que se alteram a cada dia. O gozo dos direitos humanos fundamentais, incluindo a liberdade de pensamento, de consciência e de religião, enfrenta novos desafios para os quais ainda não existem respostas claras.¹⁰⁰ Como disse o Papa Francisco: “Não podemos presumir *a priori* que o seu desenvolvimento contribuirá beneficentemente para o futuro da humanidade e para a paz entre os povos”.¹⁰¹

Embora os enormes benefícios da IA sejam óbvios, alguns efeitos indesejáveis já são evidentes, enquanto outros estão apenas começando a ser sentidos.¹⁰² A IA poderá facilitar a educação religiosa (por exemplo, a recitação do Alcorão,¹⁰³ ou a ligação às tradições judaicas)¹⁰⁴ e intensificar a compreensão inter-religiosa,¹⁰⁵ ou poderá desnaturalizar a experiência religiosa,¹⁰⁶ propagar o extremismo religioso¹⁰⁷ e normalizar ideologias nocivas como a negação do Holocausto.¹⁰⁸ A IA pode impedir o vandalismo de locais religiosos e garantir a segurança dos templos e dos fiéis, mas também pode ser utilizada para os atacar, por exemplo, com *drones* armados guiados por IA.¹⁰⁹ Os jihadistas na África já estão utilizando ferramentas de IA de código aberto e *drones* modificados para os seus ataques.¹¹⁰

A inteligência artificial tem o potencial de proteger as minorias religiosas, mas também pode tornar-se uma tecnologia poderosa utilizada para o controle autoritário e a repressão dos fiéis. O sistema de vigilância chinês, alimentado por IA, identifica, rastreia (também por meio de

atividades *online*) e oprime grupos religiosos e indivíduos rotulados como “indesejáveis”. Implementa, além disso, o policiamento preventivo por IA contra algumas comunidades religiosas com base em grandes volumes de dados, sinalizando-as como um risco à segurança.¹¹¹ As autoridades norte-coreanas utilizam um sistema incorporado em cada telefone celular que faz uma captura de tela a cada cinco minutos para fins de controle estatal e a armazena em uma pasta inacessível ao usuário.¹¹² As capacidades da IA para fins de manipulação são enormes.¹¹³

“A persuasão algorítmica”, lê-se em uma declaração do Comitê de Ministros do Conselho da Europa, “pode ter efeitos significativos na autonomia cognitiva dos indivíduos e no seu direito de formar opiniões e tomar decisões independentes”,¹¹⁴ conduzindo a um nível inaceitável de manipulação que restringiria gravemente a liberdade de pensamento, de consciência e de religião.¹¹⁵ Além disso, o “desalinhamento de agentes”, em que a IA começa a agir de forma prejudicial, pode se tornar uma ameaça para os seus usuários, levando, por exemplo, à chantagem de líderes religiosos e ao vazamento de informações confidenciais.¹¹⁶

Uma IA orientada por preconceitos utilizada em decisões automatizadas pode levar à discriminação direta ou indireta por motivos religiosos em áreas como benefícios sociais, habitação, empregos públicos, asilo, cuidados de saúde, educação, crédito bancário, seguros,¹¹⁷ recrutamento de mão de obra ou carreiras profissionais. O Apelo de Roma para a Ética da IA, promovido pela Santa Sé, sublinha a importância do princípio fundamental da imparcialidade para salvaguardar a justiça e a dignidade humana e evitar sistemas de IA que sigam ou criem preconceitos.¹¹⁸



Como salientou o Relator da ONU para a liberdade de expressão, os processos automatizados de moderação de conteúdo por IA podem não conseguir “identificar com precisão, por exemplo, conteúdo ‘extremista’ ou discurso de ódio e, portanto, são mais propensos a recorrer ao bloqueio e à restrição de conteúdo, prejudicando os direitos dos usuários individuais de serem ouvidos, bem como o seu direito de acessar informações sem restrições ou censura”.¹¹⁹ As crenças religiosas legítimas, em particular as que divergem dos princípios ou práticas tradicionais, correm o risco de se tornarem invisíveis *online* e *offline* ou de serem punidas por uma IA inadvertida ou deliberadamente abusiva que as sinalize erroneamente como “extremistas” ou “incitadoras de ódio”.¹²⁰

Criar e promover narrativas convincentes, mas falsas, sobre certas comunidades e líderes religiosos, e difundir informações falsas ou desinformação sobre eles por meio da IA, irá torná-los altamente vulneráveis e facilmente visados. A personificação de líderes religiosos por meio da IA não é uma hipótese: o Papa Leão XIV foi retratado em um vídeo do YouTube gerado por IA que falsamente atribuiu a ele uma mensagem para o presidente de Burkina Faso.¹²¹ Vários bispos católicos espanhóis foram personificados em vídeos e gravações de áudio nos quais aparentemente pedem dinheiro.¹²²

A IA tem o poder de reforçar o sentimento de pertença de uma comunidade religiosa ou de minar a sua coesão. É um instrumento formidável para traduzir textos religiosos, desafiando ou confirmando as interpretações dadas pelas autoridades religiosas; ao mesmo tempo, pode reconstruir ou restaurar o conteúdo de textos religiosos antigos deteriorados, bem como identificar os diferentes autores que para eles contribuíram (“agrupamento de autores”).¹²³

A IA pode gerar sermões e discursos religiosos e auxiliar em decisões e decretos religiosos, como *fatwas*.¹²⁴ As aplicações religiosas com tecnologia de IA são utilizadas por fiéis de diversas religiões para observar os seus rituais e práticas, procurar respostas precisas da sua religião em questões de fé e moralidade e aprofundar a compreensão das suas crenças.¹²⁵ Contudo, a IA pode “alucinar”¹²⁶ e fornecer respostas erradas ou pré-fabricadas sobre a fé e a moralidade; por este motivo, “a dependência da IA generativa em dados de treinamento introduz o risco de viés cognitivo, que pode afetar a precisão e a imparcialidade do conteúdo religioso”.¹²⁷ Para evitá-lo, algumas empresas tecnológicas estão projetando e treinando a sua própria IA com base em fontes religiosas estabelecidas, como a *Magisterium AI*, apelidada de “mecanismo de resposta da Igreja Católica”.¹²⁸ Ao mesmo tempo, alguns observadores acreditam que a IA poderá inspirar novas religiões sintéticas.¹²⁹

Idolatrar a inteligência artificial é perigoso¹³⁰ mas procurar restringi-la ou viver como se não existisse não é uma opção.¹³¹ Não deve haver medo ou apreensão, mas sim preparação. Não há outro caminho a seguir senão reconhecer e abraçar as suas imensas e dinâmicas possibilidades como um “sistema baseado em máquinas”¹³² (não um agente),¹³³ sob controle humano significativo,¹³⁴ garantindo ao mesmo tempo a sua utilização ética em conformidade com a dignidade humana e o bem comum,¹³⁵ para garantir que a liberdade de pensamento, de consciência e de religião seja real e efetiva em todas as suas dimensões.



ANÁLISE REGIONAL



Ásia Continental

Os conflitos armados, os sequestros, as detenções arbitrárias e as novas leis que restringem os direitos continuam minando o espaço cada vez mais reduzido da liberdade religiosa na Ásia continental. Abrangendo a Coreia do Norte, a China, o Laos, a Índia, o Bangladesh e o Vietnã, a região inclui alguns dos maiores e mais populosos países do mundo, abrigando numerosas comunidades religiosas e étnicas, e é palco de algumas das piores violações da liberdade religiosa do mundo.

REPRESSÃO TOTALITÁRIA E CONTROLE SISTEMÁTICO

A liberdade religiosa na **China** continua sofrendo sob o governo do presidente Xi Jinping, à medida que o Partido Comunista Chinês (PCC) intensifica a sua política de sinicização, visando alinhar todas as tradições religiosas com a ideologia socialista. As Medidas de 2023 sobre a Administração dos Locais de Atividades Religiosas e a Lei da Educação Patriótica impuseram requisitos rigorosos às comunidades religiosas para promover os valores socialistas fundamentais.¹³⁶ Todos os locais religiosos estão agora sujeitos a avaliações estatais e proibidos de acolher atividades consideradas contrárias aos interesses nacionais. A repressão de grupos religiosos não registrados aumentou, com relatos generalizados de detenções, prisões e fechamento de

locais de culto. Foram condenados clérigos por acusações vagas, como “fraude” ou “subversão”, e o conteúdo religioso na internet continua sob forte censura.¹³⁷ Em Xinjiang, as medidas introduzidas em 2024 exigiram que todos os novos edifícios religiosos refletissem “características chinesas”, um sinal de esforços acelerados para apagar a identidade religiosa e cultural uigure.¹³⁸ Mais de 600 aldeias uigures foram renomeadas, e as pessoas continuaram enfrentando uma vigilância intensa, detenções arbitrárias e castigos por se envolverem em práticas religiosas.¹³⁹

A **Coreia do Norte** ainda é um dos regimes mais repressivos do mundo. Embora a Constituição garanta a liberdade de crença, esta é anulada por uma ideologia estatal que exige lealdade absoluta à dinastia Kim. Qualquer expressão de crença religiosa é considerada uma ameaça direta à autoridade do Estado. Os indivíduos descobertos com materiais religiosos ou acusados de participar em atividades religiosas não autorizadas enfrentam punições severas, incluindo tortura, prisão perpétua ou execução. A política de repatriamento forçado da China agravou ainda mais a situação dos desertores norte-coreanos. Aqueles que regressam à Coreia do Norte são com frequência sujeitos a punições severas, incluindo trabalhos forçados, ou são mesmo executados.¹⁴⁰

No **Vietnã**, as minorias religiosas como os cristãos montagnard e hmong, e os budistas khmer-krom enfrentam uma pressão constante, especialmente no Planalto Central. As autoridades interromperam cultos, demoliram locais de reunião e pressionaram indivíduos a renunciarem à sua fé.¹⁴¹ Os membros de grupos não registrados são frequentemente detidos sob acusações vagas de ameaça à segurança nacional.

Da mesma forma, no **Laos**, a perseguição religiosa persiste, apesar das proteções constitucionais. Em 2023-2024, os cristãos foram expulsos de aldeias como Mai e Sa Mouay por se recusarem a abandonar as suas crenças. Foram demolidas igrejas e detidos pastores, por vezes durante semanas, sem acusações. Em julho de 2024, o Pastor Thongkham Philavanh foi assassinado, o que põe em destaque os riscos enfrentados pelos líderes cristãos nas zonas rurais.¹⁴²

NACIONALISMO APOIADO PELO ESTADO E RESTRIÇÕES À LIBERDADE RELIGIOSA

Em **Mianmar**, o poder político, a identidade étnica e a filiação religiosa estão profundamente interligados, influenciando tanto a dinâmica do conflito civil em curso como a progressiva erosão dos direitos fundamentais. Embora a guerra atual não seja inerentemente religiosa, tem piorado significativamente as condições para a liberdade religiosa. A junta militar tem sido associada a uma agenda nacionalista budista¹⁴³ que é intolerante para com grupos étnicos não bamar e grupos religiosos não budistas, associando-os frequentemente a movimentos de resistência étnica ou a agentes da sociedade civil. Os locais religiosos são atacados com frequência, pois servem muitas vezes como centros de vida comunitária e de assistência humanitária. Desde o golpe de 2021, centenas de igrejas, incluindo católicas, foram bombardeadas ou incendiadas.¹⁴⁴ Os líderes religiosos foram mortos, presos ou intimidados. A Constituição de 2008 continua em vigor, atribuindo ao Budismo uma “posição especial” e codificando leis discriminatórias sobre a conversão e o casamento inter-religioso.¹⁴⁵ Os Rohingya continuam enfrentando atrocidades e deslocamentos forçados.

No **Sri Lanka**, a influência do nacionalismo budista cingalês, particularmente na Província Oriental, levou a um aumento da vigilância, do assédio e da pressão legal sobre as minorias religiosas. A Lei do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e a Lei de Prevenção do Terrorismo têm sido utilizadas para combater vozes dissidentes.¹⁴⁶ Os hindus tãmeis relatam apreensões de terras, enquanto os cristãos e os muçulmanos são regularmente intimidados. Embora o país tenha vivido uma estabilização política, a resistência do governo ao monitoramento dos direitos humanos prejudica a responsabilização e a confiança.

PERSEGUIÇÃO HÍBRIDA E INTOLERÂNCIA LEGALIZADA

Na **Índia**, as garantias constitucionais de liberdade religiosa são minadas pelas políticas nacionalistas hindus promovidas pelo Partido Bharatiya Janata (BJP). Desde

2014 têm sido impostas restrições crescentes às comunidades muçulmana e cristã. A Lei de Regulamentação de Contribuições Estrangeiras (FCRA) tem sido utilizada para suspender ou cancelar as licenças de ONG ligadas a minorias religiosas. Em 2024, das mais de 35.000 ONG apenas 15.947 permaneciam autorizadas a receber financiamento estrangeiro.¹⁴⁷ Já existem leis anticonversão em 12 estados,¹⁴⁸ incluindo Rajastão e Uttar Pradesh, onde as disposições permitem que qualquer cidadão apresente queixas, o que aumenta o risco de falsas acusações.

A violência religiosa aumentou, com os cristãos sofrendo um recorde de 834 ataques em 2024, particularmente em Uttar Pradesh e Chhattisgarh, envolvendo agressões de multidões.¹⁴⁹ Em Manipur, os confrontos intercomunitários entre as comunidades cristãs Kuki-Zo e os grupos hindus Meitei causaram dezenas de mortes e destruição generalizada.¹⁵⁰ A Índia é agora um exemplo de um modelo de “perseguição híbrida”, que combina a repressão jurídica com a violência popular.

No vizinho **Nepal**, as disposições anticonversão na Constituição levaram à perseguição das comunidades cristãs. Pastores e leigos foram presos ou humilhados publicamente, especialmente quando acusados de converter *dalits*.¹⁵¹ Em setembro de 2023, ativistas hindus interromperam um encontro cristão em Kharhni, dispensaram os participantes e mancharam os rostos de dois pastores com tinta preta.¹⁵² Uma semana antes, um casal de missionários indianos foi entregue às autoridades. Em agosto de 2024, uma igreja em Dhanusha foi fechada sob acusações de “conversões em massa”.¹⁵³

INSTABILIDADE PÓS-TRANSIÇÃO E TENSÕES RELIGIOSAS

Bangladesh mantém princípios ambíguos, nomeando o islamismo como religião de Estado e, ao mesmo tempo, defendendo o secularismo como valor constitucional. Na prática, esta dualidade tem fomentado a instabilidade e a discriminação. A Lei da Cibersegurança,¹⁵⁴ adotada em 2023, permitiu que se continuasse a reprimir a dissidência e a visar grupos minoritários.

Após a saída da primeira-ministra Sheikh Hasina, em 2024, e a instalação de um governo interino liderado por Muhammad Yunus, as comunidades minoritárias têm reportado um aumento da violência e da discriminação. O levantamento da proibição do Jamaat-e-Islami gerou preocupações com a crescente influência islâmica.¹⁵⁵ Nas colinas de Chittagong, as comunidades cristãs têm sido alvo de assédio direcionado, enquanto a situação dos refugiados rohingya continua precária e sem solução.

O triângulo de Mianmar: Grupos políticos, étnicos e religiosos

Maria Lozano

Mianmar é um dos países mais complexos e diversificados da Ásia, caracterizado por uma rica trama de identidades étnicas e religiosas que influenciam significativamente a sua política.¹⁵⁶

O país reconhece mais de 135 grupos étnicos distintos, sendo que a maioria bamar compreende aproximadamente 68% da população e habita predominantemente as regiões centrais.¹⁵⁷ Minorias como os kachin, os chin, os karen, os shan, os rakhine, os mon e outras minorias coexistem com a maioria bamar, enquanto alguns grupos, como os rohingya, estão excluídos do reconhecimento oficial e da cidadania.

O budismo theravada é praticado pela maioria bamar e por algumas minorias, que em conjunto representam cerca de 88% da população. As comunidades cristãs significativas, principalmente kachin, chin, kayah (karenni) e Karen, representam cerca de 6%, enquanto os muçulmanos, em grande parte rohingya arakan, representam cerca de 4%, e as comunidades menores praticam o Animismo e o hinduísmo.¹⁵⁸

GRUPOS POLÍTICOS: O ESTADO, OS MILITARES, A OPOSIÇÃO E AS SUAS DINÂMICAS

O tecido político de Mianmar é igualmente complexo, moldado por diversos agentes e instituições. O Estado é centralizado, construído em torno de uma identidade bamar-budista.

O Tatmadaw, as forças armadas de Mianmar, tem sido o principal ator político desde a independência do Reino Unido em 1948, legitimando-se ao afirmar a necessidade de defender a “unidade nacional” contra o suposto separatismo étnico e sectário.¹⁵⁹ O Tatmadaw tem consistentemente

privilegiado a identidade bamar-budista e olhado com desconfiança para outras expressões étnicas e religiosas.

Os movimentos pró-democracia, como a Liga Nacional para a Democracia (NLD), desafiaram o regime militar, mas evitaram muitas vezes confrontar questões sensíveis como a autodeterminação étnica, os direitos das minorias ou os abusos militares contra grupos como os rohingya e os kachin.

O golpe de fevereiro de 2021, no qual o Tatmadaw derrubou o governo civil liderado pela NLD, reverteu as conquistas democráticas e desencadeou uma revolta nacional que combinava protestos civis e resistência armada. Como centro alternativo à junta militar, vários agentes étnicos e políticos formaram o Governo de Unidade Nacional, enquanto os civis formaram novas milícias, as Forças de Defesa do Povo, e começaram a cooperar com grupos étnicos armados de longa data.¹⁶⁰

GRUPOS ÉTNICO-RELIGIOSOS: IDENTIDADE, MARGINALIZAÇÃO E REBELIÃO

Muitas minorias étnicas desenvolveram as suas próprias estruturas como forma de resistência à exclusão política e cultural e à discriminação sistemática. As Organizações Armadas Étnicas (EAO), que representam comunidades diversas e incluem liderança política, foram criadas para garantir o autogoverno nos seus territórios.¹⁶¹

Exemplos incluem o Exército de Independência kachin, a Frente Nacional Chin, a União Nacional Karen e o Exército Arakan, todos envolvidos em longos conflitos por autonomia e reconhecimento, e pela preservação das suas



identidades distintas, abrangendo a língua, a religião e as tradições culturais. Em alguns casos, a identidade religiosa é central. Por exemplo, muitos kachin são cristãos, e a sua luta reflete tanto queixas étnicas como opressão religiosa.

O Budismo ainda é um pilar da identidade nacional bamar e tem estado historicamente ligado à autoridade estatal. A sangha (clero budista) está em grande parte sob controle estatal, e grupos ultranacionalistas como o *ma ba tha*, embora oficialmente dissolvidos, mantêm influência, alimentando frequentemente sentimentos antimuçulmanos e hostilidade contra as minorias.¹⁶² A sua presença contribuiu significativamente para as tensões religiosas e para a violência.

A junta militar utilizou a religião para consolidar o poder, promulgando as Leis de Proteção Racial e Religiosa para restringir a conversão e o casamento inter-religioso.¹⁶³

O cristianismo, por outro lado, tem sido uma fonte de resiliência para minorias como os chin, kachin e karen, funcionando como um símbolo de resistência, dedicação e serviço, com as Igrejas a prestarem com frequência ajuda humanitária a toda a população, oferecendo assim uma alternativa à narrativa dominante.¹⁶⁴

Os muçulmanos, especialmente os rohingya, enfrentam a marginalização, a privação de direitos, a discriminação social e a violência motivadas por fatores históricos.¹⁶⁵

INTERSEÇÕES E TENSÕES DENTRO DO TRIÂNGULO

Em Mianmar, as identidades étnicas e religiosas são muitas vezes indissociáveis e têm expressão política direta. A

liderança kachin reflete frequentemente a identidade cristã e abrange um papel político-militar, enquanto entre os rohingya a pertença étnica está intimamente ligada ao islamismo. Em agosto de 2024, pelo menos 200 civis rohingya foram mortos no massacre do rio Naf, durante os combates entre o Exército Arakan e o Tatmadaw.¹⁶⁶

As minorias religiosas e étnicas, especialmente os cristãos e os muçulmanos, são regularmente reprimidas e acusadas de separatismo. A violência estatal é frequentemente justificada por meio de uma retórica nacionalista. Até monges budistas críticos do regime, como o Venerável Bhaddanta Muninda Bhivamsa, assassinado em junho de 2024,¹⁶⁷ sofreram perseguições, demonstrando que o controle do Estado se estende à religião majoritária. Mais de 200 edifícios religiosos foram destruídos desde o golpe,¹⁶⁸ incluindo a Catedral de São Patrício e o centro pastoral católico de São Miguel em Banmaw, em 2025.¹⁶⁹

As alianças entre as forças da oposição continuam frágeis, com a desconfiança e o preconceito explorados pelo regime para aprofundar as divisões.

O impacto do conflito em curso na liberdade religiosa é grave. Apesar das garantias constitucionais, as minorias vistas como ameaças enfrentam uma discriminação sistemática. A violência, a repressão e a desconfiança mútua impedem o desenvolvimento de uma cidadania baseada na igualdade de direitos.



Irmã Ann Nu Tawng (Irmãs de São Francisco Xavier) ajoelhada diante das forças de segurança em Myitkyina, Mianmar, para implorar pela paz em 28 de fevereiro de 2021



Ásia Marítima e Pacífico

A região marítima da Ásia-Pacífico abrange a Península Malaia, o Arquipélago Malaio, a Austrália, a Nova Zelândia e as nações insulares do Indo-Pacífico. Esta vasta e estrategicamente importante região inclui algumas das sociedades com maior diversidade religiosa do mundo, bem como áreas onde o islamismo extremista e a ortodoxia religiosa imposta pelo Estado continuam a restringir gravemente a liberdade religiosa ou de crença.

MALÁSIA E MALDIVAS: REPRESSÃO ISLÂMICA INSTITUCIONALIZADA

A Malásia e as Maldivas, onde as ideologias sunitas islâmicas exclusivas estão inseridas na lei e na governança, continuam a ser os países mais repressivos da região em termos de liberdade religiosa.

Na **Malásia**, inúmeros incidentes durante o período deste relatório ilustraram restrições persistentes e tensões intercomunitárias. Indivíduos, incluindo um comediante de *stand-up* e um comerciante de Johor, foram acusados de insultar o islamismo,¹⁷⁰ enquanto uma mãe solteira foi condenada por *khalwat*, o crime de estar em proximidade física com um homem que não era o seu marido nem um parente próximo do sexo masculino.¹⁷¹ Em 2024, a deputada católica Teresa Kok foi questionada após criticar o custo da certificação *halal*.¹⁷² Em Sabah, os cristãos foram registrados arbitrariamente como muçulmanos em documentos de identificação,¹⁷³ enquanto os refugiados rohingya enfrentaram discriminação étnica e doutrinária.¹⁷⁴ O debate público em Sarawak sobre as aulas de estudo da Bíblia e a xenofobia revelou a fragilidade da coexistência religiosa.¹⁷⁵ Apesar de algumas decisões judiciais que defenderam os direitos das minorias, o clima manteve-se marcado por ambiguidade jurídica, vigilância estatal e crescente intolerância.

Nas **Maldivas**, as leis que proíbem a expressão religiosa não islâmica continuaram a ser rigorosamente aplicadas. Dois turistas alemães foram detidos em 2024 por distribuir Bíblias.¹⁷⁶ Um líder espiritual indiano e o seu assistente foram deportados em 2023.¹⁷⁷ As Maldivas serviram também como campo de recrutamento para grupos extremistas, e 20 indivíduos foram sancionados pelos Estados Unidos, em 2023, por financiarem o autoproclamado grupo Estado Islâmico e a Al-Qaeda. As prisões funcionam, supostamente, como centros de radicalização.¹⁷⁸

INDONÉSIA: CONTRADIÇÕES ENTRE BLASFÊMIA E UNIDADE

Desde a independência em 1945, a **Indonésia** é oficialmente um Estado laico e reconhece o direito à liberdade religiosa. No entanto, a sua longa tradição de pluralismo tem sido posta à prova. A única província governada pela *sharia* é Aceh, e em janeiro de 2023, na sua capital, Banda Aceh, uma mulher recebeu publicamente 22 chicotadas por se ter encontrado com um homem que não era o seu marido.¹⁷⁹ As leis contra a blasfêmia e as restrições à liberdade de expressão continuam a afetar desproporcionalmente os não muçulmanos, especialmente os cristãos. Um homem de 74 anos, convertido ao Catolicismo, permaneceu detido por blasfêmia em dezembro de 2023, três anos depois de ter publicado um livro crítico do islamismo.¹⁸⁰ Em setembro de 2024, o Papa Francisco visitou a Indonésia no início da sua viagem por quatro países do Sudeste Asiático. Exortou o país a defender o seu lema, "Unidade na Diversidade", e a ser um modelo de coexistência inter-religiosa.¹⁸¹

O Papa terminou a sua viagem pela Ásia-Pacífico com uma visita de três dias a **Singapura**, elogiando o compromisso do país com a harmonia religiosa e a sua proteção da liberdade religiosa para todas as religiões.¹⁸²

FILIPINAS E BRUNEI: EXTREMISMO LOCALIZADO E GOVERNO PELA SHARIA

A violência jihadista persistiu em Mindanao, a ilha a sul das **Filipinas** com uma grande população muçulmana. Em dezembro de 2023, uma bomba foi detonada durante uma Missa católica na Universidade Estadual de Mindanao, matando quatro pessoas.¹⁸³ Em maio de 2024, um ataque com granada a uma capela na cidade de Cotabato feriu duas pessoas.¹⁸⁴ Conflitos armados entre extremistas islamistas e forças governamentais em Maguindanao del Sur fizeram 11 mortos.¹⁸⁵ Esses acontecimentos realçam a ameaça contínua representada pelos jihadistas na região de Bangsamoro. Ao mesmo tempo, foram levantadas preocupações sobre a forma como o governo tem utilizado a controversa Lei Antiterrorismo para encobrir abusos dos direitos humanos, incluindo ataques a ativistas, líderes religiosos e comunidades indígenas que procuram proteger as suas terras dos interesses mineiros.

Apesar das críticas internacionais, o **Brunei** continua a manter a Ordem do Código Penal Syariah (SPCO), que entrou em vigor em abril de 2019. Esta estrutura legal criminaliza a apostasia, a blasfêmia e a propagação de religiões não islâmicas, prescrevendo punições como a amputação, a flagelação, o apedrejamento e a pena de morte, embora se mantenha em vigor uma moratória de fato sobre as execuções.¹⁸⁶ Os não muçulmanos enfrentam restrições significativas, principalmente em relação ao proselitismo, à distribuição de materiais religiosos e à formulação de declarações críticas sobre o islamismo, apesar das disposições constitucionais que garantem a liberdade de religião.

PACÍFICO E AUSTRÁLIA: LIBERDADE RELIGIOSA EM MEIO A NOVAS TENSÕES

Ao contrário de muitos dos seus vizinhos, os países insulares do Pacífico — incluindo a **Austrália**, a **Nova Zelândia**, **Timor-Leste** e a **Papua-Nova Guiné** — mantêm geralmente

fortes proteções da liberdade religiosa. O mesmo se aplica aos microestados do Pacífico como **Samoa**, **Tonga**, **Fiji** e **Kiribati**.

Na **Austrália**, a liberdade religiosa foi legalmente protegida no passado, mas episódios recentes têm levantado preocupações. Alguns estados exigem que os profissionais de saúde religiosos disponibilizem ou encaminhem serviços que possam entrar em conflito com as suas crenças, e um estado confiscou um hospital católico que não disponibilizava serviços de aborto. A utilização contínua de centros de detenção *offshore* pela Austrália, particularmente em **Nauru**, tem sido alvo de críticas internacionais. Os grupos de defesa dos direitos humanos e os bispos católicos condenaram as condições locais como desumanas. Muitos requerentes de asilo, muitas vezes em fuga de perseguição religiosa, permanecem em detenção prolongada. Em novembro de 2024, mais de 100 pessoas estavam detidas em Nauru, o número mais elevado desde 2013.¹⁸⁷

Na **Papua-Nova Guiné**, a agitação interna e a pressão geopolítica têm acirrado o debate sobre o papel da religião na vida pública. Após tumultos mortais em fevereiro de 2024, o primeiro-ministro James Marape promoveu uma identidade nacional cristã. O Parlamento aprovou logo um projeto de lei que declarava a Papua-Nova Guiné um país cristão, provocando alertas dos líderes religiosos sobre o enfraquecimento da diversidade cultural. Durante a sua visita em setembro de 2024, o Papa Francisco apelou ao respeito pela dignidade humana e denunciou a violência, incluindo abusos relacionados com bruxaria. A crescente politização da religião e as influências externas podem ameaçar a liberdade religiosa e o pluralismo no país.¹⁸⁸



Vestimentas tradicionais durante a Santa Missa do Papa Francisco no Estádio Sir John Guise em Port Moresby, Papua Nova Guiné, 8 de setembro de 2024

© Vatican Media

China: as restrições legais ao ensino religioso para menores

André Stiefenhofer

Nos últimos anos, as leis nacionais e as regulamentações regionais mais rigorosas tornaram quase impossível uma vida religiosa normal para as crianças e jovens na China. Desde 2014, um conjunto crescente de legislação nacional e regulamentos regionais procura incorporar a prática religiosa nas estruturas oficiais sancionadas pelo Estado e eliminá-la por completo dos espaços não registrados.¹⁸⁹ Isto resultou na exclusão das crianças e jovens da maioria das formas de vida religiosa pública e comunitária.

A Constituição da China apenas protege as atividades religiosas “normais”,¹⁹⁰ uma restrição formulada de forma muito ampla que foi interpretada como um apelo à sinização das religiões, o que significa “menos inculturação do que a padronização da respectiva religião, isto é, a adaptação de todos os sistemas de crenças religiosas aos valores do socialismo com características chinesas”.¹⁹¹

Prosseguindo esta política de “adaptação da religião”, a Lei da Educação Patriótica de 2023 fala, no artigo 22.º, em “melhorar a compatibilidade das religiões com a sociedade socialista”.¹⁹² A Lei da Educação de 2021 estipula, no artigo 8º, que “nenhuma organização ou indivíduo pode fazer uso da religião para realizar atividades que interfiram com o sistema educativo do Estado”.¹⁹³ Embora esta formulação seja adequada para declarar qualquer instrução religiosa ou catequética uma “ingerência”, a Lei Nacional de Proteção de Menores de 2020 dá às autoridades mais poder para

impedir atividades religiosas para menores, agrupando a participação em “cultos” religiosos na mesma categoria das “atividades supersticiosas”, do terrorismo, do separatismo e do extremismo, o que submete assim a religião à suspeita geral de hostilidade para com o Estado.¹⁹⁴

Esta linha restritiva é mantida na legislação regional de cada província. Os Regulamentos sobre Assuntos Religiosos para as diversas províncias contêm restrições explícitas à educação religiosa dos menores e fornecem às autoridades justificações para tomarem medidas contra a participação das crianças e dos jovens na vida religiosa comunitária. Isto inclui não só serviços religiosos, mas também campos de férias baseados na fé, catequeses, retiros espirituais e atividades religiosas orientadas para a família. As crianças são frequentemente proibidas de entrar em locais de culto e, em vários casos, as escolas exigiram que os pais e os alunos assinassem declarações comprometendo-se a não se envolverem em qualquer forma de prática religiosa. Alguns regulamentos incluem a frase: “Nenhuma entidade ou indivíduo deve organizar, aliciar ou coagir menores a participar em atividades religiosas”.¹⁹⁵ As “atividades” incluem serviços religiosos, bem como “viagens de estudo, campos de férias ou retiros”.¹⁹⁶ Em algumas escolas, foram enviadas cartas aos pais instando-os a manter os seus filhos afastados da religião, argumentando que a crença religiosa prejudica o desenvolvimento moral e prejudica a competitividade acadêmica.

Tudo isto levou à proibição de toda a prática religiosa e educação para menores de 18 anos na China, privando assim as comunidades religiosas dos seus esforços de desenvolvimento juvenil e representando uma ameaça existencial ao seu futuro.

Missa de domingo de manhã em uma igreja. Esta imagem de 2008 mostra uma jovem participando — uma prática que não é mais permitida, já que as normas atuais impedem a participação de menores.



Índia: Leis anticonversão

André Stiefenhofer

Foram já promulgadas leis anticonversão em 12 estados indianos com o objetivo declarado de impedir conversões religiosas por meio de coerção, fraude ou indução. Essas leis exigem muitas vezes que os indivíduos notifiquem as autoridades antes da conversão e criminalizam as conversões obtidas por meio de força, fraude ou aliciamento. Embora a última onda de leis anticonversão tenha sido impulsionada pelo Partido Bharatiya Janata (BJP), no poder, as leis anticonversão datam de 1936, e o Raj britânico permitiu que 12 estados principescos promulgassem essas leis na altura da independência.¹⁹⁷

Na prática, as leis têm sido sistematicamente utilizadas de forma abusiva contra as minorias religiosas, criando um clima de medo, incentivando falsas acusações e legitimando o assédio. As minorias religiosas são frequentemente denunciadas por grupos hindus radicais, e as suas atividades humanitárias ou educativas são muitas vezes deturpadas como tentativas de conversão.

No dia 16 de fevereiro de 2025, na cidade de Indore (Madhya Pradesh), a religiosa católica Sheela Savari Muthu e três das suas colegas foram detidas pela polícia, apesar de não ter havido coação ou conversões religiosas. As detenções ocorreram após a organização de um acampamento de sensibilização sobre saúde e higiene para os filhos de empregadas domésticas em um jardim público, um acontecimento que tinha recebido aprovação oficial prévia. A intervenção policial ocorreu depois de uma multidão de nacionalistas hindus se ter reunido no local, ameaçando os organizadores e acusando a religiosa de tentar converter as crianças presentes. “A polícia levou-nos para a esquadra”, disse a irmã Muthu. “Queríamos abrir um processo contra a máfia hindu, mas eles recusaram-se a aceitar e apresentaram um processo criminal contra nós.”¹⁹⁸ Mais tarde, a Corporação Municipal de Indore demoliu o edifício de quatro andares que albergava o seu escritório, ignorando os apelos para aguardar uma decisão judicial.¹⁹⁹

O caso do Pastor José Pappachan e da sua mulher Sheeja, no distrito de Ambedkar Nagar, em Uttar Pradesh, revela como as leis anticonversão podem ser utilizadas como instrumento de perseguição estatal. O casal foi condenado por um tribunal, em janeiro de 2025, a cinco anos de prisão e multado em 25 mil rupias (cerca de 240 euros) cada, sob a acusação de tentar converter pessoas de origens tribais e *dalits*. O casal negou a acusação, argumentando que estava apenas proporcionando educação às crianças e ajudando as pessoas a deixarem de beber álcool e a envolverem-se em discussões.²⁰⁰ Em fevereiro de 2025, após uma decisão do Tribunal Superior de Allahabad, foram libertados sob fiança.²⁰¹ Uma vez que aproximadamente 20% dos cristãos na Índia têm origens tribais e cerca de 70% são *dalits*, a perspectiva de conversão de qualquer um desses grupos pode despertar uma resposta particularmente hostil por parte dos nacionalistas hindus.²⁰²

As leis anticonversão encorajam os nacionalistas hindus radicais a práticas de justiça pelas próprias mãos e linchamentos, que criam um clima de medo entre as minorias religiosas. No dia 22 de junho de 2025, uma multidão de 150 pessoas invadiu a casa do Pastor Gokhariya Solanky, na aldeia de Nepa Nagar, no distrito de Burhanpur (Madhya Pradesh). Atacaram ele e outros três cristãos, todos *dalits*, os despiram e os exibiram apenas com roupas íntimas em via pública. Em seguida foram levados para o templo hindu local e obrigados a curvar-se perante a divindade ali presente. Posteriormente, a multidão acusou os cristãos de converterem os *dalits* hindus ao cristianismo e os entregaram à polícia, que os manteve presos. A conclusão do Pastor Solanky capta com propriedade a situação atual na Índia: “As falsas acusações de conversão são rotineiramente feitas contra os cristãos por grupos hindus que trabalham para transformar a Índia em um país de domínio hindu.”²⁰³

índia

Um homem em oração em uma pequena aldeia tribal no estado de Jharkhand, Índia

Lei, poder e prática no mundo muçulmano. As múltiplas faces da sharia

Dennis Peters

A *sharia*, ou lei islâmica, ocupa uma posição central na definição dos contornos da liberdade religiosa em todo o mundo muçulmano. Para alguns, funciona sobretudo como uma bússola espiritual e moral, para outros, serve de fundamento ao direito estatal, com profundas implicações para a cidadania, os direitos das minorias e a igualdade jurídica. No entanto, a *sharia* não é um sistema fixo ou uniforme. A sua interpretação e implementação variam consideravelmente entre países, e até mesmo dentro do mesmo país, refletindo interações complexas entre tradição, modernidade e autoridade política.

Ao contrário da noção de um código único e uniforme, não existe uma *sharia* única. Nos Estados de maioria muçulmana, a lei islâmica varia entre uma invocação simbólica de valores divinos e uma ordem jurídica totalmente codificada e aplicada pelo Estado. Em algumas Constituições, a *sharia* é designada como a principal fonte de legislação. Na Arábia Saudita, por exemplo, o Alcorão e a Suna são declarados as únicas fontes de direito.²⁰⁴ No Irã, o Conselho de Curadores analisa toda a legislação para verificar a conformidade com a doutrina xiita.²⁰⁵ Em ambos os casos, a jurisprudência islâmica detém a autoridade máxima. Em outros locais, a *sharia* coexiste com sistemas jurídicos seculares e abrange questões de estatuto pessoal, como o casamento, o divórcio e a herança. A *sharia*, porém, envolve muito mais do que política e acordos nacionais. A palavra significa literalmente “o caminho bem trilhado para a água” e, para um povo do deserto, é o próprio caminho para a vida.

A LACUNA ENTRE A LEI E A PRÁTICA

Como observou o jurista Ebrahim Afsah – em cujo curso sobre as lutas constitucionais no mundo muçulmano se baseia este artigo –, a implementação jurídica diverge com frequência das reivindicações constitucionais. Esta lacuna pode ser decisiva para a liberdade religiosa. No Egito, a aplicação discriminatória das leis contra a blasfêmia teve um efeito inibidor no exercício do direito fundamental à liberdade religiosa.²⁰⁶ Outros países, com códigos mais rigorosos, aplicam-nos de forma inconsistente. No norte da Nigéria, os códigos penais baseados na *sharia* são implementados de forma desigual, dependendo da vontade política local e da pressão pública.²⁰⁷ Embora os tribunais da *sharia* no Norte da Nigéria já não apliquem a punição cruel da amputação, não estão isentos do problema habitual da corrupção. E embora alguns cristãos digam preferir os tribunais da *sharia*, outros relatam discriminação por motivos religiosos.²⁰⁸ Estados como o Paquistão e o Irã defendem fortes identidades jurídicas islâmicas.²⁰⁹ Na província de Aceh, na Indonésia, a autonomia regional permitiu a aplicação da *sharia*, incluindo castigos corporais, apesar da Constituição nacional secular do país.²¹⁰ Essas disparidades, de âmbito variável, produzem consequências tangíveis para as comunidades religiosas.

RAÍZES HISTÓRICAS

A natureza pluralista da lei islâmica tem raízes históricas profundas. Os primeiros impérios muçulmanos geralmente acomodavam os costumes locais e permitiam a presença de comunidades não muçulmanas,²¹¹ em particular os Judeus e os cristãos sob o estatuto de *dhimmi*, para manterem as suas próprias tradições jurídicas, embora dentro de certos limites. A expressão religiosa pública era tipicamente restrita e a conversão a partir do islamismo não era permitida.

Uma mulher muçulmana recebe 23 chicotadas após ser encontrada próxima ao namorado em Banda Aceh, Indonésia.

Para as minorias não abraâmicas, as condições poderiam ser consideravelmente mais severas, como ilustrado pela perseguição aos Yazidis no Iraque pelo autoproclamado grupo Estado Islâmico, em 2014.²¹²

TRANSFORMAÇÕES MODERNAS

Os séculos XIX e XX trouxeram uma pressão constante para a adaptação aos modelos jurídicos, militares e educativos ocidentais. As respostas variaram: a Turquia abraçou a secularização; o Egito procurou reformas jurídicas parciais; a Arábia Saudita resistiu a tais mudanças, considerando-as incompatíveis com a autenticidade islâmica. Hoje, quatro grandes correntes de pensamento permeiam os debates muçulmanos sobre a *sharia*:²¹³

1. **Secularismo**, que visa retirar a religião do poder público;
2. **Modernismo**, que acredita que a *sharia* pode ser reinterpretada para se alinhar com os valores modernos;
3. **Tradicionalismo**, que sustenta que a lei islâmica é já suficiente e completa;
4. **Fundamentalismo**, que apela a um regresso às fontes islâmicas mais antigas com uma adesão textual rigorosa.

IMPLICAÇÕES PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Onde a *sharia* é interpretada de formas que subordinam os não muçulmanos, proíbem conversões ou criminalizam o que são considerados insultos ao islamismo, a liberdade religiosa é significativamente restringida. No Paquistão,

as acusações de blasfêmia precipitaram a violência popular e a perseguição judicial. Sob o regime talibã no Afeganistão, a apostasia é punível com a morte. No entanto, os desenvolvimentos não são uniformemente negativos. Na Tunísia e em Marrocos, as reformas com enquadramento religioso ampliaram os direitos das mulheres e reforçaram a proteção das minorias. Em partes da Ásia Central, as Constituições seculares impediram a imposição de códigos jurídicos sectários, embora, muitas vezes, em detrimento de liberdades políticas e religiosas mais amplas. De forma assinalável, em 2022, o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, iniciou um projeto para identificar e compilar aquele que é considerado o *hadith* mais autêntico do Profeta, supostamente para impedir a sua exploração por agentes extremistas.²¹⁴

CONCLUSÃO

A *sharia* manifesta-se sob diversas formas, desde referências constitucionais a sistemas abrangentes impostos pelo poder estatal. O seu papel nos países de maioria muçulmana depende da história, da influência política e da solidez ou fragilidade das instituições. Para os defensores da liberdade religiosa, esta complexidade exige uma abordagem diferenciada e contextualizada. Os desafios são reais, mas também o são os sinais de mudança e de discussão aberta. À medida que os países continuam a procurar a sua identidade e direção jurídica, a forma como a *sharia* é utilizada continuará a ser uma questão fundamental na luta global pela liberdade religiosa.



© AFP via Getty Images

Oriente Médio e Norte da África

A região do Oriente Médio e Norte da África continua a ser uma das regiões mais complexas e voláteis do mundo. Embora tenham sido observados alguns desenvolvimentos positivos durante o período de dois anos deste relatório, esses foram amplamente ofuscados por tendências preocupantes e pelo conflito entre Israel e o Hamas, que desencadeou níveis de violência sem precedentes e uma desestabilização regional mais ampla.

É possível identificar várias tendências importantes que, naturalmente, não se aplicam a todos os países da região do Oriente Médio e Norte da África e aos Estados adjacentes de maioria muçulmana, Turquia, Paquistão e Afeganistão.

GESTOS DO GOVERNO EM RELAÇÃO ÀS MINORIAS RELIGIOSAS

Embora a liberdade religiosa abrangente não se encontre nos Estados de maioria muçulmana, alguns demonstraram uma maior inclinação para reconhecer que o pluralismo religioso é ainda uma parte necessária do mosaico social. As monarquias islâmicas como a Jordânia e Marrocos, em particular, têm uma longa tradição de diálogo inter-religioso e apelam repetidamente à moderação religiosa.

Há vários anos, outros Estados de maioria islâmica da região juntaram-se a eles, adotando políticas religiosas tolerantes. Os Emirados Árabes Unidos, em particular, continuaram a demonstrar tolerância para com os Judeus e os cristãos. Um exemplo disso é a inauguração da Casa da Família Abraâmica em Abu Dhabi, em 2023. Este centro multirreligioso abrange uma igreja, uma sinagoga e uma mesquita. Em

abril de 2023, a comunidade judaica dos Emirados Árabes Unidos pôde celebrar a Páscoa.²¹⁵ E em fevereiro de 2024, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, inaugurou o primeiro templo hindu de Abu Dhabi.²¹⁶

Marrocos também tomou medidas em relação à comunidade judaica. Em novembro de 2022, a Universidade Politécnica Mohammed VI, em Marraquexe, inaugurou a primeira sinagoga universitária do mundo árabe. Foi construída junto a uma nova mesquita universitária, com as duas estruturas a partilharem uma parede como símbolo de unidade religiosa.²¹⁷ No entanto, não havia estudantes judeus inscritos na universidade quando a sinagoga foi inaugurada e, em julho de 2025, continuava a não haver nenhum. Poucos meses após a inauguração, Israel reconheceu a anexação do Saara Ocidental por Marrocos. A primeira Administração Trump tinha reconhecido a anexação em 2020, no âmbito das negociações para a normalização das relações entre Marrocos e Israel.²¹⁸

Em fevereiro de 2023, Omã e a Santa Sé estabeleceram relações diplomáticas plenas.²¹⁹ No Bahrein, o rei doou um terreno à Igreja Ortodoxa e fez uma visita ao Papa Francisco após a viagem deste ao país.²²⁰

Essas medidas são, sem dúvida, positivas, pois começam a reduzir as reservas enraizadas em relação aos não muçulmanos. Contudo, estão geralmente associadas a intenções políticas, com os respectivos Estados a quererem apresentar-se no exterior como tolerantes, ao mesmo tempo que agem com frequência de forma repressiva a nível interno e não garantem uma ampla liberdade religiosa.

O ISLAMISMO POLÍTICO

Uma sondagem realizada pelo Arab Barometer em 2023 mostrou que, na maioria dos países, os cidadãos, tanto jovens como idosos, tinham uma clara preferência por dar à religião um papel maior na política.²²¹

Isso reflete-se nos padrões de votação. O braço político da Irmandade Muçulmana obteve grande sucesso nas eleições parlamentares na Jordânia, em setembro de 2024. Com 31 dos 138 lugares, o partido islâmico tornou-se a maior facção no Parlamento e alcançou o seu melhor resultado em 35 anos. As autoridades jordanianas proibiram a Irmandade Muçulmana em abril de 2025, acusando-a de planejar atos de violência. O braço político foi autorizado a continuar, mas os seus escritórios foram alvo de buscas.²²²

Muito mais significativa, tanto em termos nacionais como internacionais, foi a tomada do poder na Síria pela milícia islâmica Hayat Tahrir al-Shams (HTS) no final de 2024. No início de 2025, o líder da HTS, Ahmed al-Sharaa, foi nomeado presidente para o “período de transição”. Sucedeu ao presidente de longa data, Bashar al-Assad, que foi deposto por uma ofensiva rebelde-relâmpago que pôs fim a décadas de governo da minoria alauíta. O presidente al-Sharaa é o fundador da Al-Nusrah, uma ramificação da Al-Qaeda,²²³ que foi responsável por dezenas de ataques a civis envolvendo o massacre de cristãos²²⁴ e drusos. Apesar dos comentários mais recentes a favor da liberdade religiosa, em uma entrevista de 2014, al-Sharaa (anteriormente al-Julani) também declarou publicamente que o seu objetivo “era ver a Síria governada pela lei islâmica e que não havia lugar para as minorias alauítas, xiitas, drusas e cristãs no país”.²²⁵

Ainda não é claro qual será o impacto na liberdade religiosa da tomada de poder pelo HTS na Síria. Alguns Estados ocidentais veem os novos governantes como contatos legítimos, embora o governo do Reino Unido diga que Hay’at Tahrir al-Sham é “um nome alternativo para al-Nusrah” e liste o HTS como fazendo parte da Al-Qaeda e, portanto, uma organização terrorista proscrita.²²⁶ O Conselho de Segurança da ONU também lista o HTS como uma ramificação da Al-Qaeda e uma organização terrorista.²²⁷ No entanto, o presidente interino al-Sharaa foi recebido, em Paris, pelo presidente Emmanuel Macron no início de maio de 2025. O presidente dos EUA, Donald Trump, reuniu-se com ele em maio na Arábia Saudita e, em julho de 2025, os EUA retiraram o HTS da sua lista de organizações terroristas.²²⁸

Os presidentes Macron e Trump defenderam políticas inclusivas em relação às minorias na Síria, e a inclusão de um cristão e de um druso no governo de transição é um sinal positivo. O governo garantiu aos líderes cristãos que os direitos das minorias seriam respeitados. Contudo, em julho de 2025, os líderes cristãos disseram que não podiam confiar no presidente al-Sharaa para os proteger a eles nem aos drusos,²²⁹ e o HTS mantém-se ideologicamente alinhado com o islamismo de linha dura.

Neste contexto, o massacre de centenas de membros da comunidade alauíta em março de 2025 é profundamente perturbador. Os cristãos também foram afetados.²³⁰ No final de abril registraram-se igualmente confrontos entre membros da minoria drusa e tropas pró-governamentais, que fizeram quase uma centena de mortos.²³¹

Dada a maioria sunita da Síria, não se pode presumir que será formado um governo secular após o período de transição de cinco anos. Certamente não há sinais disso até à data. Pelo contrário, as alterações efetuadas à Constituição provisória indiciam uma maior islamização da vida política e pública, incluindo uma declaração de março de 2025 de que o presidente deve ser muçulmano e de que a jurisprudência islâmica é a principal fonte de legislação.²³²

ISLAMIZAÇÃO

A islamização da vida pública, que visa garantir a aprovação da população e aumentar a legitimidade dos agentes políticos, é uma tendência crescente em vários pontos da região. Na Líbia, o governo de Unidade Nacional, sediado em Trípoli, é reconhecido internacionalmente, embora apenas controle cerca de um terço do norte do país e nada do sul. Em novembro de 2024, o ministro do Interior anunciou que planejava reativar a polícia da “moralidade”. E acrescentou que as mulheres não teriam permissão para sair de casa sem usar o véu islâmico, nem viajar sozinhas sem um guardião do sexo masculino.²³³

No mesmo mês, o Parlamento iraquiano alargou a proibição do álcool aos hotéis e clubes sociais, aproximando o país da proibição total.²³⁴ Contudo, o norte do país, controlado pelos curdos, que alberga muitos yazidis e tem uma grande população cristã na sua capital, Erbil, ignorou em grande parte esta proibição.²³⁵ A venda de álcool é de grande importância econômica para minorias como os cristãos e os Yazidis.

A mesma tendência de islamização pode ser observada na Turquia, onde, em 2024, a Igreja de São Salvador, em Chora, do século IV, foi oficialmente inaugurada como mesquita. O projeto ÇEDES do país enfrentou forte oposição²³⁶ quando foram nomeados imãs como “conselheiros espirituais” nas escolas. O secretário-geral do sindicato dos professores descreveu a medida como reacionária e disse que os professores não levariam as crianças às sessões que o governo estava a planejar.²³⁷

O TERRORISMO ISLAMISTA RESSURGE

O terrorismo jihadista na região não atingiu os níveis de 2014 com a expansão territorial do autoproclamado grupo Estado Islâmico, mas tem aumentado desde 2023, especialmente na Síria.

Em janeiro de 2025, o Instituto para o Estudo da Guerra afirmou que o autoproclamado grupo Estado Islâmico estava ressurgindo na Síria, onde as recentes mudanças na estratégia internacional de combate ao terrorismo criaram vazios de segurança que poderia explorar²³⁸ e permitiram a sua lenta reconstituição no centro da Síria.²³⁹

O jihadismo também se espalhou para novas áreas. Em julho de 2024, seis pessoas, incluindo um polícia, foram mortas e outras 28 ficaram feridas em um tiroteio sem precedentes em uma mesquita xiita na capital de Omã, Mascate. O autoproclamado grupo Estado Islâmico assumiu a responsabilidade por um ataque pela primeira vez na história do país.²⁴⁰

No Paquistão, o grupo Estado Islâmico da Província de Khorasan (ISKP) está entre os muitos grupos terroristas que estão desestabilizando o país.²⁴¹ Visa frequentemente civis e minorias religiosas, em particular muçulmanos xiitas e facções sunitas rivais, como os talibãs. À medida que os talibãs intensificavam a repressão do ISKP no Afeganistão, muitos combatentes deslocaram-se para o Paquistão, onde construíram redes em zonas urbanas e rurais. Isto levou a um aumento acentuado da violência, marcado por ataques cada vez mais sofisticados contra as minorias religiosas.²⁴² O mesmo se passa com o próprio Afeganistão, onde a liberdade religiosa desapareceu por completo desde o retorno dos talibãs ao poder em 2021. Para além de discriminarem fortemente as minorias religiosas como os muçulmanos sufis e xiitas, os governantes não conseguem de fato protegê-los contra o ISKP.

CONFLITO NA TERRA SANTA

O conflito entre Israel e o Hamas provocou níveis de violência sem precedentes. O ataque terrorista do Hamas a Israel, no dia 7 de outubro de 2023, resultou no maior massacre de judeus desde a Segunda Guerra Mundial. A resposta militar de Israel tornou grandes áreas da Faixa de Gaza inabitáveis. O número de mortos, em julho de 2025, ultrapassava as 60.000 vidas,²⁴³ com ainda mais feridos ou a sofrer de fome. Israel estabeleceu um precedente fatal ao matar mais de 400 trabalhadores humanitários e 1.300 profissionais de saúde,²⁴⁴ desrespeitando as Convenções de Genebra de que é signatário. As mesquitas e igrejas de Gaza foram gravemente afetadas. Os procuradores do Tribunal Penal Internacional acusam ambos os lados de crimes de guerra.²⁴⁵

Em Israel, a lacuna entre as populações judaica e árabe aprofundou-se em consequência da guerra. A coligação de extrema-direita liderada pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu agravou a divisão étnica e religiosa. O ministro da Segurança Nacional Itamar Ben-Gvir colocou mais lenha na fogueira ao visitar o Haram al-Sharif/Monte do Templo, em Jerusalém. O resultado foram confrontos entre muçulmanos e forças de segurança israelitas. Entretanto, o presidente da Autoridade Palestina Mahmoud Abbas, durante um discurso nas Nações Unidas, em Nova Iorque, negou que o Templo Judaico tenha sequer existido em Jerusalém.²⁴⁶

Os cristãos em Israel, por sua vez, têm sofrido um nível de violência e desprezo sem precedentes, com ataques por

parte de judeus fanáticos às instituições e líderes cristãos. O impacto da guerra no turismo religioso contribuiu para o enfraquecimento econômico dos cristãos da Terra Santa.

O conflito entre Israel e o Hamas desencadeou uma onda de antisemitismo na região. Em outubro de 2023, um polícia egípcio matou a tiro dois turistas israelitas em Alexandria. E o jihadismo, que assumiu a causa dos palestinos contra Israel, está ganhando força.

A aproximação entre Israel e a Arábia Saudita e outros Estados árabes, foi, pelo menos temporariamente, interrompida pela guerra em Gaza. O conflito entre o Irã e Israel também se intensificou, com confrontos diretos entre os dois Estados.

AS TENDÊNCIAS GEOPOLÍTICAS SE ALTERAM EM DETRIMENTO DAS POTÊNCIAS XIITAS

O equilíbrio de poder na região se deslocou em detrimento do islamismo xiita. Isto é particularmente evidente na Síria, com a ascensão ao poder do grupo sunita islâmico Hayat Tahrir al-Shams (HTS) e a deposição do presidente Assad, membro da seita alauíta, um ramo do islamismo xiita. Tanto na Síria como no vizinho Líbano, a milícia xiita Hezbollah foi severamente enfraquecida pelos ataques militares de Israel e foi decapitada pelo assassinato do seu carismático líder Hassan Nasrallah, em Beirute. No Iraque, poderosos grupos de milícias apoiados pelo Irã anunciaram que iriam considerar o desarmamento pela primeira vez para evitar uma escalada do conflito com a Administração Trump.²⁴⁷ A mudança de liderança na Síria e o enfraquecimento do Hezbollah no Líbano, por sua vez, limitaram gravemente a influência regional do Irã xiita. O regime respondeu intensificando a repressão interna; para além das mulheres que se recusam a usar o véu obrigatório, as vítimas incluem minorias religiosas como os sunitas, os bahá'ís e os cristãos convertidos do islamismo. Na última década, o número de cristãos no Irã mais do que duplicou,²⁴⁸ contrariando a tendência na região do Oriente Médio e Norte da África e atingindo mais de um milhão.²⁴⁹

AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE VIDA

De acordo com o Programa Alimentar Mundial, a região do Oriente Médio e Norte da África tem vivido “um nível de crise sem precedentes, com milhões de pessoas presas nas garras de conflitos implacáveis, turbulência política, crises alarmantes de refugiados e uma crise econômica cada vez mais profunda”.²⁵⁰ Os países do Magrebe têm adotado uma linha cada vez mais dura em relação aos migrantes subsaarianos que tentam chegar à Europa, com a Tunísia criando mais de 10.000 desalojados ao incendiar as suas povoações improvisadas.²⁵¹ Os elevados preços dos alimentos aumentaram a pressão, com a inflação disparando em vários países da região, ultrapassando os 250% em Gaza no final de 2024²⁵² e 79% na Síria. Um sinal de esperança econômica, no entanto, foi o levantamento das sanções americanas à Síria pelo presidente Trump, em maio de 2025.²⁵³ O Reino Unido e a União Europeia também aliviaram ou levantaram as sanções impostas ao país, como as Igrejas locais têm pedido há anos.²⁵⁴

Apesar das projeções otimistas, o Iraque tem lutado contra a queda dos preços do petróleo. Em maio de 2025, o Fundo Monetário Internacional alertou que esses preços estavam afetando a economia iraquiana, intensificando as vulnerabilidades do país.²⁵⁵ A queda dos preços foi agravada pelos ataques aos campos petrolíferos do norte curdo do país, levados a cabo por aquilo a que o primeiro-ministro regional chamou “milícias criminosas ao serviço do governo iraquiano”, que eliminaram 70% da produção de petróleo da região.²⁵⁶ Como o orçamento do Estado iraquiano depende fortemente das receitas petrolíferas, tudo isto agrava uma economia já de si frágil e pode ter graves repercussões sociais e políticas, incluindo a aceleração do contínuo êxodo de cristãos e outras minorias religiosas do país.

CONCLUSÃO

A região do Oriente Médio e norte da África revelou-se mais uma vez altamente instável em termos políticos, económicos e de segurança. Houve um aumento de mais do dobro nos episódios de conflito e um aumento de seis vezes na participação da região no número de mortes globais desde a década de 1990.²⁵⁷ Isto deve-se em especial à escalada do conflito entre Israel e o Hamas. As condições

socioeconômicas mostram poucos ou nenhuns sinais de melhoria. Na verdade, pioraram, deixando as minorias religiosas vulneráveis. Um sinal encorajador durante o período foi a eleição do general Joseph Aoun como presidente do Líbano em janeiro de 2025, pondo fim a mais de dois anos de vacância do cargo, o que marcou um passo positivo para a restauração da estabilidade institucional.²⁵⁸

Houve alguns desenvolvimentos encorajadores em relação à liberdade religiosa, como a proposta de lei de estatuto pessoal para os cristãos no Egito.²⁵⁹ A inauguração da Casa da Família Abraâmica em Abu Dhabi, fruto da visão do Papa Francisco, pôs ainda em destaque que a liberdade religiosa é possível em um país islâmico estável e é inerente aos valores partilhados pelas religiões abraâmicas: a crença no direito à vida e no direito dos pais a incutir valores morais nos seus filhos, a complementaridade dos sexos e o desejo de salvaguardar edifícios sagrados e honrar os líderes religiosos. No entanto, a região, em geral, não está a tomar medidas substanciais no sentido de uma liberdade religiosa abrangente para todos os seus habitantes.



Celebrações de rua na Praça Saadallah Al-Jabri, Aleppo, na primeira sexta-feira após a transição política para o novo regime, dezembro de 2024

© HiBa/JCN

Perseguição educada: O pecado da omissão

Os atos de hostilidade contra os cristãos nos Estados ocidentais membros na OSCE são frequentemente ignorados e pouco estudados devido à falta de documentação sistemática. Em um debate na Câmara dos Lordes do Parlamento do Reino Unido, Lord Moylan afirmou que, na França, Alemanha e Espanha, os ataques a igrejas, símbolos religiosos e instituições cristãs aumentaram nos últimos anos, incluindo um aumento de 44% de incêndios criminosos contra locais de culto cristãos na Europa Ocidental.²⁶⁰

Em 2016, o Papa Francisco identificou duas formas distintas de perseguição: a perseguição explícita e aquilo a que chamou “perseguição educada”, uma forma mais sutil que se manifesta geralmente por meio de pressões legais, culturais ou institucionais.²⁶¹ Esta última forma tem sido também uma fonte de preocupação para a OSCE²⁶² e outros organismos internacionais.

O politicamente correto pode desempenhar um papel neste tipo de perseguição quando não é devidamente abordado no âmbito governamental.²⁶³ Embora a perseguição educada seja diferente de atividades criminosas com animosidade cristã, como ataques a fiéis ou igrejas, a falha em tomar medidas contra tal comportamento, quando outras formas de crimes de ódio são abordadas, é um sintoma de perseguição educada.

A OSCE

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o seu Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos (ODIHR) destacam-se entre as organizações intergovernamentais pela sua ação contra os crimes de ódio, incluindo os de cunho anticristão, por meio da colaboração com governos e grupos da sociedade civil na coleta de informações sobre crimes de ódio. Desde 2009, a base de dados de crimes de ódio da OSCE publica informações recebidas dos Estados-membros sobre o número de incidentes de ódio registrados em cada país, o tipo de crime de ódio e o grupo minoritário visado.

A coleta de dados, defende a OSCE, é o primeiro passo para o combate aos crimes de ódio e permite a formulação de políticas direcionadas e o apoio personalizado às vítimas.²⁶⁴

A OSCE foi o primeiro organismo intergovernamental, em 2009, a rotular a tendência para a marginalização dos cristãos como “intolerância e discriminação contra os cristãos”.²⁶⁵ Em julho de 2018, a OSCE publicou um folheto informativo sobre os crimes de ódio contra os cristãos na região da OSCE.²⁶⁶

O calcanhar de Aquiles da base de dados de crimes de ódio é depender da fiabilidade dos dados fornecidos pelos Estados-membros. Lamentavelmente, existe uma enorme disparidade na seriedade com que os países levam a cabo os seus compromissos de prestação de contas à OSCE.

BOAS E MÁS PRÁTICAS

Embora a OSCE tenha identificado este problema, pouco foi feito para o resolver. Os atos que demonstram animosidade contra os cristãos, incluindo a criminalidade, continuam afetando a região da OSCE, com os dados sugerindo que a situação está se agravando.²⁶⁷ No entanto, muitos Estados participantes da OSCE pouco têm feito para quantificar a gravidade dos problemas dentro das suas fronteiras. Dos quatro países escandinavos, por exemplo, apenas a Finlândia reportou incidentes de ódio contra cristãos desde 2023. Além disso, há um atraso significativo nos relatórios da própria OSCE. O ODIHR, por exemplo, ainda não publicou as estatísticas relativas a 2024.

Os Estados Unidos são exemplo de um país onde se verificou um aumento assinalável do vandalismo de igrejas e outros locais cristãos, e onde o governo não publicou quaisquer dados oficiais. Os grupos da sociedade civil, no entanto, assumiram esta tarefa e descobriram a dura realidade de que os ataques a cristãos e a locais de culto cristãos estão a tornar-se muito mais comuns.²⁶⁸ A Conferência Episcopal dos Estados Unidos é um exemplo de boas práticas, pois monitora meticolosamente os ataques aos bens da Igreja Católica.²⁶⁹ Foram registrados 56 incidentes, em 2024, e 19 incidentes de janeiro a junho de 2025. Entre os ataques mais emblemáticos está a detonação de um explosivo no altar de uma igreja na Pensilvânia, no dia 6 de maio de 2025, e múltiplos incêndios criminosos em igrejas em outubro de 2024, em Massachusetts, Arizona e Flórida.

O Reino Unido coleta dados de forças policiais territoriais individuais, mas não divulga rotineiramente a informação ao público. A Countryside Alliance, uma organização britânica de defesa dos interesses rurais, enviou vários pedidos de liberdade de informação às 45 forças policiais territoriais do Reino Unido sobre crimes cometidos em igrejas. Quarenta e quatro responderam, e as respostas evidenciaram que 34 forças policiais responderam a 9.648 atos criminosos envolvendo igrejas entre 2022 e 2024.²⁷⁰ A maioria desses crimes não se tratou de crimes de ódio anticristão. Por exemplo, o relatório identificou 181 roubos de chumbo



A Igreja da Imaculada Conceição em Saint-Omer, parcialmente destruída após um incêndio na noite de 2 de setembro de 2024.

© Emmanuel Quinart

e metal. No entanto, constatando que “em média, pelo menos oito crimes ocorreram em igrejas todos os dias durante o período de três anos”, a Countryside Alliance solicitou que o governo “estenda e garanta o financiamento e a promoção futuros do Plano de Segurança Protetora de Locais de Culto” para abranger crimes cometidos em igrejas vulneráveis nas zonas rurais.²⁷¹ O atual esquema apenas protege locais de culto ou centros comunitários que tenham sofrido crimes de ódio.²⁷²

A França manteve registros exemplares²⁷³, e isso, somado a outras formas de coleta de informação, permitiu-lhe antecipar melhor os perigos. Para a Semana Santa de 2023, por exemplo, o Ministério do Interior destacou 10.000 policiais e elevou o nível de ameaça doméstica para alerta máximo.²⁷⁴ O governo grego é também um exemplo de boas práticas na manutenção de registros de incidentes de ódio anticristão. O Ministério dos Assuntos Religiosos é responsável por manter estatísticas relacionadas com ataques a locais de culto.²⁷⁵

AS CONSEQUÊNCIAS DE UMA DOCUMENTAÇÃO DEFICIENTE OU SELETIVA

A ausência de denúncias sistemáticas de incidentes anticristãos leva a políticas ineficazes, à normalização da hostilidade, ao tratamento desigual entre grupos religiosos e

ao aumento da vulnerabilidade das comunidades cristãs. Na União Europeia houve medidas positivas, com a análise do coordenador da Comissão Europeia para o combate ao ódio antimuçulmano de formas de resolver os problemas, incluindo o lançamento do relatório *Ser muçulmano na União Europeia* (24 e 25 de outubro de 2024). A Comissão Europeia e o Ministério do Interior e das Relações do Reino dos Países Baixos coorganizaram também um workshop em Haia, no 21 de novembro de 2024, intitulado “Combate ao ódio antimuçulmano: Demonstrar esforços e partilhar as melhores práticas dos Ministérios do Interior da UE”.²⁷⁶ No entanto, com o aumento dos ataques contra igrejas e ministros religiosos cristãos, houve apelos de Alessandro Calcagno, conselheiro da Comissão das Conferências Episcopais da Comunidade Europeia (COMECE), para nomear também um coordenador da União Europeia para combater o ódio anticristão na Europa.²⁷⁷ Atualmente, não existe nenhum apoio equivalente para os grupos cristãos na União Europeia.

A falha em rastrear o problema faz com que a animosidade contra os cristãos se mantenha latente em muitas áreas da região da OSCE.



Países da OSCE

Roger Kiska

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) descreve-se como a maior organização regional de segurança do mundo.²⁷⁸ Os seus 57 países-membros dividem-se frequentemente entre os países “a Leste de Viena” e os países “a Oeste de Viena”. A OSCE inclui a Rússia, os Estados Unidos, o Canadá, a Europa (União Europeia, Espaço Económico Europeu, Reino Unido, Suíça), todos os países da antiga União Soviética, o Cáucaso e a Ásia Central.

Cada Estado-membro na OSCE possui alguma forma de proteção constitucional da liberdade religiosa. No entanto, a forma como a liberdade religiosa e os direitos humanos são respeitados na prática varia substancialmente.

AUMENTO DE INCIDENTES ANTISSEMITAS E ANTIMUÇULMANOS

A região da OSCE, especialmente a região “a Oeste de Viena”, tem assistido a um aumento drástico da atividade antisemita e antimuçulmana desde o ataque de 7 de outubro de 2023 contra Israel e a guerra daí resultante. A França registrou um aumento de mais de 1.000% de incidentes antisemitas, tendo ocorrido 1.676 incidentes só em 2023.²⁷⁹ No ano seguinte foram registrados nada menos que 106 ataques físicos, incluindo o estupro de uma menina judia de 12 anos, em Courbevoie.²⁸⁰ Em 2023, o número de incidentes de ódio antimuçulmano em França aumentou 29%, para 242.²⁸¹

Nos Estados Unidos, os *campus* universitários testemunharam uma explosão de protestos anti-Israel e acampamentos 24 horas por dia em todo o país. Isto levou à detenção ou suspensão de centenas de estudantes, à tomada de edifícios universitários e à demissão de reitores.²⁸² A perseguição aos estudantes judeus fez com que alguns se sentissem inseguros para assistir às aulas ou aos exames no *campus* e obrigou algumas universidades a continuar as aulas em modo *online*.²⁸³

O Reino Unido assistiu a um número recorde de crimes de ódio antisemitas²⁸⁴ e antimuçulmanos²⁸⁵ após o 7 de outubro. Mesquitas e centros islâmicos foram atacados no âmbito de uma série de protestos e tumultos no final de julho e início de agosto de 2024, desencadeados por falsas acusações nas redes sociais de que o esfaqueamento de três meninas em uma aula de dança em Southport tinha sido levado a cabo por um imigrante, a quem foi posteriormente atribuído um nome que soava muçulmano.²⁸⁶ Na realidade, os pais do agressor eram imigrantes, e a sua principal ligação ao islamismo era a posse de um manual de treino da Al-Qaeda.²⁸⁷

Um relatório de 2023, na Alemanha, registrou 4.369 crimes relacionados com o conflito Israel-Hamas, um aumento acentuado em relação aos 61, de 2022.²⁸⁸ A Associação Federal de Departamentos de Investigação e Informação sobre Antisemitismo (RIAS) documentou 4.782 casos de antisemitismo, um aumento de mais de 80% em relação ao ano anterior.²⁸⁹ A rede CLAIM reportou 1.926 incidentes antimuçulmanos em 2023, mais do dobro do número do ano anterior, que foi de 898.²⁹⁰

ÁREAS AFETADAS POR CONFLITOS ARMADOS

A guerra contínua na Ucrânia levou a violações da liberdade religiosa de ambos os lados. Na Ucrânia ocupada pela Rússia, as autoridades reprimiram sistematicamente qualquer denominação religiosa ou membro do clero suspeito de ser pró-ucraniano. A Igreja Ortodoxa da Ucrânia e a Igreja Greco-Católica Ucraniana foram particularmente afetadas, mas também as comunidades muçulmanas independentes, os evangélicos e outras minorias religiosas.²⁹¹ Por seu lado, a Ucrânia reprimiu organizações religiosas e seculares suspeitas de simpatia por Moscou. No dia 23 de setembro de 2024 entrou em vigor a Lei de Proteção da Ordem Constitucional na Esfera de Atividade das Organizações Religiosas,²⁹² proibindo organizações religiosas com ligações à Rússia. Embora não fosse mencionada diretamente, o principal alvo da lei era evidentemente a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou, uma Igreja autônoma sob a jurisdição da Igreja Ortodoxa Russa. Em maio de 2024, a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou contava com 10.587 paróquias na Ucrânia, em comparação com as 8.075 paróquias da Igreja Ortodoxa da Ucrânia.²⁹³

Desde o final de 2024, a Ucrânia tem registrado um aumento drástico no número de processos-crime contra objetores de consciência ao serviço militar, com penas de até três anos de prisão. No final de outubro de 2024, cerca de 300 objetores de consciência, 95% deles testemunhas de Jeová, estavam sob investigação criminal.²⁹⁴ Um fenômeno semelhante, com diretrizes análogas de pena de prisão, ocorreu na Federação Russa, onde não existe qualquer disposição legal para o serviço civil alternativo durante um período de mobilização.²⁹⁵

Em 2023, o exército do Azerbaijão iniciou uma grande ofensiva e assumiu o controle total da região disputada de Nagorno-Karabakh, o que levou à limpeza étnica de 120 mil armênios.²⁹⁶ A área era historicamente habitada por cristãos armênios e, após a sua tomada, o governo azerbaijano realizou uma grande destruição de igrejas antigas.²⁹⁷

INCIDENTES ANTICRISTÃOS

A região da OSCE tem também assistido a atos de vandalismo constantes contra igrejas. No Canadá, de acordo com uma notícia da *CBC News* pelo menos 33 igrejas foram destruídas por incêndios entre maio de 2021 e dezembro de 2023, e 24 incidentes foram confirmados como incêndios criminosos.²⁹⁸

Os ataques a igrejas na Espanha também têm sido frequentes. No dia 8 de março de 2023, feministas colaram cartazes na entrada principal da Igreja do Imaculado Coração de Maria, em Sabadell, e pintaram-na de roxo em um protesto pelo Dia da Mulher.²⁹⁹ A Espanha testemunhou igualmente inúmeros ataques contra clérigos e leigos. No dia 25 de janeiro de 2023, um jihadista assassinou um sacristão e feriu um sacerdote e um marroquino convertido em Algeciras.³⁰⁰ Em Valência, um sacerdote foi morto e vários outros ficaram feridos no seu mosteiro por um homem que gritava: “Eu sou Jesus Cristo”.³⁰¹

Na Itália, 41 dos 42 ataques a locais de culto tiveram como alvo igrejas.³⁰²

A oração mensal do Terço realizada por homens católicos, na praça principal de Zagreb e em 12 outros locais da Croácia, sofreu repetidos ataques por parte de ativistas de esquerda depois de se terem tornado conhecidas as convicções pró-vida dos participantes. Desde que os homens começaram a reunir-se para essas orações apolíticas, em janeiro de 2023, tornaram-se alvo de manifestações agressivas.³⁰³

Segundo as autoridades gregas, em 2024 foram cometidos um total de 608 atos de violência, vandalismo e incêndios criminosos contra locais de culto religioso, sendo as capelas e igrejas ortodoxas as mais afetadas. O maior número de incidentes ocorreu no município de Atenas-Pireu.³⁰⁴

A França registrou cerca de 1.000 incidentes anticristãos em 2023, 90% deles sendo ataques a propriedades religiosas cristãs.³⁰⁵

Nos Estados Unidos, os ataques a igrejas duplicaram de 2022 para 2023,³⁰⁶ alguns deles relacionados com protestos ligados ao aborto após a decisão do Supremo Tribunal sobre o caso *Dobbs* em 2022.³⁰⁷

PERSEGUIÇÃO EDUCADA

A perseguição educada refere-se a formas não violentas, mas coercivas, de opressão manifestadas por meio de práticas governamentais ou burocráticas, normas sociais e leis. O seu efeito é marginalizar os cristãos, impedindo-os de manifestar as suas crenças religiosas na vida pública, incluindo nos seus locais de trabalho. Está a tornar-se mais comum, por exemplo, que os fundos públicos sejam disponibilizados apenas se o organismo beneficiário não tiver crenças consideradas discriminatórias contra a comunidade LGBT. Em um município do sudoeste da Noruega, uma dessas leis levou a queixas de cinco grupos cristãos diferentes, que viram o seu financiamento ser recusado devido às suas visões doutrinárias.³⁰⁸

O assédio relacionado com discursos de ódio também continua. Na Finlândia, Päivi Räsänen, deputada cristã e ex-ministra do Interior, é alvo de um processo criminal desde 2019 por expressar visões cristãs conservadoras sobre a homossexualidade em um panfleto que ajudou a produzir em 2004, e em relação a comentários públicos que fez em 2019 e 2020. Embora tenha sido absolvida tanto pelo tribunal penal de primeira instância como pelo tribunal de recurso, o governo recorreu do caso para o Supremo Tribunal.³⁰⁹

Em 2024, na Bélgica, um tribunal decidiu que o Arcebispo Luc Ter Linden e o antigo Arcebispo Jozef De Kesel discriminaram uma mulher ao recusarem-lhe por duas vezes o acesso à formação

diaconal por ser mulher e ordenou-lhes que pagassem uma multa.³¹⁰ A decisão levanta sérias questões sobre a autonomia da Igreja para governar a sua própria doutrina.

No entanto, registraram-se desenvolvimentos positivos, com alguns dos mais altos tribunais da região da OSCE a resistirem à perseguição educada em favor da liberdade religiosa. No caso *Higgs vs. Farmor's School*,³¹¹ o mais alto tribunal de recurso de Inglaterra e do País de Gales decidiu a favor de uma administradora pastoral que foi despedida pela sua entidade patronal, uma escola primária, por colocar duas publicações no Facebook que criticavam a educação LGBTQIA+ para crianças pequenas. Os *posts*, repletos de mensagens cristãs, abordavam um debate em curso em Inglaterra sobre a obrigatoriedade da educação sobre relações sexuais e ideologia de gênero nas escolas primárias.

O Supremo Tribunal dos Estados Unidos também emitiu duas decisões rejeitando a perseguição educada. No caso *Groff vs. DeJoy*,³¹² esclareceu um debate antigo sobre até que ponto os empregadores devem acomodar de formas razoáveis pessoas com características protegidas relevantes, incluindo a religião. O autor, funcionário dos Correios, processou o seu empregador por alterar as suas políticas e exigir que trabalhasse aos domingos. O Supremo Tribunal decidiu que o não cumprimento das suas profundas convicções cristãs violava o seu direito à liberdade religiosa, garantido pela Primeira Emenda, dado que os Correios não conseguiram provar que o fato de não trabalhar aos domingos causaria um prejuízo substancial aos seus negócios.

ÁSIA CENTRAL E O ISLAMISMO

Nos países desta região, e talvez de forma ainda mais grave no Turcomenistão, as violações da liberdade religiosa devem ser avaliadas no contexto das preocupações com a segurança nacional, particularmente à luz da ameaça percebida do extremismo islâmico. O islamismo está presente na região desde o séc. VIII, moldado por uma forte influência sufi e consolidado sob vários canatos, entre os quais o de Genghis Khan. Esta tradição espiritual e cultural sobreviveu praticamente intacta ao período soviético. Em nítido contraste, o surgimento do Salafismo, promovido por grupos como o autoproclamado grupo Estado Islâmico, tornou-se uma preocupação crescente nos últimos 25 anos.

Neste contexto, as medidas adotadas pelos governos regionais para combater a radicalização exigem uma avaliação cuidada, caso a caso, tendo em conta a proporcionalidade da resposta em relação à credibilidade da ameaça. Discernir a intenção subjacente às restrições à prática religiosa é fundamental para distinguir entre imperativos legítimos de segurança e repressão injustificada. Em abril de 2023, o regime do Azerbaijão prendeu centenas de muçulmanos xiitas que tinham laços com o Irã.³¹³ O Movimento de Unidade Muçulmana (Müsəlman Birliyi Hərəkatı, MBH), um grupo xiita que se opõe ao controle estatal sobre as práticas religiosas, também enfrentou perseguições contínuas, incluindo detenções policiais, espancamentos e tortura.³¹⁴ Em janeiro de 2024, o Azerbaijão retirou-se da Assembleia Parlamentar

do Conselho da Europa depois de o organismo intergovernamental ter sinalizado que se recusaria a ratificar as credenciais das delegações azerbaijanas pelo seu histórico de violações dos direitos humanos.³¹⁵

Em 2023, após uma visita ao país, a Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF) recomendou que o Cazaquistão fosse colocado em uma Lista de Vigilância Especial pelas suas violações “graves” da liberdade religiosa.³¹⁶ Os muçulmanos sunitas continuam detidos, apesar de um apelo para os libertar feito dois anos antes pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária.³¹⁷

O Quirguistão continuou a reprimir a adesão islâmica que difere da versão do islamismo endossada pelo Estado. Entre janeiro e junho de 2023, o Comitê Estatal de Segurança Nacional (SCNS) deteve pelo menos 23 membros do Hizb ut-Tahrir e 16 do Yakyn Inkar. Essas detenções foram frequentemente justificadas pela posse de materiais “extremistas”.³¹⁸ Em agosto de 2023, o SCNS fechou 39 mesquitas e 21 organizações educativas religiosas na região de Osh, alegando incumprimento das leis da liberdade religiosa, normas de construção, higiene e segurança contra incêndios.³¹⁹ Em novembro de 2023, o Parlamento do Quirguistão fez uma proposta para proibir vestuário de cobertura do rosto e barbas compridas por “razões de segurança pública”.³²⁰

No Tajiquistão, um país de maioria sunita, os muçulmanos que simplesmente se opunham às políticas governamentais eram arbitrariamente classificados como extremistas. As autoridades tadjiques mantiveram a vigilância e a punição das práticas religiosas por meio da “lei das tradições”, que proíbe os rituais religiosos considerados excessivos.³²¹ Várias mesquitas foram destruídas ou fechadas em 2023 por motivos banais.³²²

No Turcomenistão, o regime da família Berdimuhamedow tem lidado de forma agressiva com práticas muçulmanas “não tradicionais” e conservadoras. Os muçulmanos que se desviam da interpretação do islamismo sancionada pelo Estado têm enfrentado perseguições, incluindo longas penas de prisão.³²³ Em agosto de 2023, o *Fórum 18* noticiou que a polícia de Türkmenbaşy realizou rusgas às casas de muçulmanos devotos e apreendeu literatura religiosa.³²⁴ Em abril de 2024, os serviços de segurança intensificaram a vigilância de jovens que visitavam mesquitas, detendo e interrogando jovens que ali rezavam, principalmente após o ataque terrorista à Câmara Municipal de Crocus, em Moscou.³²⁵ Lojas que vendiam roupa e artigos religiosos também foram assaltadas.³²⁶ O Uzbequistão exibe características comuns a outras repúblicas da Ásia Central pós-soviéticas. Em junho de 2024, cerca de 100 homens muçulmanos foram detidos na região de Qashqadaryo, no sul do país, no âmbito de uma campanha nacional contra indivíduos que partilhavam e discutiam a sua fé.³²⁷ Em setembro de 2023, as autoridades usbeques fecharam pelo menos 10 restaurantes *halal* em Tashkent por não venderem álcool.³²⁸ Em fevereiro de 2024, a polícia de Tashkent deteve pelo menos 10 homens com barbas compridas e levou-os para uma esquadra, onde foram obrigados a raspar a barba sob ameaça de detenção.³²⁹

A Diminuição do Direito à Objeção de Consciência

No dia 8 de março de 2022, a Organização Mundial de Saúde e o Programa das Nações Unidas para a Reprodução Humana publicaram a Linha de Orientação para a Atenção ao Aborto. O objetivo desta diretiva de 170 páginas é, segundo a ONU, “apresentar o conjunto completo de todas as recomendações e declarações de boas práticas da OMS relacionadas com o aborto”.³³⁰

Entre as 50 recomendações, a Recomendação 22 menciona que existe uma “obrigação de direitos humanos para garantir que a objeção de consciência não impede o acesso a cuidados de aborto de qualidade”.³³¹ O relatório declara que a objeção de consciência “continua a funcionar como uma barreira ao acesso a cuidados de aborto de qualidade”.³³²

A região da OSCE é composta por 57 Estados participantes, 46 desses Estados (membros do Conselho da Europa) ratificaram o artigo 9.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que reconhece explicitamente que: “toda pessoa tem liberdade de pensamento, consciência e religião”.³³³ Trata-se de um direito que, se for violado, poderá ser objeto de processos judiciais junto do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa também se pronunciou com autoridade sobre os direitos de consciência, sobretudo no que respeita à investigação e à prestação de serviços que destruam vidas humanas. A Resolução 1763 (2010)³³⁴ afirma em parte pertinente:

“1. Nenhuma pessoa, hospital ou instituição será coagida, responsabilizada ou discriminada de qualquer forma por se recusar a realizar, acomodar, auxiliar ou submeter-se a um aborto, à realização de um aborto espontâneo humano, à eutanásia ou a qualquer ato que possa causar a morte de um feto ou embrião humano, por qualquer motivo...”

Como meio adicional para garantir o acesso ao aborto, a Recomendação 22 da *Diretriz de Assistência ao Aborto* sugere “proibir objeções de consciência institucionais”. Deixar de prever a objeção de consciência institucional para os profissionais médicos religiosos em áreas como o aborto e o suicídio assistido, onde a prática desses atos é vista como tirar a vida intencionalmente e/ou violar a doutrina religiosa, é uma violação de consciência tão grave como recusar este direito a indivíduos.³³⁵

A Igreja Católica é o maior prestador não governamental de cuidados de saúde do mundo. Responsável por cerca de 25% das unidades de saúde em todo o mundo (embora em partes da África Subsaariana esta percentagem atinja os 40% a 70%, especialmente em zonas rurais isoladas)³³⁶, as instituições

médicas católicas têm uma compreensão clara do direito à proteção da vida desde a concepção até ao fim natural. A *Diretriz de Assistência ao Aborto* é um ataque frontal ao direito à objeção de consciência por parte das instituições médicas católicas e de outras religiões, bem como dos seus profissionais.

Os desafios no âmbito supranacional refletem os desenvolvimentos, relacionados tanto com o aborto como com a eutanásia, em níveis locais. Na Suécia, apesar da escassez amplamente reconhecida de parteiras, Ellinor Grimark viu ser-lhe recusado emprego por vários profissionais de saúde, sob a alegação de que era objetora de consciência ao aborto. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos acabou por recusar aceitar o seu caso.³³⁷

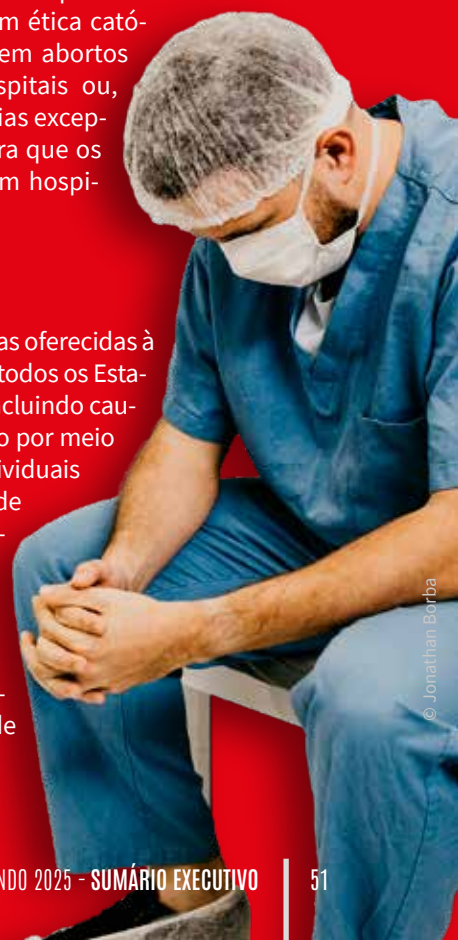
O Supremo Tribunal do Reino Unido, em uma decisão amplamente divulgada, decidiu contra duas parteiras na Escócia que se recusaram a participar em questões auxiliares relacionadas com a realização de abortos, sustentando que a cláusula de objeção de consciência da Lei do Aborto de 1967 se aplicava apenas à participação direta.³³⁸

Em maio de 2023, o Colégio Conjunto da Comunidade Conjunta na Região de Bruxelas-Capital emitiu novos padrões exigindo que as instituições, incluindo as que têm ética católica ou outra religião, realizem abortos ou eutanásia nos seus hospitais ou, quando existam circunstâncias excecionais, tomem medidas para que os atos sejam realizados por um hospital cooperante.³³⁹

Conclusão

Apesar das proteções explícitas oferecidas à liberdade de consciência em todos os Estados participantes da OSCE, incluindo causas de ação de direito privado por meio dos tribunais, os direitos individuais e institucionais de objeção de consciência têm sido ameaçados quando os sistemas legais consideram outros interesses conflitantes, como o recrutamento militar ou os serviços de aborto, mais importantes do que a liberdade religiosa.

ESTUDO



© Jonathan Borba



América Latina e Caribe

Durante o período de 2023-2024, a liberdade religiosa ou de crença na América Latina e Caribe foi marcada por tensões entre as garantias constitucionais e as realidades políticas, sociais e culturais da região. O cristianismo é a religião predominante na região, mas, apesar de uma aparente homogeneidade, diversos fatores — incluindo o crime organizado, as instituições frágeis, os quadros regulamentares restritivos e as tensões ideológicas — continuaram a ameaçar o gozo deste direito fundamental.

VIOLÊNCIA CONTRA LÍDERES RELIGIOSOS E VANDALISMO

Em 2023 e 2024, **pelo menos 13 líderes religiosos foram assassinados** no México, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala e Honduras. Outros **16 missionários e leigos foram assassinados** em ambientes pastorais no Equador, Haiti, Honduras e México. A esses devem ser acrescentadas as **mortes de outros nove leigos** no México no início de 2025. Não há provas de que todos esses crimes tenham sido motivados pelo ódio à fé, no entanto, refletem a insegurança em torno do ministério em áreas voláteis e de elevado conflito. Os líderes religiosos ocupam um lugar significativo nas suas comunidades, e a sua influência torna-os alvos de ataques e intimidação. O mesmo se aplica àqueles que ousam criticar regimes autoritários. São vistos como uma ameaça e podem estar sujeitos a represálias. No **Haiti**, pelo menos 19 sacerdotes e religiosos foram sequestrados para resgate, e duas religiosas foram mortas em 2025.

Registraram-se ataques, profanações e casos de violência simbólica contra locais de culto na **Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela**. Outros países, no entanto, registraram uma diminuição da frequência de incidentes desta natureza e um menor número de ofensas contra sentimentos religiosos.

Alguns países possuem observadores ou canais de denúncia que facilitam a quantificação e o detalhe dos incidentes. Segundo o Observatório Cubano dos Direitos Humanos, ocorreram 996 atos contra a liberdade religiosa naquele país durante o período deste relatório. No Brasil, os cidadãos podem denunciar violações de direitos humanos por meio do Disque 100. Em 2023, houve 2.124

denúncias relacionadas com intolerância religiosa, a maioria delas por seguidores de religiões afro-brasileiras. Na Nicarágua, o Coletivo Nunca Más, a advogada Martha Patricia Molina Montenegro e a ONG Monitoreo Azul y Blanco acompanham a perseguição religiosa. No México, o Centro Católico Multimedial monitora a violência contra sacerdotes, religiosos e instituições da Igreja Católica.

Desde o início do conflito entre Israel e o Hamas, em outubro de 2023, que vários países da região têm assistido à **proliferação de expressões antisemitas**, incluindo *pi-chações* de suásticas, ameaças a comunidades judaicas e ataques a monumentos ou instituições judaicas, sobretudo nos grandes centros urbanos e nas redes sociais.

No Brasil, seguidores de religiões afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé, têm denunciado a intolerância religiosa, bem como os ataques a locais de culto.

TRÁFICO DE DROGAS E CRIME ORGANIZADO

O tráfico de drogas tornou-se uma das ameaças mais significativas à liberdade religiosa. Em um cenário de conflitos entre cartéis rivais por território, **o vazio deixado pelo Estado transformou os líderes religiosos em administradores das suas comunidades**, forçando-os a enfrentar a violência e a desempenhar o papel de protetores e mediadores em zonas dominadas por gangues criminosas. Embora não existam evidências de perseguição sistemática por motivos de fé, as igrejas e os líderes religiosos tornaram-se vítimas de violência estrutural, limitando a sua ação em favor da comunidade e pondo em risco a sua segurança.

O período em análise testemunhou a aplicação, por parte das organizações criminosas, de mecanismos de controle sobre os líderes religiosos e as igrejas, como a extorsão de dinheiro para proteção ou a emissão de ordens. No **México**, esta extorsão a igrejas e líderes religiosos ocorreu sob o pretexto de pagamentos por “proteção” contra gangues rivais. Na **Venezuela**, um grupo guerrilheiro colombiano estabeleceu o controle de fato sobre várias comunidades ao longo da fronteira, obrigando os líderes religiosos a solicitar permissão para celebrar Missas, realizar procissões e outras atividades pastorais, bem como a cumprir restrições de horários, viagens e utilização de locais de culto. Essas práticas representam uma grave violação da liberdade religiosa, uma vez que condicionam o seu exercício às imposições de grupos armados ilegais que atuam fora do âmbito de um Estado de direito.

O chamado “culto da santa morte”, ligado às atividades de gangues criminosas, tem gerado preocupação no **Equador**, na **Guatemala** e no **México**. No Equador, os soldados desmantelaram um altar à santa morte em uma reunião ilegal durante o estado de emergência. Na Guatemala, o culto é acusado de ter ligações a gangues envolvidas em assassinatos e extorsões. No México, a Igreja Católica denunciou-o como expressão da cultura de violência promovida pelo tráfico de drogas.

RESTRIÇÕES LEGAIS ÀS ATIVIDADES RELIGIOSAS

Durante o período em análise, **Cuba**, **Nicarágua** e **Venezuela** adotaram novas regras que aumentaram o controle estatal sobre as atividades religiosas e elevaram o risco de criminalização, especialmente para as comunidades não oficialmente registradas.

Em **Cuba**, o Código Penal, em vigor desde dezembro de 2022, penaliza a participação em associações não autorizadas, afetando as Igrejas evangélicas não reconhecidas. O Código introduziu também a ideia de “abuso da liberdade religiosa” e restringiu a liberdade dos pais educarem os seus filhos em um ambiente religioso. Normas adicionais, como a Lei da Cidadania e a Lei dos Estrangeiros, permitem a aplicação de sanções por razões ideológicas. As resoluções governamentais regulam rigorosamente a utilização de locais de culto, incluindo os localizados em propriedades privadas.

Na **Nicarágua**, novas leis permitiram ao Estado revogar a nacionalidade de pessoas consideradas “traidoras”, incluindo líderes religiosos. Outras leis impuseram severas restrições às instituições de solidariedade e aos grupos religiosos, sujeitando-os a vigilância política, ao registro obrigatório e ao controle da cooperação internacional, o que corroeu a sua autonomia.

Na **Venezuela**, uma lei de 2024 obrigou as organizações não governamentais a declarar as suas fontes de financiamento, o que teve impacto nas que dependem de financiamento estrangeiro.

SECULARISMO, NEUTRALIDADE DO ESTADO E TENSÃO IDEOLÓGICA

A tensão sobre a natureza laica do Estado cresceu em vários países da região, com decisões judiciais contrárias. Na **Colômbia**, o Tribunal Constitucional ordenou a remoção de uma imagem da Virgem Maria de um edifício público, invocando a neutralidade religiosa do Estado. Já o Tribunal Constitucional da **Costa Rica** permitiu a reinstalação de um crucifixo em um quarto de hospital, argumentando que a sua presença representava uma expressão legítima de liberdade religiosa.

No **México**, o Supremo Tribunal ouviu queixas que alegavam que a colocação de presépios em espaços públicos no Yucatán violava o princípio da laicidade. O assunto ainda não está resolvido.

A CIDH E A DISCUSSÃO SOBRE AS NORMAS INTERAMERICANAS

Em fevereiro de 2024, a **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)** publicou um estudo sobre a liberdade religiosa e de crença. O estudo gerou controvérsia, uma vez que apresentou a liberdade religiosa como um potencial obstáculo a outros direitos, particularmente aqueles relacionados com a não discriminação, a saúde reprodutiva e sexual e a diversidade de gênero. A CIDH argumentou que as expressões religiosas que contradissem a sua agenda poderiam ser interpretadas como discurso de ódio.

Dois dos sete comissários votaram contra o relatório, criticando o que consideraram ser um enfoque ideológico que ultrapassava a competência da CIDH. Várias organizações religiosas, como a Universidade Católica de Nossa Senhora da Assunção, no Paraguai, manifestaram preocupação com o preconceito secularista do documento e o risco de criminalização das crenças religiosas tradicionais.

Por outro lado, a CIDH continua monitorando graves violações da liberdade religiosa na região. Em janeiro de 2023, concedeu medidas cautelares a 11 membros da comunidade jesuíta de Cerocahui, no estado mexicano de Chihuahua, por considerar que se encontravam em uma situação grave e urgente devido a ameaças e perseguições por parte de grupos criminosos organizados. Na Nicarágua, a CIDH condenou o fechamento em larga escala de organizações civis, incluindo entidades religiosas, e manifestou a sua preocupação com a perseguição religiosa, as detenções arbitrárias, os atos de repressão e as condições a que eram sujeitas as pessoas privadas de liberdade. Além disso, a Comissão concedeu novas medidas cautelares a 10 membros da Igreja Mountain Gateway, que se encontravam detidos em condições particularmente severas.

Contudo, as medidas cautelares da CIDH revelaram-se ineficazes no caso do Padre Marcelo Pérez, morto a tiro em Chiapas, no México, em outubro de 2024. As autoridades ainda não levaram os autores do crime à justiça.³⁴⁰

Amigos e familiares do poeta nicaraguense e clérigo católico romano Ernesto Cardenal carregam seu caixão após uma missa fúnebre que foi boicotada por apoiadores do governo sandinista, na Catedral de Manágua, Nicarágua, em 2020



NICARÁGUA

Durante o período em análise, assistiu-se a uma escalada significativa da hostilidade do governo da Nicarágua contra as Igrejas e as comunidades religiosas. Esta perseguição assumiu a forma de detenções arbitrárias, expulsões, exílios forçados, perda de nacionalidade, bem como a proibição da celebração de serviços religiosos em espaços públicos e a revogação em massa do estatuto jurídico das instituições confessionais. Ao mesmo tempo, as reformas constitucionais e as novas normas dotaram o regime de instrumentos legais para controlar as organizações religiosas. Várias organizações internacionais classificaram o país como um dos piores em termos de perseguição religiosa na região.

CUBA

Embora o Estado cubano reconheça as denominações religiosas, o controle sobre as suas atividades continua a ser intenso, incluindo restrições à assistência social prestada pelas Igrejas evangélicas e o endurecimento da legislação. A Conferência Episcopal de Cuba descreveu a situação como a mais grave das últimas décadas, sublinhando que o país atravessa “um dos períodos mais difíceis da sua história” e acrescentando que “as nossas comunidades e agentes pastorais partilham o esgotamento geral da vida quotidiana em Cuba. O valor para o nosso país da pluralidade de pensamento, opinião e ideias, cada vez mais presente entre nós, não tem sido suficientemente reconhecido”.



© picture alliance / ASSOCIATED PRESS | Alfredo Zúñiga

análise regional

VENEZUELA

A crise política na Venezuela agravou-se, com graves violações dos direitos humanos e uma crescente instrumentalização da crença religiosa por parte do Estado. Iniciativas como “A Minha Igreja Bem Equipada” e outros benefícios concedidos às comunidades religiosas são apresentados como apoio à vida espiritual. No entanto, podem ter motivação eleitoral e comprometer a independência das comunidades religiosas. Esta situação é agravada por um quadro legal que concede ao regime amplos poderes discricionários para sancionar quem o critica. Durante o período eleitoral de 2024 houve relatos de vigilância ou intimidação de líderes religiosos por parte de agentes do Estado. Um pastor disse que o governo ofereceu benefícios às Igrejas que o apoiaram, mas puniu aqueles que os recusaram.

MÉXICO

O México ainda é um dos países mais perigosos do mundo para se ser um líder religioso. Cinco dos 13 assassinatos de líderes religiosos na região entre 2023 e 2024 ocorreram no México, e outros líderes religiosos estão expostos a extorsões e ameaças de crime organizado em comunidades onde a Igreja realiza trabalho social ou humanitário. O trabalho pastoral em regiões como Chihuahua recebeu mesmo medidas cautelares da CIDH.

HAITI

O Haiti encontra-se em um estado de colapso institucional e agora pode ser descrito como um Estado falido. A insegurança crônica, o colapso do sistema de saúde e a emergência alimentar levaram a uma extrema vulnerabilidade. Gangues criminosas armadas controlam vastas extensões de território, impondo um regime de violência e intimidação que mantém a população em constante estado de medo. As Igrejas, as comunidades religiosas e os líderes religiosos tornaram-se alvos frequentes de sequestro e extorsão.

MIGRAÇÃO FORÇADA

A migração em grande escala na região também teve impacto na liberdade religiosa. Muitas pessoas deslocadas perderam o contacto com as suas comunidades religiosas e, muitas vezes, não têm condições para exercer livremente as suas crenças nos países de trânsito. Eventos como a Assembleia da Rede Clamor³⁴¹ (Bogotá, 2024) destacaram a responsabilidade das Igrejas em ministrar aos migrantes e alertar para a discriminação religiosa à sua chegada. No México, a Igreja Católica tem-se concentrado na prestação de ajuda pastoral em albergues e regiões fronteiriças, muitas vezes em condições muito difíceis e inseguras.



Pessoas se reuniram ao redor do caixão do padre e ativista católico assassinado Marcelo Pérez durante uma missa na praça principal de San Andrés Larráinzar, Chiapas, México, em 21 de outubro de 2024.

Entre tiros e bênçãos

Centro Católico Multimídia (México)

Uma experiência angustiante do Bispo de Chilpancingo-Chilapa, José de Jesús González Hernández, no início do seu ministério episcopal, revela a dureza de uma violência que não respeita batinas nem cruzeiros.

Nomeado Bispo da Prelazia de Jesús María, El Nayar, em 2010, o bispo franciscano relatou como, durante uma visita pastoral pouco depois de ter assumido o cargo, foi vítima de um ataque armado nas montanhas. Foi confundido com um traficante rival, “El Bigotón”, e o seu veículo foi alvo de disparos. Os agressores apontaram-lhe uma arma à cabeça, com a clara intenção de o matar. Milagrosamente, nem uma única bala o atingiu. Ao verem o bispo no seu hábito religioso, os agressores pediram desculpa, ofereceram-se para pagar os danos e até fizeram fila para pedir a sua bênção, reconhecendo que o prelado transportava “o Todo-Poderoso” na sua cruz peitoral episcopal.

Essa história não é apenas um testemunho de sobrevivência providencial, mas também destaca a vulnerabilidade de muitos agentes sociais que trabalham pela paz, entre eles sacerdotes católicos e agentes pastorais.

Infelizmente, o México tornou-se o país mais perigoso da América Latina para se ser sacerdote. Embora o número de assassinatos tenha diminuído, casos emblemáticos como o assassinato dos jesuítas Padre Javier Campos e Padre Joaquín Mora em Chihuahua, em 2022, mostram como o clero se torna um alvo quando abriga vítimas ou se recusa a pagar cartéis criminosos. O exemplo mais recente é o do Padre Marcelo Pérez, da Diocese de San Cristóbal de Las Casas, alvo de perseguição pelo seu trabalho em defesa dos direitos humanos.

Outros acontecimentos são igualmente alarmantes. O número de extorsões, sequestros de curta duração (conhecidos localmente como *levantones*), casos de fogo cruzado e agressões dentro de igrejas e centros de evangelização aumentou drasticamente. Foram assassinados leigos em locais e comunidades religiosas.

Esses crimes não são meras estatísticas, refletem a dura realidade de um México assolado pela violência, onde sacerdotes e evangelizadores são símbolos de esperança no meio do terror.

Em Guerrero, sede da Diocese de Chilpancingo-Chilapa, a situação é grave. A violência alastrou pelas zonas rurais, marcadas por valas comuns, desaparecimentos e controle

criminoso das estradas. De acordo com o Índice de Paz do México de 2025, a taxa de homicídios é 54,7% superior à de 2015, com Guerrero entre os estados menos pacíficos. As comunidades estão cercadas, com os cartéis a impor o seu domínio e a extorquir civis. Em alguns casos, os sacerdotes abandonaram o altar para enfrentar a violência diretamente, procurando a paz por meio do diálogo.

Neste contexto, a Igreja Católica interveio como mediadora. Os bispos intermediaram tréguas entre os líderes criminosos, enquanto as iniciativas da Igreja em âmbito nacional exigiram reformas policiais e judiciais. Contudo, esses esforços levantam questões complexas: deve o clero negociar com os criminosos quando o Estado não age, ou até se torna cúmplice? Este papel de mediação coloca a Igreja em tensão com as autoridades, trilhando um caminho perigoso entre a fé e a sobrevivência.

A história do Bispo González Hernández sublinha este trágico paradoxo. A reverência pelo sagrado persiste, mas a fé nunca deveria ter de se esquivar às balas.



Padre Marcelo Pérez apresenta a Eucaristia a um morador de Simojovel, estado de Chiapas, México, em 13 de junho de 2020.

Courtesy David Agren

méxico

O Papa Francisco e a liberdade religiosa: Um direito à paz

Alessandro Gisotti

Diretor Editorial Adjunto do Dicastério para a Comunicação e ex-Diretor Interino da Sala de Imprensa da Santa Sé

“Não pode haver paz sem liberdade religiosa, liberdade de pensamento, liberdade de expressão e respeito pelas opiniões dos outros.”³⁴² É significativo que essas tenham sido algumas das últimas palavras do magistério do Papa Francisco. Palavras não proferidas em voz alta, mas contidas na sua última mensagem de Páscoa *Urbi et Orbi* de 2025, quando, poucas horas antes da sua morte, Jorge Mario Bergoglio apenas pôde anunciar que Cristo ressuscitou, deixando a leitura integral da mensagem ao mestre das celebrações litúrgicas pontifícias. Isto é significativo porque, ao longo de todo o seu pontificado, literalmente até ao fim, Francisco foi um corajoso e apaixonado defensor dos direitos inseparáveis da liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Defendeu-os por meio de palavras, gestos e documentos importantes. Talvez mais notavelmente, fê-lo por meio de viagens de extraordinário significado, muitas vezes a lugares onde razões políticas ou de segurança levaram muitos a aconselhar o Papa a não ir.

O Papa Francisco promoveu uma visão positiva e não contestadora da liberdade religiosa, na busca da paz, da fraternidade e da “cultura do encontro”, que se tornou a pedra basilar da sua obra em prol do bem comum da humanidade. Defendeu os cristãos, todos os cristãos, não apenas os católicos, cunhando a poderosa e evocativa expressão «ecumenismo de sangue». Mas também defendeu os direitos de judeus, muçulmanos, yazidis e outros, convencido de que a coexistência pacífica entre povos e culturas era o único caminho viável, sobretudo em uma época cada vez mais marcada por “choques de civilizações”, explícitos ou velados.

Tal como São João Paulo II, o Papa Francisco considerava a liberdade religiosa um direito humano fundamental, o fundamento de todas as outras liberdades, porque está enraizada na dignidade inerente da pessoa humana. Desde o início do seu ministério petrino, apelou aos sistemas jurídicos, nacionais ou internacionais, para que

“reconhecessem, garantissem e protegessem a liberdade religiosa, que é um direito intrínseco à natureza humana, à dignidade de ser livre, e também um sinal de uma democracia saudável”.³⁴³ Este apelo sincero foi reiterado inúmeras vezes perante a comunidade internacional e os governos nacionais, particularmente nos seus tradicionais discursos de Ano Novo ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé.

Não há dúvida de que alguns dos sinais mais duradouros do compromisso do Papa Francisco com a liberdade religiosa foram gravados em várias das suas 47 viagens apostólicas internacionais. Uma das visitas mais comoventes e proféticas foi ao Iraque, em março de 2021. Entre as imagens mais impactantes do seu pontificado estão certamente as de Mossul, uma cidade devastada pela ocupação do auto-proclamado grupo Estado Islâmico. No meio das ruínas de casas e igrejas destruídas pela violência fundamentalista islamista, o Papa Francisco declarou: “Hoje reafirmamos a nossa convicção de que a fraternidade é mais duradoura do que o fratricídio, que a esperança é mais poderosa do que o ódio, que a paz é mais poderosa do que a guerra.”³⁴⁴

A liberdade religiosa esteve também no cerne da sua viagem «impossível» à República Centro-Africana, a muitos países asiáticos e à Albânia, um país que, sob o seu regime comunista, foi declarado um Estado ateu, tendo como princípio fundamental a negação de Deus e de toda a expressão religiosa. O Papa Francisco também falou frequentemente sobre a liberdade religiosa durante a sua visita aos Estados Unidos, onde, no coração da democracia mais poderosa do mundo, lembrou às pessoas que a liberdade religiosa era uma das maiores conquistas dos Estados Unidos, uma conquista que não deve ser comprometida pelas tentativas de relegar a fé para a esfera privada.³⁴⁵

O Papa Francisco solta uma pomba simbolizando a paz nas ruínas da Igreja Católica Siríaca da Imaculada Conceição em Mossul, Iraque, durante sua viagem apostólica em 2021



Além do Iraque, outra viagem que foi um marco para a liberdade religiosa foi a sua visita a Abu Dhabi, em fevereiro de 2019. Aí, ao lado do Grande Imã de Al-Azhar, Ahmad Al-Tayyib, o Papa Francisco assinou a *Declaração sobre a Fraternidade Humana*, um documento que afirma que o pluralismo religioso surge de uma sábia vontade divina, pela qual Deus criou os seres humanos.

Esta sabedoria divina, prossegue o documento —endossado por muitos líderes religiosos ao longo dos anos—, é “a fonte da qual deriva o direito à liberdade de crença e à liberdade de ser diferente. Portanto, o fato de as pessoas serem forçadas a aderir a uma determinada religião ou cultura deve ser rejeitado”.³⁴⁶ Tive o privilégio de acompanhar o Papa Francisco nesta viagem como diretor da sala de imprensa da Santa Sé. Recordo-me que, no dia a seguir à assinatura, o Santo Padre me perguntou como é que os meios de comunicação internacionais tinham reagido ao documento e quais as reações mais significativas, tanto no mundo cristão como no muçulmano.

O magistério do Papa Francisco sobre esta questão ocupa igualmente um lugar de destaque nos principais documentos do seu pontificado. Na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*,³⁴⁷ dedicou um parágrafo inteiro à liberdade religiosa e na encíclica *Fratelli Tutti*,³⁴⁸ reiterou que “há um direito humano fundamental que não pode ser descurado no caminho para a fraternidade e a paz: é a liberdade religiosa para os fiéis de todas as religiões”, esclarecendo que esta inclui não só a liberdade de culto, mas também o direito de viver publicamente a própria fé. Subjacente a esta visão está uma referência constante ao Concílio Vaticano II, em particular à declaração *Dignitatis Humanae*.³⁴⁹ O 60.º aniversário desta publicação será celebrado em dezembro de 2025.

Em conclusão, pode afirmar-se, com razão, que o Papa Francisco fez da liberdade religiosa um dos pilares da sua missão enquanto Sucessor de Pedro, ligando-a intimamente à promoção da paz, do diálogo e da dignidade humana. É um legado agora confiado ao Papa Leão, que continua a nos desafiar a construir uma humanidade mais livre e fraterna.



TENDÊNCIAS GLOBAIS DA LIBERDADE RELIGIOSA

Os países apresentados na tabela abaixo estão categorizados com base no tipo e na gravidade das violações contra a liberdade religiosa e de crença. A classificação segue três categorias principais:

Perseguição: Esta categoria inclui países onde as pessoas enfrentam atos graves e repetidos de violência ou assédio por causa da sua fé. A perseguição pode vir de governos, grupos armados ou indivíduos e pode envolver crimes de ódio, ataques, ameaças ou tentativas de afastar ou silenciar as comunidades religiosas. Essas ações ocorrem frequentemente com impunidade, e as autoridades podem ignorá-las ou até mesmo apoiá-las.

Discriminação: Os países desta categoria possuem leis ou práticas que visam injustamente determinados grupos religiosos, limitando os seus direitos e oportunidades. A discriminação pode incluir restrições à religião, acesso desigual a empregos, à educação ou à justiça, e barreiras indiretas, tais como exigências tendenciosas em instituições públicas ou privadas. Pode ser imposta pelo Estado ou por agentes não estatais e, muitas vezes, não é contestada por quem está no poder.

Sob Observação: Esta categoria inclui os países que apresentam sinais de alerta de violações graves da liberdade religiosa, embora as provas atuais sejam ainda insuficientes para os classificar definitivamente como discriminatórios ou persecutórios. Essas situações exigem um monitoramento rigoroso. Nos mapas de Análise Regional, esses países estão assinalados com o símbolo de uma lupa.

Todos os outros países são considerados “em conformidade”, pois não apresentam provas significativas de violações da liberdade religiosa ou de crença e geralmente aderem às normas internacionais que protegem este direito.

TABELA DE CATEGORIZAÇÃO

↑ MELHOROU DESDE 2023

↓ PIOROU DESDE 2023

— SEM ALTERAÇÃO DESDE 2023

País	tendência	Perseguição/Discriminação Autor(es) principal(is) e condutor(es)	Resumo
Afeganistão	↓	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	Desde o Talibã retornou ao poder, as minorias religiosas têm enfrentado uma escalada de violência e repressão sistêmica, com ataques frequentemente dirigidos a locais de culto. O grupo Estado Islâmico da Província de Khorasan (ISKP) intensificou os seus ataques. As autoridades talibãs impuseram políticas discriminatórias contra os muçulmanos xiitas.
Arábia Saudita	—	Governo autoritário	A liberdade religiosa manteve-se praticamente inexistente. Os cidadãos xiitas enfrentaram detenções, sentenças de morte e um recorde de execuções. Foram aplicadas leis contra a blasfêmia e a dissidência foi silenciada. Apesar dos gestos inter-religiosos e da celebração de uma Missa copta pública, o culto não muçulmano continuou proibido em público.
Bangladesh	—	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	Hindus, cristãos, ahmadis e sufis sofreram violência e discriminação. Mais de 1.000 violações foram registradas em um ano. Dezenas de locais de culto foram atacados, enquanto as comunidades cristãs sofreram repressão e prisões em massa. O fim da proibição do Jamaat-e-Islami gerou receios de uma crescente influência islâmica.
Burkina Faso	↓	Agentes não estatais Extremismo religioso	Burkina Faso viveu uma escalada da violência jihadista. Em 2024, mais de 1.500 pessoas foram mortas, incluindo civis em igrejas e mesquitas. Dezenas de líderes religiosos foram sequestrados ou executados, e mais de 30 paróquias foram fechadas. Cristãos e muçulmanos continuam sob ameaça.
Camarões	—	Agentes não estatais Extremismo religioso	Em 2024, os Camarões registraram um aumento dos sequestros cometidos pelo Boko Haram e pelo grupo Estado Islâmico da África Ocidental (ISWAP), violência nas regiões anglófonas e ataques a clérigos e locais de culto. A deterioração da situação de segurança prejudica gravemente a liberdade religiosa, deixando as minorias vulneráveis.
China	↓	Governo autoritário	A China introduziu novas leis que restringem o clero, proibem atividades religiosas estrangeiras e impõem a educação patriótica em locais religiosos. A perseguição aos uigures, aos tibetanos, ao falun gong, às Igrejas domésticas e à Igreja Católica clandestina continuou, com novas detenções e penas de prisão.

País	tendência	Perseguição/Discriminação Autor(es) principal(is) e condutor(es)	Resumo
Coreia do Norte	—	Governo autoritário	A liberdade religiosa na Coreia do Norte é praticamente inexistente. O regime criminaliza toda a crença não autorizada, punindo o culto com detenção, tortura ou execução. A repressão intensificou-se por meio de leis ideológicas, fechamento de fronteiras e repatriamento forçado de desertores que fugiram para a China.
Eritreia	↓	Governo autoritário	A Eritreia intensificou a repressão contra as minorias religiosas. Centenas de muçulmanos e cristãos foram detidos, incluindo menores. Persistiram ataques, torturas e detenções em regime de isolamento. Relatórios da ONU denunciaram violações sistêmicas e interferências estatais na religião.
Iêmen	—	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	O regime houthi impôs a sua versão do islamismo zaidita e perseguiu os bahá'ís. Convertidos cristãos e estrangeiros enfrentaram pressões. A apostasia continua sendo punível com a morte. O ressurgimento da Al-Qaeda e as ameaças jihadistas minaram ainda mais a liberdade religiosa.
Índia	↓	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e nacionalismo étnico-religioso	A violência por motivos religiosos e as restrições legais aumentaram. As leis anticonversão expandiram-se, os ataques de multidões intensificaram-se e as igrejas e os cristãos enfrentaram uma crescente hostilidade. A retórica nacionalista hindu, especialmente em torno das eleições, alimentou as tensões e a impunidade dos agressores.
Irã	—	Governo autoritário	A liberdade religiosa no Irã continua severamente restringida. Convertidos, bahá'ís, sunitas e clérigos dissidentes enfrentaram prisões, torturas ou execuções. A vigilância e a repressão do Estado intensificaram-se, enquanto a repressão da dissidência e das violações dos direitos religiosos aumentou drasticamente.
Líbia	↓	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa na Líbia deteriorou-se devido à instabilidade e à crescente islamização. Sufis, Ibadis e cristãos enfrentaram detenções, prisões e restrições ao culto. As autoridades reprimiram as minorias, reativaram o policiamento moral e suprimiram as crenças dissidentes.
Maldivas	—	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa nas Maldivas continua severamente restringida. O culto não muçulmano é proibido, o proselitismo é criminalizado e as proteções constitucionais são inexistentes. Os trabalhadores imigrantes e os turistas enfrentam detenções e deportações. Persistem a influência islamista e a repressão da dissidência.
Mali	↓	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa no Mali foi ameaçada pela escalada da violência jihadista, pelo colapso do acordo de paz de 2015 e pelo autoritarismo da junta militar. Líderes cristãos e muçulmanos denunciaram o extremismo, enquanto os cristãos em Mopti enfrentaram exigências do pagamento de jizya por parte de extremistas islamistas.
Mianmar	↓	Governo autoritário e nacionalismo étnico-religioso	Em Mianmar, os fatores políticos, étnicos e religiosos estão profundamente interligados. A guerra civil provocou um declínio acentuado da liberdade religiosa, com igrejas destruídas, clérigos atacados e locais de culto bombardeados, queimados ou utilizados como postos militares.
Moçambique	↓	Agentes não estatais Extremismo religioso	Os extremistas islamistas intensificaram os ataques anticristãos em Cabo Delgado, destruindo igrejas e ameaçando com conversões forçadas ou morte. Violência pós-eleitoral, assassinatos seletivos e crescente desconfiança pública desestabilizaram ainda mais o país e enfraqueceram as proteções institucionais.
Nicarágua	↓	Governo autoritário	O regime de Ortega intensificou a repressão contra a Igreja. Os grupos religiosos perderam estatuto legal, o culto público e as procissões foram proibidos. Clérigos e leigos foram presos, exilados ou foi-lhes retirada a nacionalidade. O governo fechou instituições de caridade e confiscou bens da Igreja.
Niger	↓	Agentes não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa continua protegida pela Carta de Transição, mas o agravamento da segurança prejudicou o seu usufruto. Grupos jihadistas como o grupo Estado Islâmico da Província do Sahel (ISSP) e filiados da Al-Qaeda intensificaram os ataques, matando centenas, deslocando milhares e alvejando igrejas, mesquitas e fiéis.
Nigéria	↓	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa na Nigéria está refém de ataques jihadistas, conflitos sectários e fraca proteção estatal. O Boko Haram e o grupo Estado Islâmico da Província da África Ocidental (ISWAP) atacam muçulmanos e cristãos e sequestram clérigos. Na região do Cinturão Médio, a violência aumentou, com igrejas queimadas e fiéis assassinados.
Paquistão	↓	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	Os ataques jihadistas aumentaram. As leis contra a blasfêmia foram violadas, levando a centenas de detenções e a vários linchamentos. Persistiram conversões e casamentos forçados de meninas cristãs e hindus. Os ahmadis foram presos durante a celebração do Eid. As reformas legais trouxeram poucas mudanças no meio da violência generalizada.

País	tendência	Perseguição/Discriminação Autor(es) principal(is) e condutor(es)	Resumo
República Democrática do Congo	↓	Agentes não estatais Extremismo religioso	Mais de 120 grupos armados operam no país, incluindo o M23 e as Forças Democráticas Aliadas (ADF), que intensificaram os ataques contra cristãos e muçulmanos moderados, com assassinatos, sequestros e destruição de igrejas. A falha do Estado em garantir proteção no meio da escalada da violência agravou a crise.
Somália	—	Agentes não estatais Extremismo religioso	A liberdade religiosa manteve-se ausente. O Al-Shabaab e o autoproclamado grupo Estado Islâmico atacaram convertidos e trabalhadores humanitários. Os cristãos enfrentaram ataques e viveram escondidos. A proibição de uso do niqab foi restabelecida no meio de preocupações com a segurança. As tensões federais e o controle jihadista pioraram a perspectiva para as minorias religiosas.
Sudão	↓	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A guerra civil no Sudão provocou deslocamentos em massa. Igrejas e mesquitas foram atacadas, sacerdotes torturados e cristãos pressionados para se converterem. As reformas anteriores falharam com o aumento da fome, das atrocidades e da ilegalidade. As minorias religiosas continuam especialmente vulneráveis.
Turcomenistão	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa permaneceu rigidamente controlada sob o regime de Berdimuhamedow. O culto sem registro é ilegal e o registro é frequentemente recusado. Muçulmanos e cristãos enfrentaram invasões, vigilância e ameaças. Os convertidos sofreram abusos por parte das famílias, as minorias foram pressionadas a adotar o islamismo.
Argélia	↓	Governo autoritário	A Argélia continuou restringindo a liberdade religiosa. Dezenas de igrejas protestantes permaneceram fechadas, os tribunais condenaram convertidos e sentenciaram fiéis por atividades não autorizadas. Foram aplicadas leis contra a blasfêmia e os críticos do islamismo enfrentaram detenções e perseguição.
Azerbaijão	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa no Azerbaijão deteriorou-se devido à repressão dos muçulmanos xiitas, das testemunhas de Jeová e dos cristãos armênios. As autoridades impuseram vigilância, buscas policiais e detenções. Cerca de 120 mil armênios foram sujeitos a uma limpeza étnica em Nagorno-Karabakh, tendo os locais religiosos sido profanados ou destruídos após a tomada deste território.
Bahrein	—	Governo autoritário	O Bahrein estreitou laços com a Igreja Católica, mas os cidadãos xiitas enfrentaram detenções, restrições de rituais e discriminação. Os críticos do islamismo foram punidos. Os convertidos enfrentam graves consequências jurídicas e sociais. Uma nova lei regula os locais de culto, mas algumas autorizações para as igrejas ainda estão pendentes.
Brunei	—	Governo autoritário	O Código Penal da Syariah do Brunei continuou restringindo a liberdade religiosa. Os não muçulmanos enfrentaram proibições de proselitismo, educação religiosa e reuniões. Os grupos não registrados são ilegais. A lei islâmica molda a vida pública e a crítica à religião é criminalizada. O controle permanece rígido e centralizado.
Catar	—	Governo autoritário	A liberdade religiosa no Catar continua limitada ao culto controlado pelo Estado, praticado pelas religiões abraâmicas. Apesar de se realizarem cultos públicos judaicos e eventos católicos, os bahá'ís enfrentaram deportações e proibições de trabalho. O proselitismo por parte dos não muçulmanos e a apostasia continuam a ser criminalizados pela lei islâmica.
Cazaquistão	—	Governo autoritário	Foram tomadas algumas medidas positivas durante o período abrangido por este relatório, incluindo o reconhecimento oficial da objeção de consciência. Essas mudanças levaram a uma pequena, mas significativa, melhoria no ambiente geral da liberdade religiosa. Contudo, permaneceram em vigor restrições significativas, como requisitos rigorosos de registro, multas para cultos ou manifestações religiosas online sem registro, e propostas de alterações que poderiam reforçar ainda mais o controle estatal sobre as atividades religiosas.
Chade	—	Agentes não estatais Extremismo religioso	O Chade enfrentou violência jihadista, com ataques do Boko Haram e do ISWAP que provocaram a morte de dezenas de soldados em 2024. O período pós-eleitoral foi marcado por agitação política, enquanto os líderes cristãos relataram detenções, marginalização e crescentes tensões inter-religiosas no meio de uma crescente insegurança.
Comores	—	Governo autoritário	Entre 2024 e 2025, a reeleição do presidente Assoumani e a polêmica detenção de um imã levantaram preocupações sobre a expressão religiosa. Uma operação policial em uma igreja malgaxe atraiu a condenação oficial. Os cristãos continuam marginalizados no meio de tensões mais amplas sobre identidade e direitos.w
Cuba	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa em Cuba deteriorou-se ainda mais sob o rigoroso controle do Partido Comunista. Clérigos e fiéis enfrentaram crescente intimidação, detenções, vigilância e proibições de culto. Os grupos não registrados foram reprimidos. As igrejas foram vandalizadas e saqueadas por indivíduos não identificados, aprofundando o medo e o isolamento.

País	tendência	Perseguição/Discriminação Autor(es) principal(is) e condutor(es)	Resumo
Djibouti	—	Governo autoritário	A liberdade religiosa no Djibuti permaneceu limitada pelo domínio do islamismo sunita e pelo controle do Estado. Os não muçulmanos enfrentaram restrições de culto, discriminação no ambiente de trabalho e obstáculos administrativos. A conversão a partir do islamismo foi desencorajada e podia levar ao ostracismo ou à violência.
Egito	—	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	As legalizações de Igrejas e um projeto de lei sobre o estatuto pessoal representaram progressos, mas a violência sectária, os processos por blasfêmia e a discriminação de grupos não reconhecidos persistiram. Os relatos de sequestros e conversões forçadas de meninas cristãs também continuaram.
Emirados Árabes Unidos	—	Governo autoritário	A liberdade religiosa nos Emirados Árabes Unidos é limitada por leis contra o proselitismo e a blasfêmia, mas o diálogo inter-religioso expandiu-se. A Casa da Família Abraâmica, o primeiro templo hindu em Abu Dhabi, e as reformas legais sinalizam progresso. Os controles rígidos e um ataque antisemita são preocupantes.
Etiópia	—	Governo autoritário	A liberdade religiosa na Etiópia continua frágil no meio de divisões na Igreja Ortodoxa, proibições ao uso do hijab e tensões étnicas. Apesar do acordo de paz com Tigré, as rivalidades enraizadas e a ameaça do extremismo continuam minando a coexistência religiosa duradoura.
Haiti	↓	Agentes não estatais Crime organizado	A liberdade religiosa no Haiti é gravemente prejudicada pela violência generalizada, pelo colapso do Estado e pela impunidade. As gangues armadas sequestram líderes religiosos, saqueiam igrejas e matam civis por rotina. Apesar de o diálogo inter-religioso se manter, a insegurança dificulta a prática religiosa.
Iraque	—	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa no Iraque manteve-se frágil. Os cristãos enfrentaram a marginalização política e pressões migratórias, enquanto os yazidis sofreram constantes deslocamentos. As milícias apoiadas pelo Irã e o ressurgimento do autoproclamado grupo Estado Islâmico ameaçaram ainda mais as minorias. A igualdade de cidadania continua distante.
Israel	↓	Nacionalismo étnico-religioso	A liberdade religiosa em Israel deteriorou-se, com ataques a igrejas e mesquitas, perseguições aos cristãos e restrições mais apertadas aos árabes muçulmanos, especialmente em Jerusalém. Apesar das condenações, a impunidade prevaleceu. O ataque do Hamas, em outubro de 2023, aprofundou a polarização e as tensões.
Jordânia	—	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa manteve-se estável, mas limitada. Os cristãos se beneficiaram do apoio estatal, enquanto os grupos não reconhecidos enfrentaram obstáculos legais. Houve ataques a igrejas, e a pressão social contra a apostasia persistiu, especialmente perante a crescente influência islamista.
Kuwait	—	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa manteve-se limitada a grupos registrados. Os xiitas enfrentaram restrições ao culto, enquanto as leis contra a blasfêmia e a discriminação persistiram. Os cristãos registrados praticam o culto livremente, mas ainda não têm pleno reconhecimento legal e enfrentam obstáculos administrativos.
Laos	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa no Laos é gravemente restringida, apesar das proteções legais. Dezenas de igrejas foram atacadas, cristãos presos e comunidades expulsas. As autoridades locais aliam-se frequentemente a moradores hostis. O controle estatal baseado no Decreto n.º 315 sufoca a vida religiosa, especialmente para os protestantes.
Malásia	—	Governo autoritário	Apesar das proteções constitucionais, a liberdade religiosa na Malásia continua limitada. A apostasia é proibida na maioria dos estados, o proselitismo por parte de não muçulmanos é criminalizado e os xiitas enfrentam discriminação. Os cristãos e os grupos indígenas enfrentam obstáculos legais e preconceito administrativo.
Marrocos	—	Governo autoritário	O Marrocos garante a liberdade de crença, mas o islamismo ainda é a religião do Estado. A conversão do islamismo não é ilegal, mas é socialmente penalizada. O culto não muçulmano é tolerado, mas os cristãos e os bahá'ís enfrentam restrições legais. O discurso oficial promove o islamismo moderado sem reformas legais.
Mauritânia	—	Governo autoritário	A liberdade religiosa na Mauritânia continua praticamente inexistente. A apostasia é punível com a morte e a blasfêmia é severamente punida. O culto não muçulmano é restrito a estrangeiros, enquanto a pequena comunidade católica enfrenta barreiras legais e carece de liderança autóctone.
México	↓	Agentes não estatais Crime organizado	A liberdade religiosa no México é constitucionalmente protegida, mas os clérigos e os fiéis enfrentam graves ameaças por parte do crime organizado. A violência, a extorsão e a profanação de igrejas são frequentes, com impunidade generalizada. As tensões surgem também dos debates sobre o secularismo entre a Igreja e o Estado.

País	tendência	Perseguição/Discriminação Autor(es) principal(is) e condutor(es)	Resumo
Nepal	↓	Agentes estatais/não estatais Nacionalismo étnico-religioso	O Nepal garante a liberdade religiosa, mas existem leis anticonversão e o proselitismo é proibido. Os cristãos, especialmente os dalits, enfrentam ataques, detenções e fechamento de igrejas. A lei favorece as tradições hindus, deixando as minorias vulneráveis à discriminação, à violência e à penas legais por evangelização.
Omã	—	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa em Omã continua restrita ao culto aprovado pelo Estado. O proselitismo é proibido e as leis contra a blasfêmia impõem penas severas. Os não muçulmanos podem realizar cultos em locais designados. Um ataque a uma mesquita xiita, ligado ao autoproclamado grupo Estado Islâmico, evidenciou crescentes preocupações sectárias.
Palestina	↓	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	Apesar das garantias constitucionais, a liberdade religiosa na Palestina continua severamente limitada pela guerra e pelas restrições israelitas. Os cristãos de Gaza sofreram graves perdas, enquanto os fiéis cristãos e muçulmanos enfrentam insegurança, tendo o acesso a Jerusalém bloqueado e os locais de culto destruídos.
Quirguistão	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa entrou em declínio à medida que as autoridades governamentais reprimiam grupos não registrados, invadiam igrejas e mesquitas e aprovavam uma nova Lei Religiosa com regras de registro mais rigorosas. Os grupos minoritários enfrentaram multas, detenções e pressão crescente.
Rússia	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa na Rússia declinou devido à repressão relacionada à guerra. Leis amplas contra extremismo, agentes estrangeiros e atividades missionárias visam minorias e dissidentes.
Síria	↓	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa na Síria permaneceu severamente limitada no meio da insegurança e da violência sectária. Foram atacados locais yazidis, xiitas e cristãos, enquanto as facções islamistas vandalizaram igrejas e símbolos de Natal. A discriminação legal persistiu. Apesar da retórica inclusiva, as perspectivas permanecem incertas.
Sri Lanka	↑	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa no Sri Lanka continua frágil. A maioria budista detém um estatuto privilegiado, enquanto os cristãos, muçulmanos e hindus enfrentam assédio, restrições e discurso de ódio. O uso indevido da Lei do PIDCP permite detenções, e a retórica nacionalista budista continua descontrolada.
Tailândia	—	Agentes estatais/não estatais Governo autoritário e extremismo religioso	A liberdade religiosa na Tailândia é geralmente respeitada, embora o budismo tenha um estatuto privilegiado. No sul, o conflito afeta os direitos dos muçulmanos. Os refugiados que fogem da perseguição religiosa enfrentam detenção e risco de deportação. As minorias religiosas e os grupos não registrados enfrentam negligência ou pressão indireta.
Tajiquistão	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa no Tajiquistão continua rigorosamente controlada. Todos os grupos devem registrar-se, o proselitismo é restrito e as práticas islâmicas são proibidas. Os cristãos e outras minorias também são afetados pela vigilância e repressão. As leis antiextremismo permitem abusos.
Tunísia	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa na Tunísia é limitada, apesar das garantias constitucionais. As comunidades não muçulmanas enfrentam restrições administrativas, enquanto a hostilidade social aumenta, especialmente em relação aos imigrantes cristãos e judeus. A retórica do governo e a resposta em matéria de segurança geram preocupações crescentes.
Turquia	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa na Turquia está diminuindo. As minorias enfrentam barreiras legais, discurso de ódio e interferência estatal. Os pastores protestantes foram expulsos, as igrejas fechadas e as celebrações cristãs proibidas. Ataques terroristas geraram alarme.
Ucrânia	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa na Ucrânia se deteriorou drasticamente em meio à guerra e às leis restritivas. Uma lei de 2024 visa grupos ligados à Igreja Ortodoxa Russa.
Uzbequistão	↓	Governo autoritário	O Uzbequistão controla rigorosamente a religião, tendo como alvo os muçulmanos com base em leis antiextremismo. As detenções, torturas e penas de prisão ocorreram até por pequenos atos religiosos. Dezenas de locais de culto foram fechados ou demolidos. A censura e a repressão sinalizam um clima de deterioração da liberdade religiosa.
Venezuela	↓	Governo autoritário	A liberdade religiosa na Venezuela está comprometida pelo controle governamental, pela instrumentalização política da fé e por leis vagas que permitem a censura e a repressão. A retórica antisemita intensificou-se e a autonomia das igrejas está ameaçada.
Vietnã	↓	Governo autoritário	O Vietnã continua restringindo a liberdade religiosa. As Igrejas não registradas e as minorias como os Montagnards e os Khmer-Krom enfrentam detenções, perseguições e demolições com base em leis vagas. Novos decretos reforçaram o controle sobre a religião e a liberdade de expressão online. A maioria das minorias continua desprotegida.

Países onde foram observados novos fatores de preocupação, suscetíveis de provocar a erosão da liberdade religiosa. Esses fatores incluem medidas legais contra aspectos da liberdade religiosa, aumento dos casos de crimes de ódio e violência ocasional com motivação religiosa. (Esses países estão assinalados com uma lupa nos mapas da Análise Regional).

ÁFRICA SUBSAARIANA	AMÉRICA LATINA E CARIBE	ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA
Angola	Bolívia	Líbano
Burundi	Chile	
Costa do Marfim	Colômbia	PAÍSES DA OSCE
Gabão	El Salvador	Belarus
Gana	Honduras	
Guiné-Bissau		
Quênia	ÁSIA CONTINENTAL E MARÍTIMA	
Ilhas Maurício	Butão	
Ruanda	Camboja	
Sudão do Sul	Indonésia	
Togo	Filipinas	



NOTAS EXPLICATIVAS

Período em análise: janeiro de 2023 a dezembro de 2024 (inclusive). Para ler os relatórios individuais por país, consulte www.acn.org.br/relatorio-liberdade-religiosa. Ao avaliar a escala de opressão dos grupos religiosos, o Comitê Editorial e os Editores Regionais consideraram os fatores descritos na seção Metodologia e Definições. A Fundação Pontifícia ACN reconhece que a natureza qualitativa da categorização significa que existe necessariamente um elemento subjetivo nesta análise.



Países com violações significativas

da Liberdade Religiosa

América Latina
e Caribe

México ↓

Cuba ↓

Haiti ↓

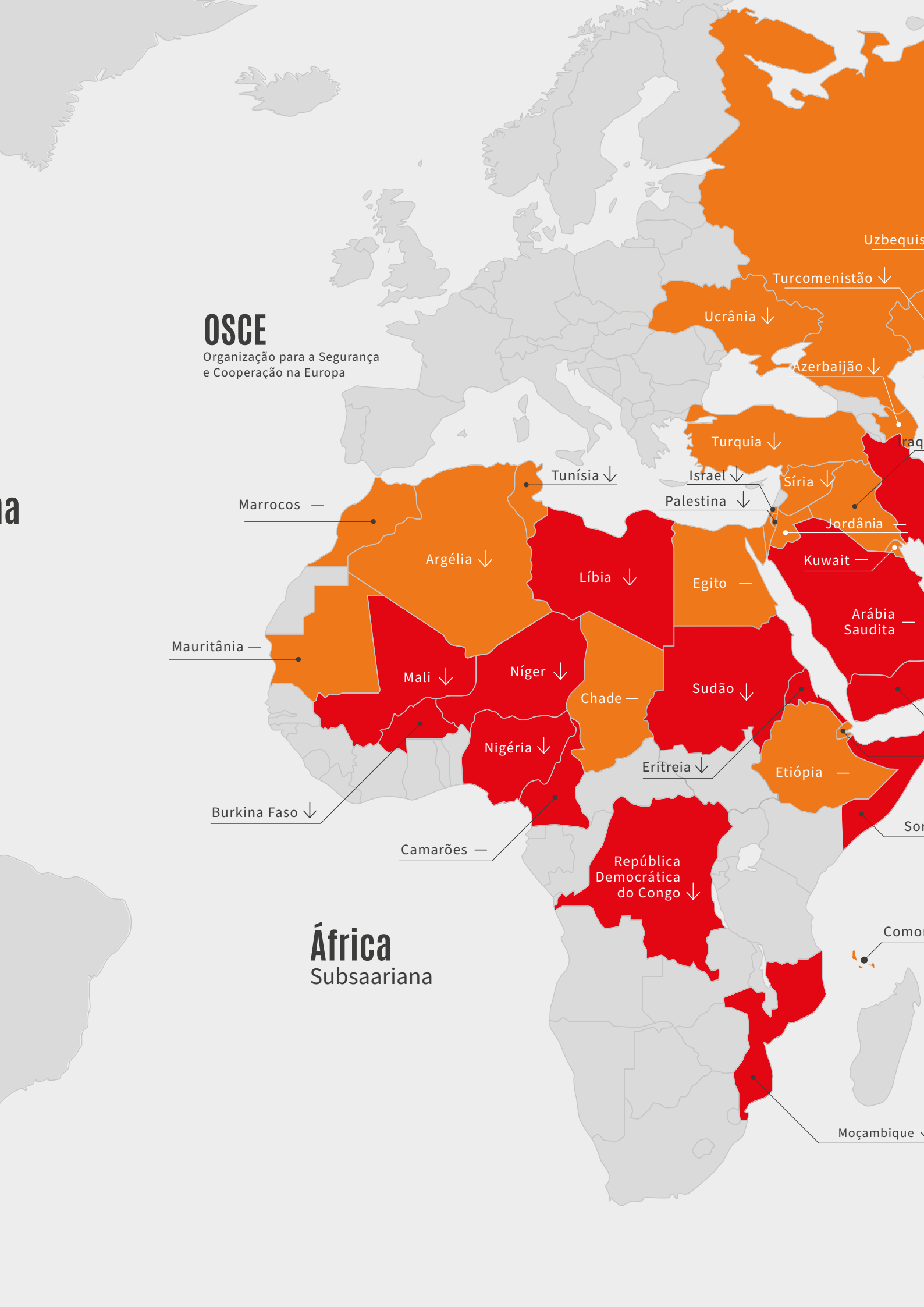
Nicarágua ↓

Venezuela ↓

	Perseguição
	Discriminação
↑	Melhorou desde 2023
↓	Piorou desde 2023
—	Sem alterações desde 2023

OSCE

Organização para a Segurança
e Cooperação na Europa



Marrocos —

Mauritânia —

Burkina Faso ↓

Camarões —

África
Subsaariana

Uzbequis

Turcomenistão ↓

Ucrânia ↓

Azerbaijão ↓

Turquia ↓

Israel ↓

Palestina ↓

Jordânia —

Kuwait —

Arábia Saudita

Chade —

Sudão ↓

Etiópia —

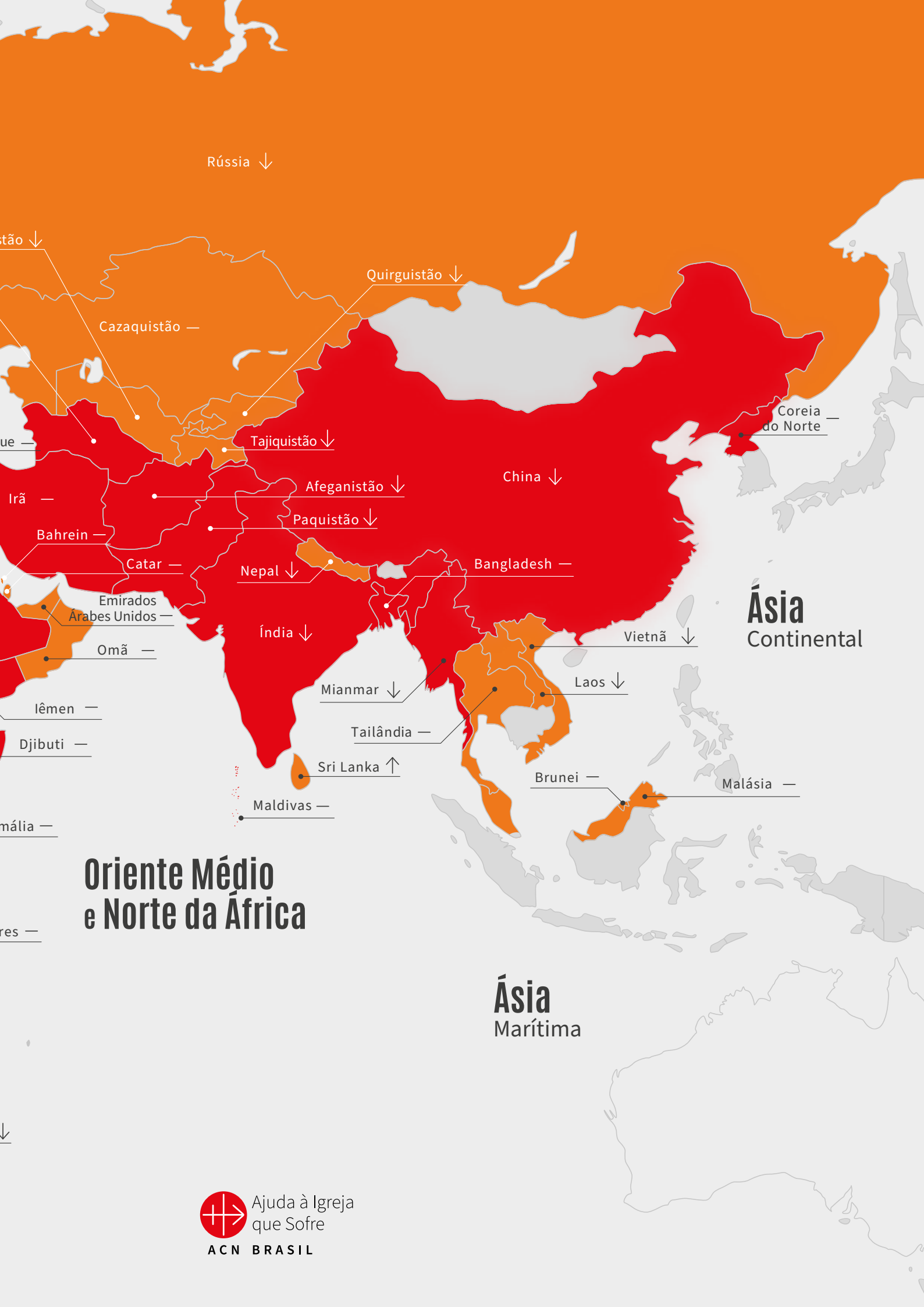
Eritreia ↓

Somália

República Democrática do Congo ↓

Comoros

Moçambique ↓



Rússia ↓

stão ↓

Quirguistão ↓

Cazaquistão —

ue —

Tajiquistão ↓

Coreia do Norte —

China ↓

Irã —

Afeganistão ↓

Paquistão ↓

Bahrein —

Catar —

Nepal ↓

Bangladesh —

Emirados Árabes Unidos —

Omã —

Índia ↓

Vietnã ↓

Ásia Continental

Iêmen —

Mianmar ↓

Laos ↓

Djibuti —

Tailândia —

Sri Lanka ↑

Brunei —

Malásia —

Maldivas —

mália —

Oriente Médio e Norte da África

res —

Ásia Marítima



Ajuda à Igreja que Sofre

ACN BRASIL

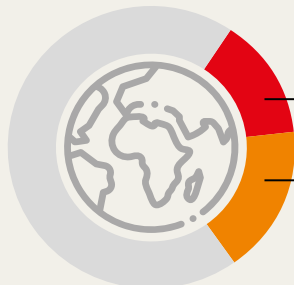
LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO

SUMÁRIO
EXECUTIVO
2025

A LIBERDADE
RELIGIOSA É
**UM DIREITO
HUMANO,**
NÃO UM
PRIVILÉGIO

A LIBERDADE RELIGIOSA É VIOLADA

Em **62 países**
dos 196 analisados



24 países
sofrem **perseguição**

38 países
sofrem **discriminação**

64,7% da população mundial

- **quase 5,4 bilhões** - vive em países com violações graves ou gravíssimas da liberdade religiosa.



GOVERNOS AUTORITÁRIOS A MAIOR AMEAÇA À LIBERDADE RELIGIOSA *



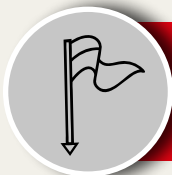
52 países

GOVERNOS AUTORITÁRIOS



25 países

Extremismo religioso



6 países

Nacionalismo étnico-religioso



3 países

Crime organizado

* alguns desses países estão incluídos em mais de um grupo.

GARANTIAS DE LIBERDADE RELIGIOSA



Em **31** países, a liberdade religiosa não é garantida por lei.



Em **50** países, a lei é igual para todos no papel, mas não na prática.



Em **34** países, as pessoas não têm liberdade para mudar de religião.



Em **53** países, a pressão social causa discriminação/perseguição religiosa, apesar das leis neutras.

DESDE 2023, EM ATÉ:



44
países

Pessoas foram mortas por causa de sua fé.



29
países

Pessoas foram sequestradas por motivos religiosos.



21
países

As mídias sociais foram usadas para espalhar ódio contra minorias religiosas.

EM 56 PAÍSES, REPRESENTANTES RELIGIOSOS ESTÃO ENTRE OS ALVOS DE ATAQUES MOTIVADOS PELA RELIGIÃO



EM 57 PAÍSES, SÃO RELATADOS ABUSOS CONTRA LOCAIS DE CULTO



EM 46 PAÍSES, A BLASFÊMIA É PUNIDA DE ALGUMA FORMA



Em **13 países**
a punição pode incluir prisão perpétua e até mesmo a pena de morte

Em **30 países**
estão previstas penas de prisão mais curtas, até um máximo de cinco anos

EM 46 PAÍSES, AS PERSPECTIVAS DE LIBERDADE RELIGIOSA SÃO CONSIDERADAS NEGATIVAS OU MESMO ALARMANTES



Fontes

- 1 Por exemplo, Adrian Shtuni, *The Islamic State in 2025: an Evolving Threat Facing a Waning Global Response*, ICCT – The Hague, 11 de julho de 2025, <https://icct.nl/publication/islamic-state-2025-evolving-threat-facing-waning-global-response> (acessado em 8 de agosto de 2025).
- 2 Francesco Marone, “Spillover terrorism? Exploring the effects of the Israel-Hamas war on jihadist violence in Europe”, *Journal of Contemporary European Studies*, 2025, <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14782804.2025.2505146> (acessado em 8 de agosto de 2025).
- 3 Aaron Y. Zelin, “The Damascus Church Attack: Who Is Saraya Ansar al-Sunnah?”, *The Washington Institute*, 25 de junho de 2025, <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/damascus-church-attack-who-saraya-ansar-al-sunnah> (acessado em 8 de agosto de 2025).
- 4 Base de Dados de Estatísticas da População de Refugiados, Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), última atualização a 12 de junho de 2025, <https://www.unhcr.org/refugee-statistics> (acessado em 2 de julho de 2025).
- 5 “Rohingya Refugee Crisis Explained”, Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), 22 de agosto de 2024, <https://www.unrefugees.org/news/rohingya-refugee-crisis-explained/> (acessado em 2 de julho de 2025).
- 6 Kielce Gussie, “Syria: ‘The few certainties that existed are now gone’”, *Vatican News*, 19 de março de 2025, <https://www.vaticannews.va/en/church/news/2025-03/syria-the-few-certainties-that-existed-are-now-gone.html>; “Syrian priest: ‘People are telling us, ‘Father, we are afraid for the future of our children’”, *Ajuda à Igreja que Sofre*, 26 de junho de 2025, <https://www.churchinneed.org/father-fadi-azar-speaks-about-the-situation-of-christians-in-syria/> (acessado em 2 de julho de 2025).
- 7 “Iraq”, *Ajuda à Igreja que Sofre*, <https://acninternational.org/iraq/> (acessado em 2 de julho de 2025).
- 8 Amy Balog, “Iraq: Preserving Christianity in Iraq 10 years after Daesh invasion”, *Ajuda à Igreja que Sofre do Reino Unido*, 5 de agosto de 2024, <https://acnuk.org/news/iraq-preserving-christianity-in-iraq-10-years-after-daesh-invasion/> (acessado em 2 de julho de 2025).
- 9 “Country Guidance: Afghanistan. Common analysis and guidance note”, Agência da União Europeia para o Asilo, maio de 2024, p. 66, https://euaa.europa.eu/sites/default/files/publications/2024-05/2024_CG_AFG_Final.pdf (acessado em 2 de julho de 2025).
- 10 “R4Sahel Coordination Platform for Forced Displacements in Sahel”, Portal de Dados Operacionais, Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), última atualização a 30 de junho de 2025, <https://data.unhcr.org/en/situations/sahelcrisis> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 11 Méryl Demuynck, “Mass Displacement and Violent Extremism in the Sahel: A Vicious Circle?”, *International Centre for Counter-Terrorism (ICCT)*, Policy Brief, agosto de 2022, <https://icct.nl/sites/default/files/2022-12/meryl-policy-brief-final-version.pdf> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 12 Iwona Zamkowska, “Islamic insurgency in the Sahel as the root of mass displacement in Burkina Faso”, *International Institute for Religious Freedom (IIRF)*, vol. 15:1/2 2022, <https://iirf.org/index.php/home/article/view/131>; “Sahel: ACN comes to the aid of Christians displaced by terror”, *Ajuda à Igreja que Sofre*, 8 de fevereiro de 2024, <https://acninternational.org/sahel-acn-comes-to-the-aid-of-christians-displaced-by-terror/#:~:text=Another%20of%20those%20driven%20out,as%20well%20as%20medical%20expenses>; Amy Balog, “Burkina Faso: Church helping thousands of Christians forced into exile”, *Ajuda à Igreja que Sofre do Reino Unido*, 25 de setembro de 2024, <https://acnuk.org/news/burkina-faso-church-helping-thousands-of-christians-forced-into-exile/?srsltid=AfmBOorajPa8W0f5SBdOtbGg94egvA97S2hwdRn32NfSBn8umDcSHDPb> (acessado em 6 de agosto de 2025).
- 13 “Journeys of Pakistani migrants and refugees to Thailand”, *Mixed Migration Centre (UNODC)*, dezembro de 2023, https://mixedmigration.org/wp-content/uploads/2023/12/308_Pakistani_migrants_refugees_Thailand.pdf (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 14 Convenção e Protocolo relativos ao Estatuto dos Refugiados, Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), <https://www.unhcr.org/media/1951-refugee-convention-and-1967-protocol-relating-status-refugees> (acessado em 6 de agosto de 2025).
- 15 “Handbook and Guidelines on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol”, *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)*, dezembro de 2011 (nova edição abril de 2019), <https://www.unhcr.org/sites/default/files/legacy-pdf/5ddfc47.pdf> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 16 “Rome Statute of the International Criminal Court”, *Tribunal Penal Internacional*, <https://www.icc-cpi.int/resource-library#coreICTexts> (acessado em 6 de agosto de 2025).
- 17 Christophe Foltzenlogel, “The Persecution of Ex-Muslim Christians in France and in Europe”, *Centro Europeu para o Direito e a Justiça (ECLJ)*, 13 de julho de 2022, https://eclj.org/religious-freedom/coe/the-persecution-of-ex-muslim-christians-in-france-and-in-europe?lng=en&fbclid=IwAR0SLVPV3pDCJeq6ijJ5LshlJX85DuyWNK8cxAugSRE4SMQFMxvFz_MOA (acessado em 23 de julho de 2025).
- 18 “Ex-Muslim Christian refugees in Europe: the ECLJ calls for greater protection”, *Centro Europeu para o Direito e a Justiça (ECLJ)*, 11 de março de 2025, <https://eclj.org/asylum/un/ex-muslim-christian-refugees-in-europe-the-eclj-calls-for-greater-protection#:~:text=Similar%20tragedies%20are%20unfolding%20in,or%20violence%20from%20other%20migrants> (acessado em 6 de agosto de 2025).
- 19 “Cuba”, 2023 Religious Freedom Report, *Ajuda à Igreja que Sofre (ACN Internacional)*, <https://acninternational.org/religiousfreedomreport/reports/country/2023/cuba> (acessado em 21 de agosto de 2025).
- 20 Uría, I., *Iglesia y Revolución en Cuba*. Enrique Pérez Serantes (1883-1968), el obispo que salvó a Fidel Castro, 2011, Ediciones Encuentro.
- 21 Jarquin, E., Payá, R. M., & Machado, M. C. (2021), “Nicaragua, Cuba y Venezuela: Crónicas del fin de la libertad”, *Serie Informe Sociedad y Política*, n.º 180, Libertad y Desarrollo, <https://lyd.org/wp-content/uploads/2021/11/SIP-180-1.pdf> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 22 “Almagro dice que Cuba exporta ‘mecanismos de terror’ a Nicaragua y Venezuela”, *EFE*, Los Angeles Times, 7 de dezembro de 2011, <https://www.latimes.com/espanol/noticias-mas/articulo/2018-12-07/efe-3836161-14914210-20181207> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 23 “Venezuela y Cuba: progresía, socialismo y simulacros”, *Clarín*, 1 de agosto de 2023, https://www.clarin.com/mundo/venezuela-cuba-progresia-socialismo-simulacros_0_ot9eizNbh0.html (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 24 Ver relatórios sobre a Nicarágua, Venezuela e Cuba nas últimas três edições do Relatório de Liberdade Religiosa, ACN - Ajuda à Igreja que Sofre, <https://acninternational.org/religiousfreedomreport/reports/global/2023> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 25 Ibid.
- 26 “Los cubanos en Venezuela”, *Martí Noticias*, 21 de outubro de 2018, <https://www.martinoticias.com/a/los-cubanos-en-venezuela/216715.html> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 27 Ver relatórios sobre a Nicarágua nas últimas três edições do Relatório de Liberdade Religiosa, ACN - Ajuda à Igreja que Sofre, <https://acninternational.org/religiousfreedomreport/reports/global/2023> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 28 Carlos Carrillo, “Cuba’s ‘migratory stampede’ has no end in sight”, *Reuters*, 11 de setembro de 2024, <https://www.reuters.com/world/americas/cubas-migratory-stampede-has-no-end-sight-2024-09-11/> (acessado em 21 de agosto de 2025).
- 29 “Remittances from Nicaraguan migrants mark new record, passing \$4 billion”, *Reuters*, 28 de dezembro de 2023, <https://www.reuters.com/world/americas/remittances-nicaraguan-migrants-mark-new-record-passing-4-billion-2023-12-27/> (acessado em 21 de agosto de 2025).
- 30 “Crisis in Venezuela: More than 7.7 million refugees and migrants”, *ACNUR Espanha* (meados de 2025), <https://www.acnur.org/es-es/emergencias/situacion-de-venezuela> (acessado em 21 de agosto de 2025).
- 31 Sina Hartert, “Burkina Faso: Displaced Christians Feel Like the Exiled People of God in Babylon”, *ACN - Ajuda à Igreja que Sofre*, <https://acninternational.org/burkina-faso-displaced-christians-feel-like-the-exiled-people-of-god-in-babylon/> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 32 “Burkina Faso: New chapter of suffering for Christians”, *ACN - Ajuda à Igreja que Sofre*, 21 de novembro de 2023, <https://acninternational.org/burkina-faso-new-chapter-of-suffering-for-christians/> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 33 “Fulani and Jihad in West Africa: A Complex Relationship”, *Good Governance Africa*, 2020, <https://gga.org/fulani-and-jihad-in-west-africa-a-complex-relationship/> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 34 Comunicado de imprensa da Universidade de Uppsala, “New study unravels the history of the largest pastoral population in Africa”, 12 de fevereiro de 2025, <https://phys.org/news/2025-02-history-fulani-largest-pastoral-populations.html>; “Fulani”, *The Africanica*, 25 de março de 2025, <https://theafricanica.com/people/fulani/> (acessado em 21 de agosto de 2025); B. Sangare, “Fulani People and Jihadism in Sahel and Western African countries”, *Fondation Pour la Recherche Stratégique*, 8 de fevereiro de 2019, <https://www.frstrategie.org/en/programs/observatoire-du-monde-arabo-musulman-et-du-sahel/fulani-people-and-jihadism-sahel-and-west-african-countries-2019> (acessado em 21 de agosto de 2025).
- 35 Fortes-Lima, C., et al. (2025), “Population history and admixture of the Fulani people from the Sahel”, *The American Journal of Human Genetics*, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0002929724004579> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 36 Boukary Sangare, “Fulani People and Jihadism in Sahel and West African Countries”, *Foundation for Strategic Research*, 8 de fevereiro de 2019, <https://www.frstrategie.org/en/programs/observatoire-du-monde-arabo-musulman-et-du-sahel/fulani-people-and-jihadism-sahel-and-west-african-countries-2019> (acessado em 26 de agosto de 2025).



- 37 Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, “Factsheet: Fulani Communities”, Madeline Velturo, USCIRF, 2020, www.uscifr.gov/sites/default/files/2020%20Factsheet%20-%20Fulani%20Communities_FINAL_0.pdf. (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 38 “Fulani and Jihad in West Africa: A Complex Relationship”, Good Governance Africa, 2020, <https://gga.org/fulani-and-jihad-in-west-africa-a-complex-relationship/>. (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 39 International Crisis Group, “The Social Roots of Jihadist Violence in Burkina Faso’s North”, Africa Report n.º 254, 12 de outubro de 2017, <https://www.crisis-group.org/africa/west-africa/burkina-faso/254-social-roots-jihadist-violence-burkina-faso-north>; Boukary Sangare, “Annexe 1: Organizations and stratification of the Fulani society in central Mali, Fulani People and Jihadism in Sahel and West African Countries”, Foundation for Strategic Research, 8 de fevereiro de 2019, <https://www.frstrategie.org/en/programs/observatoire-du-monde-arabo-musulman-et-du-sahel/fulani-people-and-jihadism-sahel-and-west-african-countries-2019> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 40 “Focus on the Sahel: Terrorism, NGOs and the Fulani Communities”, France24, 23 de outubro de 2024, <https://www.france24.com/en/africa/20241023-focus-sahel-terrorism-ngos-fulani-communities-alqaeda-jnim>. (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 41 Marta Petrosillo e Maria Lozano, “Burkina Faso, extremism and terrorism: Country Report”, ACN - Ajuda à Igreja que Sofre Internacional, <https://media.acninternational.org/wp-content/uploads/2025/08/ACN-20241205-177390.pdf> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 42 Ibid.
- 43 Boukary Sangare, “Fulani People and Jihadism in Sahel and West African Countries”, Foundation for Strategic Research, 8 de fevereiro de 2019, <https://www.frstrategie.org/en/programs/observatoire-du-monde-arabo-musulman-et-du-sahel/fulani-people-and-jihadism-sahel-and-west-african-countries-2019> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 44 “Burkina Faso, extremism and terrorism: Country Report”, op. cit.
- 45 Maria Lozano, “Nigeria at the Crossroads: Country Report”, ACN - Ajuda à Igreja que Sofre Internacional, 2023, <https://media.acninternational.org/wp-content/uploads/2025/03/ACN-20230202-139856.pdf> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 46 Nucha Suntai Gambo, “Reconstructing the Origin and the Main Drivers of Conflict between Tiv Farmers and Fulani Herders in Benue State, Nigeria”, Taraba State University, dezembro de 2023, <https://ijidjournal.org/index.php/ijid/article/view/462/333> (acessado em 21 de agosto de 2025).
- 47 John Shiaoondo, “Untold Story of the Tiv War Against Hegemony”, Blueprint, 2 de maio de 2025, <https://blueprint.ng/untold-story-of-the-tiv-war-against-hegemony/> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 48 Pierre Prier, “Africa. The Living Memory of the Usman Dan Fodio’s Caliphate”, Orient XXI, 2019, <https://orientxxi.info/magazine/africa-the-living-memory-of-the-usman-dan-fodio-s-caliphate,3556> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 49 “Killings: Some Politicians Prefer to Worsen Crisis, Have State of Emergency in Benue – Tor Tiv”, Channels Television, 18 de junho de 2025, <https://www.channelstv.com/2025/06/18/killings-some-politicians-prefer-to-worsen-crisis-have-state-of-emergency-in-benue-tor-tiv/> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 50 Maria Lozano, “Nigeria at the Crossroads: Country Report”, ACN - Ajuda à Igreja que Sofre Internacional, 2023, <https://media.acninternational.org/wp-content/uploads/2025/03/ACN-20230202-139856.pdf> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 51 Ibid.
- 52 Amy Balog, “Nigeria: Leaders Accused of Inaction Amid Ongoing Killings and Food Crisis”, Ajuda à Igreja que Sofre, 2024, <https://acninternational.org/nigeria-leaders-accused-of-inaction-amid-ongoing-killings-and-food-crisis/> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 53 Nucha Suntai Gambo, “Reconstructing the Origin and the Main Drivers of Conflict between Tiv Farmers and Fulani Herders in Benue State, Nigeria”, Taraba State University, dezembro de 2023, <https://ijidjournal.org/index.php/ijid/article/view/462/333> (acessado em 21 de agosto de 2025).
- 54 Boukary Sangare, “Fulani People and Jihadism in Sahel and West African Countries”, Foundation for Strategic Research, 8 de fevereiro de 2019, <https://www.frstrategie.org/en/programs/observatoire-du-monde-arabo-musulman-et-du-sahel/fulani-people-and-jihadism-sahel-and-west-african-countries-2019> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 55 Pierre Prier, “Africa. The Living Memory of the Usman Dan Fodio’s Caliphate”, Orient XXI, 2019, <https://orientxxi.info/magazine/africa-the-living-memory-of-the-usman-dan-fodio-s-caliphate,3556> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 56 A.Thurston, “Central Mali: The Possibilities and Limits of Incorporation”, in Jihadists of North Africa and the Sahel: Local Politics and Rebel Groups, Cambridge University Press, 2020.
- 57 “Africa Surpasses 150,000 Deaths Linked to Militant Islamist Groups in Past Decade”, Africa Center for Strategic Studies, 28 de julho de 2025, <https://africa-center.org/spotlight/en-2025-mig-10-year/> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 58 “Global Terrorism Index 2025: Measuring The Impact of Terrorism”, Institute for Economics & Peace, março de 2025, <https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2025/03/Global-Terrorism-Index-2025.pdf> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 59 Ibid.
- 60 Sina Hartet e Maria Lozano, “ACN denounces new Islamist massacres in Burkina Faso”, Ajuda à Igreja que Sofre Internacional, 30 de agosto de 2024, <https://acninternational.org/acn-denounces-new-islamist-massacres-in-burkina-faso/> (acessado em 10 de julho de 2025).
- 61 “Mali crisis: Key players”, BBC News, 12 de março de 2013, <https://www.bbc.com/news/world-africa-17582909> (acessado em 21 de agosto de 2025).
- 62 “Global Terrorism Index 2025: Measuring The Impact of Terrorism”, op.cit
- 63 “Defining a new approach to the Sahel’s military-led states”, International Crisis Group, 22 de maio de 2025, <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/burkina-faso-mali-niger/defining-new-approach-sahels-military-led-states> (acessado em 10 de julho de 2025).
- 64 “The coup in Niger”, International Institute for Strategic Studies, agosto de 2024, <https://www.iiss.org/sv/publications/strategic-comments/2023/the-coup-in-niger/> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 65 Dipo Faloyin, “A coup in Gabon seems to have ended one family’s 56-year rule”, Vice News, 10 de agosto de 2023, <https://www.vice.com/en/article/a-coup-in-gabon-seems-to-have-ended-one-familys-56-year-rule/> (acessado em 14 de junho de 2024).
- 66 Wycliffe Muia, “Burkina Faso army says it foiled ‘major’ coup plot”, BBC News, 22 de abril de 2025, <https://www.bbc.co.uk/news/articles/c5ygxzpkvzno> (acessado em 19 de agosto de 2025).
- 67 B. Rukanga e N. Booty, “Guinea-Bissau: Attempted coup was foiled, says President Embaló”, BBC News, 3 de dezembro de 2023, <https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-67586556> (acessado em 19 de agosto de 2025).
- 68 Wedaeli Chibelushi, “US and British citizens among 37 sentenced to death in DR Congo coup trial”, BBC News, 13 de setembro de 2024, <https://www.bbc.co.uk/news/articles/cx2e2v2le8wo> (acessado em 19 de agosto de 2025).
- 69 Booty, N. e Akinpelu, Y., “Central African Republic President Toudera wins referendum with Wagner hep”, BBC, 7 de agosto de 2023, <https://www.bbc.com/news/world-africa-66428935> (acessado em 27 de fevereiro de 2025).
- 70 “Constitution Gabonaise 2024”, República do Gabão, <https://www.gouvernement.ga/object.getObject.do?id=3958> (acessado em 27 de dezembro de 2024).
- 71 Gérauds Wilfried Obangome, “Gabon takes historic step towards democratic renewal”, Africanews, 13 de agosto de 2024, <https://www.africanews.com/2024/04/03/gabon-takes-historic-step-towards-democratic-renewal> (acessado em 14 de junho de 2024).
- 72 Natasha Booty e Nicolas Negoce, “Togo constitution: Parliament passes reforms likened to coup”, BBC News, 20 de abril de 2024, <https://www.bbc.com/news/world-africa-68860091> (acessado em 8 de junho de 2024).
- 73 Sofia Christensen, “Burkina Faso junta leader says no elections until the country safe for voting”, Reuters, 29 de setembro de 2023, <https://www.reuters.com/world/africa/burkina-faso-junta-leader-says-no-elections-until-country-safe-voting-2023-09-29/> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 74 Morgane Le Cam, “In Mali, democracy has been indefinitely postponed”, Le Monde (Opinion), 19 de maio de 2024, https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2024/05/19/in-mali-democracy-has-been-indefinitely-postponed_6671934_23.html (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 75 “Guinea: de dezembro de (postponed) 2024 Elections”, Africa Center for Strategic Studies, 17 de janeiro de 2024, <https://africacenter.org/spotlight/2024-elections/guinea/> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 76 Dabo Alberto, “Guinea-Bissau opposition vows to ‘paralyse’ country in election timing row”, Reuters, 26 de fevereiro de 2025, <https://www.reuters.com/world/africa/guinea-bissau-opposition-vows-paralyse-country-election-timing-row-2025-02-26/> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 77 “Slavery, migration, and jihadists-the issues as Mauritania votes”, BBC News, 4 de dezembro de 2023, <https://www.bbc.com/news/articles/c51y81exdjlo> (acessado em 8 de janeiro de 2025).
- 78 “Mahamat Idriss Déby officially declared winner of presidential election”, France 24, 16 de maio de 2024, <https://www.france24.com/en/live-news/20240516-%F0%9F%94%B4-chad-junta-chief-mahamat-idriss-d%C3%A9by-officially-declared-winner-of-presidential-election> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 79 “Senegal: A triumph, a shock, and a wake-up call”, Le Monde, 26 de março de 2024, https://www.lemonde.fr/en/international/article/2024/03/26/senegal-a-triumph-a-shock-and-a-wake-up-call_6655708_4.html (acessado em 15 de fevereiro de 2025).
- 80 “Togo ruling party wins big parliamentary majority in boost for Gnassingbé”, France24, 5 de maio de 2024, <https://www.france24.com/en/africa/20240505-togo-ruling-party-wins-big-parliamentary-majority-in-boost-for-gnassingbe> (acessado em 8 de junho de 2024).

- 81 Silas Isenja, "Catholic Bishops Laud South Africa's 'overwhelming' free and fair polls", *Acia Africa*, 3 de junho de 2024, <https://www.aciafrica.org/news/11063/catholic-bishops-laud-south-africas-overwhelmingly-free-and-fair-polls> (acessado em 15 de janeiro de 2025).
- 82 "Sudan Crisis Explained", Agência da ONU para os Refugiados, 27 de fevereiro de 2025, <https://www.unrefugees.org/news/sudan-crisis-explained/#:~:text=Sudan%20has%20also%20been%20heavily,exacerbating%20food%20insecurity%20for%20families> (acessado em 10 de março de 2025).
- 83 Santino Fardol W. Dicken, "South Sudan postpones elections to 2026: A move toward inclusivity and stability", *Wilson Center*, 6 de fevereiro de 2025, <https://www.wilsoncenter.org/article/south-sudan-postpones-elections-2026-move-toward-inclusivity-and-stability> (acessado em 3 de março de 2025).
- 84 Faisal Ali, "Ethiopia and Somaliland reach historic agreement over access to Red Sea ports", *The Guardian*, 1 de janeiro de 2024, <https://www.theguardian.com/world/2024/jan/01/ethiopia-and-somaliland-reach-historic-agreement-over-access-to-red-sea-ports> (acessado em 15 de junho de 2025).
- 85 "What's Next for the Fight Against al-Shabaab in Kenya and Somalia – de agosto de 2024", *ACLED (Armed Conflict Location & Event Data Project)*, 4 de setembro de 2024, <https://acleddata.com/report/whats-next-fight-against-al-shabaab-kenya-and-somalia-august-2024/> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 86 "Government ends extra vetting for ID registration in borders counties", *Presidente da República do Quênia*, 5 de fevereiro de 2025, <https://www.president.go.ke/government-ends-extra-vetting-for-id-registration-in-borders-counties/> (acessado em 19 de agosto de 2025).
- 87 Burton, D. e Kim M., "Muslim terrorists slaughter record numbers of Christians in central Nigeria", *Truth Nigeria*, 24 de junho de 2023, <https://truthnigeria.com/2023/06/muslim-terrorists-slaughter-record-numbers-of-christians-in-central-nigeria/> (acessado em 13 de maio de 2025).
- 88 Masara Kim, "Nigeria under invasion", *Truth Nigeria*, 2 de janeiro de 2024, <https://truthnigeria.com/2024/01/christmas-massacre-led-by-3000-investigating-terrorists/> (acessado em 13 de maio de 2025).
- 89 "Nigeria: Up to 200 Dead in Worst Killing Spree", *ACN - Ajuda à Igreja que Sofre*, 28 de maio de 2025, <https://acninternational.org/nigeria-up-to-200-dead-in-worst-killing-spree/> (acessado em 15 de junho de 2025).
- 90 "Heroic staff save pupils as gunmen attack Catholic school at night", *ACN - Ajuda à Igreja que Sofre*, 2nd May 2025, <https://acninternational.org/heroic-staff-save-pupils-as-gunmen-attack-catholic-school-at-night/> (acessado em 15 de junho de 2025).
- 91 Chinedu Asadu, "M23 rebels seize key towns in eastern Congo as violence intensifies", *Associated Press*, 16 de fevereiro de 2025, <https://apnews.com/article/m23-rebels-congo-nyanzale-north-kivu-5ab5f58872065924343f06696c0689a4> (acessado em 24 de julho de 2025).
- 92 Antoine Roger Lokongo, "DRC bishops face backlash over peace plan", *The Pillar*, 24 de março de 2025, <https://www.pillaratholic.com/p/drc-bishops-face-backlash-over-peace> (acessado em 28 de julho de 2025).
- 93 2025 Global Report on Internal Displacement (GRID), *Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC)*, 13 de maio de 2025, <https://api.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/idmc-grid-2025-global-report-on-internal-displacement.pdf> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 94 "Refugee Statistics, UN Refugees (Refugee Facts)" (final de abril de 2025), <https://www.unrefugees.org/refugee-facts/statistics/> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 95 Wendy Williams, "African Migration Trends to Watch in 2025", *Africa Center for Strategic Studies*, 3 de fevereiro de 2025, <https://africacenter.org/spotlight/migration-trends-2025/> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 96 "Memórias de 7 anos de terror em Cabo Delgado", *Ajuda à Igreja que Sofre (Portugal)*, fevereiro de 2024, <https://fundacao-ais.pt/memorias-de-7-anos-de-terror-em-cabo-delgado/> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 97 Ibid.
- 98 "Mozambique: Church focused on promoting interreligious dialogue in terrorist-plagued north", *ACN - Ajuda à Igreja que Sofre Internacional*, 13 de junho de 2023, <https://acninternational.org/church-focuses-on-interreligious-dialogue-in-mozambique/> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 99 "Les associations islamiques se mobilisent contre les discours haineux sur les réseaux sociaux", *RFI*, 14 de julho de 2025, <https://www.rfi.fr/fr/afrique/20250714-burkina-faso-associations-islamiques-mobilisent-contre-les-discours-haineux-reseaux-sociaux-sensibilisation> (acessado em 30 de agosto de 2025).
- 100 Ver Alberto Quintavalla e Jeroen Temperman (eds.), *Artificial Intelligence and Human Rights*, Oxford University Press, 2023.
- 101 "Message of His Holiness Pope Francis for the 57th World Day of Peace", *Santa Sé*, 1 de janeiro de 2024, <https://www.vatican.va/content/francesco/en/messages/peace/documents/20231208-messaggio-57giornatamondiale-pace2024.html> (acessado em 6 de agosto de 2025).
- 102 Yugang He, "Artificial intelligence and socioeconomic forces: transforming the landscape of religion", *Humanities and Social Sciences Communications*, vol. 11, n.º 602, 2024, <https://doi.org/10.1057/s41599-024-03137-8>; Nadia Nooreydzan, "India's religious AI chatbots are speaking in the voice of god – and condoning violence", *Rest of World*, 9 de maio de 2023, <https://restofworld.org/2023/chatgpt-religious-chatbots-india-gitagpt-krishna/>; Edibe Betul Yucer, "Will Artificial Intelligence reshape how we practice religion?", *TRT Global*, 3 de dezembro de 2024, <https://trt.global/world/article/18239230> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 103 Andri Nirwana et al., "SWOT Analysis of AI Integration in Islamic Education: Cognitive, Affective, and Psychomotor Impacts", *Qubahan Academic Journal*, vol. 5, n.º 1, março de 2025, <https://doi.org/10.48161/qaj.v5n1a1498> <https://doi.org/10.48161/qaj.v5n1a1498> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 104 Michael Voskoboinik, "AI in the Classroom: Connecting to Ancestors with AI", *HaYidion: The Prizmah Journal*, Center for Jewish Day Schools, Outono de 2023, <https://prizmah.org/hayidion/ai-and-tech/ai-classroom> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 105 Christos Papakostas, "Artificial Intelligence in Religious Education: Ethical, Pedagogical, and Theological Perspectives", *Religions* 16, n.º 5, 563, abril de 2025, <https://www.mdpi.com/2077-1444/16/5/563>; Rico C. Jacoba, "Exploring the Role of Artificial Intelligence in Interreligious Discourse", *Religion and Social Communication*, vol. 21, n.º 2, 2023, pp. 375-400, <https://asianresearchcenter.org/blog/articles/exploring-the-role-of-artificial-intelligence-in-interreligious-discourse> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 106 Harris Wiseman, "Generative AI Cannot Replace a Spiritual Companion or Spiritual Advisor", *Christian Perspectives on Science and Technology*, vol. 3, 3 de abril de 2025, <https://doi.org/10.58913/REGES291> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 107 Cathrin Schaer, "How extremist groups like 'Islamic State' are using AI", *Deutsche Welle (DW)*, 10 de julho de 2024, <https://www.dw.com/en/how-extremist-groups-like-islamic-state-are-using-ai/a-69609398> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 108 Mykola Makhortykh, "AI and the Holocaust: rewriting history? The impact of artificial intelligence on understanding the Holocaust", *UNESCO*, Paris, 2024, <https://www.gcedclearinghouse.org/sites/default/files/resources/240178eng.pdf> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 109 "Using artificial intelligence to stop vandalism on historic sites", *Canterbury Christ Church University*, 10 de janeiro de 2024, <https://www.canterbury.ac.uk/news/2024/using-artificial-intelligence-to-stop-vandalism-on-historic-sites>; Ben Emmerson, "Civilian impact of remotely piloted aircraft", capítulo III, Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of human rights and fundamental freedoms while countering terrorism to the UN Human Rights Council, A/HRC/25/59, 11 de março de 2014, <https://docs.un.org/en/A/HRC/25/59>; "Ensuring use of remotely piloted aircraft or armed drones in counterterrorism and military operations in accordance with international law, including international human rights and humanitarian law", *Conselho dos Direitos Humanos da ONU*, Resolução 25/22, A/HRC/RES/25/22, 15 de abril de 2014, <https://docs.un.org/en/A/HRC/RES/25/22> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 110 Niccola Milnes e Rida Lyammouri, "Countering Jnim's Drone Proliferation in the Sahel", *Policy Center for the New South*, julho de 2025, p. 5, https://www.policycenter.ma/sites/default/files/2025-07/PP_24-25%20%28Niccola%20Milnes%20%26%20Rida%20Lyammouri%20_9.pdf (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 111 Daniel Sprick, "Predictive Policing in China: An Authoritarian Dream of Public Security", *Navein Reet: Nordic Journal of Law and Social Research (NN-JLSR)*, n.º 9, 2019, pp. 299-324, https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3700785 (acessado em 23 de julho de 2025).
- 112 Beatrice Nolan, "A smuggled North Korean smartphone reveals how the regime censors information, including screenshotting users activities every five minutes", *Fortune*, 4 de junho de 2025, <https://fortune.com/2025/06/04/north-korea-smartphone-censorship-screenshots-every-five-minutes/> (acessado em 23 de julho de 2025).
- 113 Taimur Aimen, "Cognitive freedom and legal accountability: Rethinking the EU AI act's theoretical approach to manipulative AI as unacceptable risk", *Cambridge Forum on AI, Law and Governance* 1, e20, 16 de maio de 2025, pp. 1-28, <https://www.cambridge.org/core/journals/cambridge-forum-on-ai-law-and-governance/article/cognitive-freedom-and-legal-accountability-rethinking-the-eu-ai-acts-theoretical-approach-to-manipulative-ai-as-unacceptable-risk/45F379C0707D7A4-15C042BB08088F88E>; Michael Klenk, "Ethics of generative AI and manipulation: a design-oriented research agenda", *Ethics and Information Technology*, vol. 26, n.º 9, 2024, <https://link.springer.com/article/10.1007/s10676-024-09745-x#citeas> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 114 Comitê de Ministros, "Declaration by the Committee of Ministers on the Manipulative Capabilities of Algorithmic Processes", *Conselho da Europa*, 13 de fevereiro de 2019, ponto 9, [https://search.coe.int/cm/#{"CoEIdentifier":\["090000168092dd4b"\],"sort":\["CoEValidationDate%20Descending"\]}](https://search.coe.int/cm/#{) (acessado em 26 de julho de 2025).
- 115 Marcello Ienca, "On Artificial Intelligence and Manipulation", *Topoi* 42, pp. 833–842, 20 de junho de 2023, <https://link.springer.com/article/10.1007/s11245-023-09940-3> (acessado em 10 de agosto de 2025).



- 116 Aengus Lynch, Caleb Larson e Sören Mindermann, “Agentic Misalignment: How LLMs Could be an Insider Threat”, Anthropic Research, 21 de junho de 2025, <https://www.anthropic.com/research/agentic-misalignment> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 117 “Big Data Analytics in Motor and Health Insurance: A Thematic Review”, European Insurance and Occupational Pensions Authority, 2019, p. 39, Luxemburgo, https://register.eiopa.europa.eu/Publications/EIOPA_BigDataAnalytics_ThematicReview_April2019.pdf; Kate Quiñones, “What is ‘debanking’ and how does it affect Catholics?”, Catholic News Agency, 25 de março de 2025, <https://www.catholicnewsagency.com/news/262917/cna-explains-what-is-debanking-and-how-does-it-affect-catholics> (acessado em 6 de agosto de 2025).
- 118 “The Rome Call for Ethics”, Renaissance Foundation, 28 de fevereiro de 2020, https://www.romecall.org/wp-content/uploads/2022/03/RomeCall_Paper_web.pdf (acessado em 26 de julho de 2025).
- 119 David Kaye, “Promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression”, Assembleia Geral das Nações Unidas, 29 de agosto de 2018, ponto 29, <https://docs.un.org/en/A/73/348> (acessado em 26 de julho de 2025).
- 120 Robert Gorwa, Reuben Binns e Christian Katzenbach, “Algorithmic content moderation: Technical and political challenges in the automation of platform governance”, Big Data & Society, vol. 7, n.º 1, de fevereiro de 2020, <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2053951719897945> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 121 “Fake message to President of Burkina Faso attributed to Pope”, Vatican News, 21 de maio de 2025, <https://www.vaticannews.va/en/world/news/2025-05/pope-leo-xiv-burkina-faso-fake-video-message.html> (acessado em 26 de julho de 2025).
- 122 “Fifth deep fake to a bishop: they clone his voice and ask for money in his name”, Zenit, 19 de julho de 2025, <https://zenit.org/2025/07/19/fifth-deep-fake-to-a-bishop-they-clone-his-voice-and-ask-for-money-in-his-name/>; Mario Ramírez Millán, “Suplantam la voz del arzobispo de Mérida-Badajoz para estafar telefónicamente”, Antenna 3, 26 de julho de 2025, https://www.antena3.com/noticias/sociedad/suplantam-voz-arzobispo-meridabadajoz-estafar-telefonicamente_202507266884d80ff4ec026a96bc56bb.html; Rosa Matas, “Suplantam con IA al obispo de Urgell para publicitar inversiones en petróleo”, La Vanguardia, 23 de maio de 2024, <https://www.lavanguardia.com/vida/20240523/9668776/suplant-tan-ia-obispo-urgell-publicitar-inversiones-petroleo.html> (acessado em 26 de julho de 2025).
- 123 Sadie Harley (ed.), “AI reveals hidden language patterns and likely authorship in the Bible”, Phys.org, 5 de junho de 2025, <https://phys.org/news/2025-06-ai-reveals-hidden-language-patterns.html>; Alexander Lozano, “Some Observations on Artificial Intelligence (AI) and Religion”, Catholic Insight, 15 de julho de 2024, <https://catholicinsight.com/2024/07/15/some-observations-on-artificial-intelligence-ai-and-religion/> (acessado em 5 de agosto de 2025); Jasmine Liu, “AI Can Help Reconstruct Ancient Texts - With Stunning Accuracy”, Hyperallergic, 24 de março de 2022, <https://hyperallergic.com/719349/ai-can-help-reconstruct-ancient-texts-with-stunning-accuracy/> (acessado em 11 de agosto de 2025).
- 124 Najmeh Bozorgmehr, “‘Robots can help issue a fatwa’: Iran’s clerics look to harness AI”, Financial Times, 24 de setembro de 2023, <https://www.ft.com/content/9c1c3fd3-4aea-40ab-977b-24fe5527300c> (acessado em 26 de julho de 2025).
- 125 Lance Eliot, “The Crucial Ways That Religion And Generative AI ChatGPT Are Crossing Fateful Faithful Paths”, Forbes, 10 de maio de 2023, <https://www.forbes.com/sites/lanceeliot/2023/05/10/the-crucial-ways-that-religion-and-generative-ai-chatgpt-are-crossing-fateful-faithful-paths/>; Lluís Oviedo, “Artificial Intelligence and Theology: Looking for a Positive – but not Uncritical – Reception”, Zygon: Journal of Religion and Science, vol. 57, n.º 4, 2022, 938–952, <https://www.zygonjournal.org/article/id/14871/> (acessado em 13 de agosto de 2025); Anne-Charlotte Muller, “Une IA chrétienne, une des grandes missions du 21e siècle ?”, Fédération romande d’Églises évangéliques (FREE), 4 de outubro de 2024, <https://lafree.info/info/une-ia-chretienne-une-des-grandes-missions-du-21e-siecle?highlight=WyJpbmRLbGxpZ2VudUJLCjhcncRpZmljaWVsbGUlLCJpbmRLbGxpZ2VudUgYXJ0aWZpY2llbGx-Ill0=> (acessado em 26 de julho de 2025).
- 126 “What are AI hallucinations?”, IBM, <https://www.ibm.com/think/topics/ai-hallucinations> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 127 Jing Zhang, Wenlong Song e Yang Liu, “Cognitive bias in generative AI influences religious education”, Scientific Report, 15, n.º 15720, 5 de maio de 2025, <https://www.nature.com/articles/s41598-025-99121-6> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 128 Claire Giangravé, “Artificial intelligence program poised to shake up Catholic education, doctrine”, Religion News Service (RNS), 24 de agosto de 2023, <https://religionnews.com/2023/08/24/artificial-intelligence-program-poised-to-shake-up-catholic-education-doctrine/> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 129 Neil McArthur, “Gods in the machine? The rise of artificial intelligence may result in new religions”, The Conversation, 15 de março de 2023, <https://theconversation.com/gods-in-the-machine-the-rise-of-artificial-intelligence-may-result-in-new-religions-201068> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 130 Jordan Wales, “The Image and the Idol: A Theological Reflection on AI Bias”, Church Life Journal, 11 de outubro de 2021, <https://churchlifejournal.nd.edu/articles/the-image-and-the-idol-a-theological-reflection-on-ai-bias/>; Mark Harris, “Inside the First Church of Artificial Intelligence”, Wired, 15 de novembro de 2017, <https://www.wired.com/story/anthony-levandowski-artificial-intelligence-religion/> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 131 “La Inteligencia Artificial. Una mirada pastoral desde América Latina y el Caribe”, Consejo Episcopal Latinoamericano y Caribeño (CELAM), janeiro de 2025, p. 84, <https://adn.celam.org/wp-content/uploads/2025/05/IA-mirada-pastoral-des-de-ALC.pdf> (acessado em 26 de julho de 2025).
- 132 Ver artigo 2.º da Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre Inteligência Artificial e Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito, Série de Tratados do Conselho da Europa, 5 de setembro de 2024, <https://rm.coe.int/1680a-fae3c> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 133 Carissan Véliz, “Moral zombies: why algorithms are not moral agents”, AI & Society, vol. 36, 16 de abril de 2021, pp. 487–497, <https://doi.org/10.1007/s00146-021-01189-x> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 134 Jovana Davidovic, “On the purpose of meaningful human control of AI”, Frontiers in Big Data, vol. 5, 2022, 9 de janeiro de 2023, <https://www.frontiersin.org/journals/big-data/articles/10.3389/fdata.2022.1017677/full> (acessado em 6 de agosto de 2025).
- 135 Card Víctor Manuel Fernández et al., “Antiqua et Nova. Note on the Relationship Between Artificial Intelligence and Human Intelligence”, Dicasterio para a Doutrina da Fé e Dicasterio para a Cultura e a Educação, 14 de janeiro de 2025, https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_dcf-doc_20250128_antiqua-et-nova_en.html; “Statement of the Commission on Ethics of COMECE: A European Call for Responsibility. Ethical demands for a human-centric artificial intelligence”, Comissão das Conferências Episcopais da União Europeia (CECE), 1 de fevereiro de 2024, <https://www.iece.eu/wp-content/uploads/sites/2/2024/02/Statement-01022024-COMECE-on-EU-AI-Act-EN.pdf>; Bishop William D. Byrne et al., “Joint Letter on Artificial Intelligence: Principles and Priorities”, Conferência Episcopal Católica dos Estados Unidos (USCCB), 9 de junho de 2025, <https://www.usccb.org/resources/joint-letter-artificial-intelligence-principles-and-priorities> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 136 “General Briefing: China”, CSW, 17 de dezembro de 2024, <https://www.csw.org.uk/2024/12/17/report/6398/article.htm> (acessado em 1 de julho de 2025).
- 137 “Xi’an Church of Abundance: Trial Against Pastors Starts with Fabricated ‘Victims’”, Bitter Winter, 1 de julho de 2025, <https://bitterwinter.org/xian-church-of-abundance-trial-against-pastors-starts-with-fabricated-victims/> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 138 “A Rew Round of Restrictions Further Constrains Religious Practice in Xinjiang”, China File, 19 de abril de 2024 - <https://www.chinafile.com/reporting-opinion/viewpoint/new-round-of-restrictions-further-constrains-religious-practice-xinjiang> (acessado em 1 de julho de 2025).
- 139 “China: Hundreds of Uyghur Village Names Change”, Human Rights Watch, 18 de junho de 2024, <https://www.hrw.org/news/2024/06/18/china-hundreds-uyghur-village-names-change> (acessado em 15 de junho de 2025).
- 140 Jang, S., “Repatriated N. Korean defectors who interacted with Christians sent to political prison camps”, Daily NK, 24 de abril de 2024, <https://www.dailynk.com/english/repatriated-north-korean-defectors-interacted-christians-sent-political-prison-camps/> (acessado em 16 de março de 2025).
- 141 “Country policy and information note: ethnic and religious groups, Vietnam”, dezembro de 2024, Gov.uk, <https://www.gov.uk/government/publications/vietnam-country-policy-and-information-notes/country-policy-and-information-note-ethnic-and-religious-groups-vietnam-february-2022-accessible-version> (acessado em 19 de agosto de 2025).
- 142 “Christian Persecution in Laos: Evangelical Pastor Killed”, AsiaNews, 26 de julho de 2024, <https://www.asianews.it/news-en/Christian-persecution-in-Laos-evangelical-pastor-killed-61228.html> (acessado em 30 de janeiro de 2025).
- 143 John Cosenza, “The Rise of Buddhist Ethnonationalism and Military Impunity in Myanmar”, International Christian Concern (ICC), 7 de fevereiro de 2020, <https://www.persecution.org/2020/02/07/rise-buddhist-ethnonationalism-military-impunity-myanmar/> (acessado em 11 de junho de 2025).
- 144 “Religious Freedom under attack in Burma”, Voice of America (VOA), 4 de março de 2025, <https://editorials.voa.gov/a/religious-freedom-under-attack-in-burma/7997635.html> (acessado em 11 de junho de 2025).
- 145 “Myanmar 2008”, Constitute Project, https://www.constituteproject.org/constitution/Myanmar_2008 (acessado em 19 de agosto de 2025).
- 146 “End Blasphemy Laws, Sri Lanka”, <https://end-blasphemy-laws.org/countries/asia-central-southern-and-south-eastern/sri-lanka/> (acessado em 19 de agosto de 2025).
- 147 Purohit, K., “Empty bed lost jobs; the price of Indian’s crackdown on NGO funds”, Context, 11 de julho de 2024, <https://www.context.news/money-power-people/empty-beds-lost-jobs-the-price-of-indias-crackdown-on-ngo-funds> (acessado em 10 de fevereiro de 2025).

- 148 “New anti-conversion law takes effect in Rajasthan”, International Christian Concern, 21 de fevereiro de 2025, <https://www.persecution.org/2025/02/21/new-anti-conversion-law-takes-effect-in-rajasthan/> (acessado em 19 de agosto de 2025)
- 149 “Growing violence threatens Christian existence in India”, UCA News, 24 de janeiro de 2024, <https://www.ucanews.com/news/growing-violence-threatens-christian-existence-in-india/107676> (acessado em 10 de fevereiro de 2025)
- 150 “Manipur Mods Destroyed Hundreds of Our Churches. Yet God Calls Us Christians to Repent”, Christianity Today, 9 de agosto de 2023, <https://www.christianitytoday.com/2023/08/manipur-kuki-india-christian-persecution-pastor-imphal/> (acessado em 10 de fevereiro de 2025)
- 151 Rozario, R., “Christians in Nepal persecuted by religious and political decree”, UCA News, 7 de maio de 2021, <https://www.ucanews.com/news/christians-in-nepal-persecuted-by-religious-and-political-decree/92379> (acessado em 15 de maio de 2025).
- 152 “Church attacked as part of growing trend”, Voice of the Martyrs, 14 de setembro de 2024, <https://www.vomcanada.com/np-2023-09-14.htm> (acessado em 15 de maio de 2025).
- 153 “Nepal: Police seal illegal church after Hindu organisations protest against mass conversion of Dalits into Christianity, demands action against Pastor who converted from Hinduism”, OP India, 31 de agosto de 2024, <https://www.opindia.com/2024/08/nepal-police-locks-church-after-hindu-organisations-protest-against-mass-conversion-of-dalits-into-christianity/> (acessado em 15 de maio de 2025).
- 154 Kallol Mustafa, “The shadow of Digital Security Act over Cyber Protection Ordinance”, The Daily Star, 28 de dezembro de 2024, <https://www.thedailystar.net/opinion/views/news/the-shadow-digital-security-act-over-the-cyber-protection-ordinance-3785841> (acessado em 20 de janeiro de 2025).
- 155 “Bangladesh Interim Government Lifts Ban on Jamaat-e-Islami and Islami Chhatrashibir”, DD News, 28 de agosto de 2024, <https://ddnews.gov.in/en/bangladesh-interim-govt-lifts-ban-on-jamaat-e-islami-and-islami-chhatrashibir/>; “Bangladesh revokes ban imposed on main Islamic party by ex-PM Hasina”, Reuters, 28 de agosto de 2024, <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/bangladesh-revokes-ban-imposed-main-islamic-party-by-ex-pm-hasina-2024-08-28/> (acessado em 16 de março de 2025).
- 156 John Zaw, “Ethnic groups blast Myanmar for gaps in 2014 census”, UCA News, 1 de março de 2018, <https://www.ucanews.com/news/ethnic-groups-blast-myanmar-for-gaps-in-2014-census/81663> (acessado em 20 de agosto de 2025).
- 157 “A Brief Overview of the Ethnic Minorities of Burma”, Humanitarian Aid Relief Trust, 8 de fevereiro de 2021, <https://www.hart-uk.org/a-brief-overview-of-the-ethnic-minorities-of-burma/> (acessado em 20 de agosto de 2025).
- 158 “Burma”, 2022 Report on International Religious Freedom, Departamento de Estado Norte-Americano, 15 de maio de 2023, <https://www.state.gov/reports/2022-report-on-international-religious-freedom/burma/> (acessado em 21 de agosto de 2025); Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, “Burma”, 2023 Report on International Religious Freedom, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/reports/2023-report-on-international-religious-freedom/burma/> (acessado em 20 de agosto de 2025).
- 159 Maung-Myoe, “Building the Tatmadaw”, 2009, https://www.researchgate.net/profile/Maung-Myoe/publication/272092747_Building_the_Tatmadaw/links/54dac5d50cf2ba88a68de69a/Building-the-Tatmadaw.pdf (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 160 John Curtis, “Research Briefing”, Biblioteca da Câmara dos Comuns, 9 de abril de 2025, <https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-10227/CBP-10227.pdf> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 161 M. del Mar Hidalgo Garcia, “Myanmar: Fragmentation and Humanitarian Crisis, IEEE.ES Analysis Paper 34/2025”, https://www.defensa.gob.es/documents/2073105/2564257/myanmar_2025_dieea34_eng.pdf/c3dc338e-9547-8f39-27d5-022ae0dc4c3c?t=1746995121228 (acessado em 18 de agosto de 2025).
- 162 Py Thet, “Myanmar Abrogated Reforms and Hate Speech Circle”, <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/religion/cfis/advocacy-hatred/subm-advocacy-hatred-based-cso-equality-myanmar-annex.pdf> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 163 “Burma: Four ‘Race and Religion Protection Laws’ Adopted”, Biblioteca do Congresso, 14 de setembro de 2015, <https://www.loc.gov/item/global-legal-monitor/2015-09-14/burma-four-race-and-religion-protection-laws-adopted/> (acessado em 20 de agosto de 2025).
- 164 Robin Gomes, “Myanmar coup anniversary: Cardinal Bo urges Christians to be ‘wounded healers’”, Vatican News, 31 de janeiro de 2022, <https://www.vaticannews.va/en/church/news/2022-01/myanmar-military-coup-anniversary-bishops-cardinal-bo-appeals.html> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 165 Autores vários, “History of Muslim Minorities in Myanmar Revisited”, Jurnal Iman dan Spiritualitas, eISSN: 2775-4596, vol. 5, n.º 2, 2025, https://journal.uinsgd.ac.id/index.php/jis/article/download/44711/13674/126395?_cf_chl_tk=L-JxRA3Xf9kbA1MyYTR.QCCKBi07GVM2q.eQ6yZuaEaYl-1755531996-1.0.1.1-S1aeq2dE-qN6qEmFmN8x75z5DeMxPMNul8QwzrhW2SY (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 166 Grant Peck, “UN rights chief raises alarm about Myanmar’s Rohingya civilians trapped by fighting”, AP News, 24 de agosto de 2024, <https://apnews.com/article/myanmar-arakan-army-rakhine-rohingya-0dbdb-7270b715a0779d40a60a6792825> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 167 “Myanmar: Promised investigation into senior monk’s shooting must actually take place”, Amnesty Internacional, 25 de junho de 2024, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2024/06/myanmar-promised-investigation-into-senior-monks-shooting-must-actually-take-place/> (acessado em 20 de agosto de 2025).
- 168 “With nearly 200 destroyed, religious buildings targeted by Myanmar’s junta”, RFA Burmese, 8 de setembro de 2023, <https://www.rfa.org/english/news/myanmar/religious-buildings-09082023132748.html> (acessado em 18 de agosto de 2025)
- 169 “Military fire devastates Cathedral of Banmaw in Myanmar”, Vatican News, 8 de março de 2025, <https://www.vaticannews.va/en/church/news/2025-03/myanmar-fire-set-by-military-devastates-cathedral-of-banmaw.html> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 170 “In Johor, trader charged with insulting God, Islam, and Prophet on Facebook”, Malaysia Mail, 7 de junho de 2023, <https://www.malaymail.com/news/malaysia/2023/06/07/in-johor-trader-charged-with-insulting-god-islam-and-prophet-on-facebook/73076> (acessado em 15 de janeiro de 2025).
- 171 Fiona Tan, “Single mother, 37, sentenced to caning in M’sia for close proximity with man”, 19 de abril de 2024, <https://mothership.sg/2024/04/first-woman-caned-khalwat-malaysia/> (acessado em 25 de fevereiro de 2025).
- 172 Joseph Masilamany, “Catholic MP questioned over criticism of mandatory Halal certification”, AsiaNews, 13 de setembro de 2024, <https://www.asianews.it/news-en/Catholic-MP-questioned-over-criticism-of-mandatory-Halal-certification-61499.html> (acessado em 15 de janeiro de 2025).
- 173 “Court Orders Removal of ‘Islam’ from Man’s ID in Landmark Decision”, Persecution, 21 de agosto de 2024, <https://www.persecution.org/2024/08/21/court-orders-removal-of-islam-from-mans-id-in-landmark-decision/> (acessado em 15 de janeiro de 2025).
- 174 “Rohingyas face discrimination and hostility in Malaysia”, UCA News, 10 de agosto de 2021, <https://www.ucanews.com/news/rohingya-face-discrimination-and-hostility-in-malaysia/93653> (acessado em 15 de janeiro de 2025).
- 175 Joseph Masilamany, “Malaysian politician wants Bible back in Sarawak schools”, AsiaNews, 17 de novembro de 2024, <https://www.asianews.it/news-en/Malaysian-politician-wants-Bible-back-in-Sarawak-schools-61924.html> (acessado em 15 de janeiro de 2025).
- 176 Fathimath Shiuza, “Foreign nationals arrested in Maldives for distributing anti-religious materials; remanded for 10 Days”, Maldives Voice, 29 de março de 2024, <https://maldivesvoice.mv/722> (acessado em 16 de março de 2025).
- 177 Ibrahim H. Shihab, “Indian ‘Spiritual Guru’ Detained by Police”, Maldives Republic, 29 de setembro de 2023, <https://mvrepublic.com/main-stories-in-maldives/indian-spiritual-guru-detained-by-police/> (acessado em 16 de março de 2025).
- 178 Darryl Coote, “U.S. sanctions 20 people accused of supporting ISIS, al-Qaida in Maldives”, UPI News, 1 de agosto de 2023, <https://www.upi.com/TopNews/US/2023/08/01/sanctions-ISIS-al-Qaida-Maldives/2931690876750/> (acessado em 20 de fevereiro de 2025).
- 179 Yusriah, R., “Indonesian Women’s Alliance Warns TNI Law Could Trigger Women’s Collective Trauma”, Tempo. Co., 20 de março de 2025 https://en.tempo.co/read/1988672/indonesian-womens-alliance-warns-tni-law-could-trigger-womens-collective-trauma?tracking_page_direct (acessado em 25 de março de 2025).
- 180 Harsono, A., “Behind Bars for ‘Blasphemy’ in Indonesia”, Human Rights Watch, 23 de dezembro de 2023 <https://www.hrw.org/news/2023/12/23/behind-bars-blasphemy-indonesia> (acessado em 25 de março de 2025).
- 181 Nicole Winfield e Edna Tarigan, “In Asia, pope urges Indonesia to live up to promise of ‘harmony in diversity’, fight extremism”, AP News, 4 de setembro de 2024, <https://apnews.com/article/pope-francis-visit-indonesia-asia-05c710ad993231bd8840c75f959f2b05> (acessado em 25 de março de 2025).
- 182 Chin Soo Fang e Carmen Sin, “Once in a lifetime: More than 50,000 gather at National Stadium for Pope Francis’ mass”, The Straits Times, 13 de setembro de 2024. <https://www.straitstimes.com/singapore/once-in-a-lifetime-excitement-fills-national-stadium-as-pope-francis-arrives-for-papal-mass> (acessado em 20 de setembro de 2024).
- 183 Guinto, J. e Simonette, V., “Mindanao: Four killed in explosion at Catholic Mass in Philippines”, BBC, 3 de dezembro de 2023, <https://www.bbc.com/news/world-asia-67604592> (acessado em 21 de fevereiro de 2025).
- 184 Quinones, K., “Philippine Cardinal condemns as ‘horrendous sacrilegious act’”, Catholic News Agency, 21 de maio de 2024, <https://www.catholicnewsagency.com/news/257766/philippine-cardinal-condemns-chapel-bombing-as-horrendous-sacrilegious-act> (acessado em 21 de fevereiro de 2025).
- 185 “Philippine troops kill 11 suspected Islamic militants”, Voice of America, 2 de dezembro de 2023, <https://www.voanews.com/a/philippine-troops-kill-11-suspected-islamic-militants-/7381850.html> (acessado em 21 de fevereiro de 2025).

- 186 “Status of Human Rights in Brunei for the 47 Session of the Universal Periodic Review”, Centro Europeu para o Direito e a Justiça (ECLJ), de abril de 2025, https://upr-info.org/sites/default/files/country-document/2025-04/ECLJ_UPR47_BruneiDarussalam.pdf (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 187 “Twelve years later, \$13 billion, no plan: Offshore processing drags into its thirteenth year”, Asylum Seeker Resource Centre (ASRC), 19 de julho de 2025, <https://asrc.org.au/2025/07/19/twelve-years-later-offshore-processing/> (acessado em 10 de agosto de 2025).
- 188 Ibid.
- 189 „Ökumenischer Bericht zur Religionsfreiheit weltweit 2023, Gemeinsame Texte Nr. 28 der Deutschen Bischofskonferenz und der Evangelischen Kirche in Deutschland“, p. 105.
- 190 Artigo 36.º, https://www.constituteproject.org/constitution/China_2004?lang=en (acessado em 31 de julho de 2025).
- 191 „Ökumenischer Bericht zur Religionsfreiheit weltweit 2023”, op.cit.
- 192 “Patriotic Education Law of the People’s Republic of China (Adopted at the 6th Meeting of the Standing Committee of the Fourteenth National People’s Congress on October 24, 2023), Article 22”, http://en.npc.gov.cn.cdurl.cn/2023-10/24/c_1058444.htm (acessado em 31 de julho de 2025).
- 193 “Education Law of the People’s Republic of China, Article 8”, http://en.npc.gov.cn.cdurl.cn/2021-04/29/c_954855.htm (acessado em 31 de julho de 2025).
- 194 “The Law of the People’s Republic of China on Protection of Minors, Order of the President of the People’s Republic of China no. 57, October 17, 2020, Article 17”, http://en.npc.gov.cn.cdurl.cn/2020-10/17/c_674690.htm (acessado em 31 de julho de 2025).
- 195 “China heute, China-Zentrum St. Augustin”, p. 208, https://www.china-zentrum.de/fileadmin/PDF-Dateien/China_heute/2021/China_heute_212_Informationen.pdf (acessado em 31 de julho de 2025).
- 196 „3. Ökumenischer Bericht zur Religionsfreiheit weltweit 2023, Gemeinsame Texte Nr. 28 der Deutschen Bischofskonferenz und der Evangelischen Kirche in Deutschland“, p. 109.
- 197 M. Sudhir Selvaraj, “Acts of violence? Anti-conversion laws in India”, 2024, <https://bradscholars.brad.ac.uk/server/api/core/bitstreams/49d638c6-00ae-4f74-b2f6-9711b22262c3/content#:~:text=At%20the%20state%20level%2C%20a,particularly%20structural%20violence%20against%20Christians> (acessado em 9 de agosto de 2025).
- 198 “Catholic nun among 4 facing conversion charges in India”, UCA News, 17 de fevereiro de 2025, <https://www.ucanews.com/news/catholic-nun-among-4-facing-conversion-charges-in-india/107895> (acessado em 22nd de julho de 2025).
- 199 Saji Thomas, “Catholic nuns face increasing hostility in India”, National Catholic Reporter, 15 de maio de 2025, <https://www.ncronline.org/catholic-nuns-face-increasing-hostility-india> (acessado em 9 de agosto de 2025).
- 200 “Indian court jails first Christians under anti-conversion law”, UCA News, 23 de janeiro de 2025, <https://www.ucanews.com/news/indian-court-jails-first-christians-under-anti-conversion-law/107657> (acessado em 22 de julho de 2025).
- 201 “Christian couple released on bail”, Voice of the Martyrs, 13 de fevereiro de 2025, <https://www.vomcanada.com/in-2025-02-13.htm> (acessado em 9 de agosto de 2025).
- 202 M. Sudhir Selvaraj, “Acts of violence? Anti-conversion laws in India”, 2024, op. cit.
- 203 “Christians stripped and paraded naked, accused of conversion in India”, UCA News, 23 de janeiro de 2025, <https://www.ucanews.com/news/christians-stripped-and-paraded-naked-accused-of-conversion-in-india/109450> (acessado em 22 de julho de 2025).
- 204 Afsah, Ebrahim, “Constitutional Struggles in the Muslim World”, Universidade de Copenhaga, 2014.
- 205 Arjomand, Said Amir, The Turban for the Crown: The Islamic Revolution in Iran, Oxford University Press, 1988.
- 206 “Criminalizing Blasphemy: Implications for Egypt’s Religious Minorities”, Minority Rights Group International, 2023.
- 207 Peters, Rudolph, Islam and Human Rights, Cambridge University Press, 2003.
- 208 “Shari’ah criminal law in northern Nigeria”, Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, 2019, https://www.uscirf.gov/sites/default/files/USCIRF_ShariahLawinNigeria_report_120919%20v3R.pdf (acessado em 12 de agosto de 2025).
- 209 Hirschl, Ran, Constitutional Theocracy, Harvard University Press, 2010.
- 210 Salim, Arskal, Challenging the Secular State, University of Hawaii Press, 2008.
- 211 Hallaq, Wael B., Shari’a: Theory, Practice, Transformations, Cambridge University Press, 2009.
- 212 Michelle Xiao Liu, “The Enduring Genocide against the Yazidis: How Iraq’s Law on Religious Identity Violates the Human Rights of Yazidi Survivors of ISIS Captivity and Their Children Born of Sexual Violence”, Northwestern Journal of Human Rights, vol. 23, n.º 2 (2025), pp. 75–76
- 213 Afsah, Ebrahim, Constitutional Struggles in the Muslim World, módulo 1, Universidade de Copenhaga, 2014.
- 214 “Crown Prince: Proper documentation of Hadith underway”, Saudi Gazette, 3 de março de 2022, <https://saudigazette.com.sa/article/617731> (acessado em 15 de junho de 2025).
- 215 “Mubarak inaugurate Abrahamic Family House”, Media Office Abu Dhabi, 17 de fevereiro de 2023, <https://www.mediaoffice.abudhabi/en/tourism/saif-bin-zayed-and-nahyan-bin-mubarak-inaugurate-abudhabi-abrahamic-family-house/> (acessado em 6 de dezembro de 2024).
- 216 Rhea Mogul, “India’s Modi inaugurates Abu Dhabi’s first Hindu temple”, CNN, 14 de fevereiro de 2024, <https://edition.cnn.com/2024/02/14/india/india-modi-uae-hindu-temple-intl-hnk/index.html> (acessado em 6 de dezembro de 2024).
- 217 Ash Obel, “Morocco opens first university campus synagogue in Arab world”, The Times of Israel, 6 de novembro de 2022, <https://www.timesofisrael.com/morocco-opens-first-university-campus-synagogue-in-arab-world/> (acessado em 27 de novembro de 2024).
- 218 “Israel recognises Western Sahara as part of Morocco”, Aljazeera, 17 de julho de 2023, <https://www.aljazeera.com/news/2023/7/17/israel-recognises-western-sahara-as-part-of-morocco> (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 219 “Vatican establishes diplomatic ties with Oman, widening outreach to Islam”, Reuters, 23 de fevereiro de 2023, <https://www.reuters.com/world/vatican-establishes-diplomatic-ties-with-oman-widening-outreach-islam-2023-02-23/> (acessado em 7 de dezembro de 2024).
- 220 “New Greek Orthodox Church to open in Bahrain”, Bahrain News Agency, 23 de outubro de 2024, <https://www.bna.bh/en/NewGreekOrthodoxChurch-toopeninBahrain.aspx?cms=q8FmFJgislC2fwlZON1%2bDmp%2b%2fnm7Db%2b-bf6%2fZwckkMkA%3d> (acessado em 7 de dezembro de 2024).
- 221 “A New Dawn for Political Islam?”, Arab Barometer, 8 de maio de 2023, <https://www.arabbarometer.org/2023/05/a-new-dawn-for-political-islam/> (acessado em 13 de maio de 2025).
- 222 Cathrin Schaer, “How dangerous is the Islamist victory in Jordan’s elections?”, Deutsche Welle, 17 de setembro de 2024, <https://www.dw.com/en/does-an-islamist-victory-in-jordans-elections-spell-danger-for-the-region/a-70240899> (acessado em 2 de março de 2025).
- 223 “Country reports on terrorism 2015 – al-Nusra Front”, UNHCR (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 224 “Massacre of Christians in Sadad, Syria”, Parlamento Europeu, 2013, https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/P-7-2013-013410_EN.html (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 225 “Justification for the invitation of Ahmed al-Sharaa”, Parlamento Europeu, 2025, https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-10-2025-001071_EN.html (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 226 “Proscribed terrorist groups or organisations”, UK Home Office, atualizado a 11 de julho de 2025, <https://www.gov.uk/government/publications/proscribed-terror-groups-or-organisations--2/proscribed-terrorist-groups-or-organisations-accessible-version> (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 227 “Sanctions list materials”, Conselho de Segurança das Nações Unidas, https://main.un.org/securitycouncil/en/sanctions/1267/aaq_sanctions_list (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 228 “US revokes terrorist designation for Syrian president’s former group HTS”, Aljazeera, 7 de julho de 2025, <https://www.aljazeera.com/news/2025/7/7/us-revokes-terrorist-designation-for-syrian-presidents-former-group-hts> (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 229 “Syrian Christian leaders say Islamist government can’t protect them or Druze”, Catholic Review, 22 de julho de 2025, <https://catholicreview.org/syrian-christian-leaders-say-islamist-government-cant-protect-them-or-druze/> (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 230 “Fear among Syrian Christians after deadly attacks”, France24, 10 de março de 2025, <https://web.archive.org/web/20250311114358/https://www.france24.com/en/live-news/20250310-fear-among-syrian-christians-after-deadly-attacks> (acessado em 15 de maio de 2025).
- 231 Bassem Mroue, “What is behind latest clashes in Syria between Druze and pro-government gunmen”, The Times of Israel, 3 de maio de 2025, <https://www.timesofisrael.com/what-is-behind-latest-clashes-in-syria-between-druze-and-pro-government-gunmen/#:~:text=What%20is%20behind%20latest%20clashes%20in%20Syria%20between%20Druze%20and%20pro%20government%20gunmen> (acessado em 15 de maio de 2025).
- 232 “Constitutional declaration of the Syrian Arab Republic”, 13 de março de 2025, <https://constitutionnet.org/sites/default/files/2025-03/2025.03.13%20-%20Constitutional%20declaration%20%28English%29.pdf> (acessado em 2 de agosto de 2025).

- 233 “Libya: The ‘Morality’ Police Must Not Be Re-Established”, ICJ, 13 de novembro de 2024, <https://www.icj.org/libya-the-morality-police-must-not-be-re-established/> (acessado em 11 de fevereiro de 2025).
- 234 “Iraq extends alcohol ban”, L’Orient Today, 21 de novembro de 2024, <https://today.lorientlejour.com/article/1436460/iraq-extends-alcohol-ban.htm#:~:text=FOCUS-,Iraq%20extends%20alcohol%20ban,-Baghdad%20aligns%20with> (acessado em 28 de março de 2025).
- 235 Martin Chulov, “Iraqi customs officials ordered to impose import ban on alcohol”, The Guardian, 6 de março de 2023, <https://www.theguardian.com/world/2023/mar/06/iraq-customs-officials-ordered-impose-import-ban-alcohol#:~:text=In%20the%20country's%20Kurdish%20north,be%20unlikely%20to%20be%20approved.> (acessado em 4 de agosto de 2025).
- 236 “Thousands oppose Turkish government’s ÇEDES project aimed at creating ultra-religious, spiteful generation”, Medya News, 17 de setembro de 2023, <https://medyanews.net/thousands-oppose-turkish-governments-cedes-project-aimed-at-creating-ultra-religious-spiteful-generation/> (acessado em 4 de agosto de 2025).
- 237 “Okullara ‘manevi danışman’ projesi Ankara’da protesto edildi: Uyarıyoruz!”, Duvar, 15 de junho de 2023, <https://www.gazeteduvar.com.tr/okullara-manevi-danisman-projesi-ankarada-protesto-edildi-uyariyoruz-haber-1623924> (acessado em 21 de janeiro de 2025).
- 238 “The Islamic State’s Global Long Game and Resurgence in Syria Poses an Evolved Threat to the West”, The Institute for the study of war, 9 de janeiro de 2025, <https://www.understandingwar.org/backgrounder/islamic-state%E2%80%99s-global-long-game-and-resurgence-syria-poses-evolved-threat-west#:~:text=Donate-,THE%20ISLAMIC%20STATE%E2%80%99S%20GLOBAL%20LONG%20GAME%20AND%20RESURGENCE%20IN%20SYRIA%20POSES%20AN%20EVOLVED%20THREAT%20TO%20THE%20WEST,-Jan%209%20C%202025> (acessado em 31 de março de 2025).
- 239 “The Islamic State’s Global Long Game and Resurgence in Syria Poses an Evolved Threat to the West”, The Institute for the study of war, 9 de janeiro de 2025, <https://www.understandingwar.org/backgrounder/islamic-state%E2%80%99s-global-long-game-and-resurgence-syria-poses-evolved-threat-west#:~:text=Donate-,THE%20ISLAMIC%20STATE%E2%80%99S%20GLOBAL%20LONG%20GAME%20AND%20RESURGENCE%20IN%20SYRIA%20POSES%20AN%20EVOLVED%20THREAT%20TO%20THE%20WEST,-Jan%209%20C%202025> (acessado em 31 de março de 2025).
- 240 David Gritten e Jaroslav Lukiv, “Pakistanis and Indian among six killed in Oman attack claimed by IS”, BBC, 16 de julho de 2024, <https://www.bbc.com/news/articles/cn38vx7g2e5o> (acessado em 8 de dezembro de 2024).
- 241 “Terrorist and other militant groups in Pakistan”, Congresso Norte-Americano, <https://www.congress.gov/crs-product/IF11934> (acessado em 4 de agosto de 2025).
- 242 Aamer Raza e Elsa Imdad, “Complex Terrorism Landscape in Pakistan-Afghanistan Region: Afghan Emirate as Counter-Terror Partner”, Center for Research and Security Studies (CRSS), janeiro de 2025, https://crss.pk/wp-content/uploads/2025/01/COMPLEX_TERROR_LANDSCAPE_IN_PAKAFGHAN_REGION.pdf (acessado em 16 de março de 2025).
- 243 Nidal Al-Mughrabi e Emma Farge, “How many Palestinians has Israel’s Gaza offensive killed?”, Reuters, 30 de julho de 2025, <https://www.reuters.com/world/middle-east/how-many-palestinians-has-israels-gaza-offensive-killed-2025-03-24/> (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 244 “Let’s do our jobs – CEOs of major aid groups in Gaza warn aid system is collapsing”, Conselho Norueguês para os Refugiados, 17 de abril de 2025, <https://www.nrc.no/news/2025/april/let-us-do-our-jobs--ceos-of-major-aid-groups-in-gaza-warn-aid-system-is-collapsing> (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 245 “Situation in the State of Palestine: ICC Pre-Trial Chamber I rejects the State of Israel’s challenges to jurisdiction and issues warrants of arrest for Benjamin Netanyahu and Yoav Gallant”, ICC, 21 de novembro de 2024, <https://www.icc-cpi.int/news/situation-state-palestine-icc-pre-trial-chamber-i-rejects-state-israels-challenges> (acessado em 21 de março de 2025).
- 246 Luke Tress, “Abbas calls on UN to oust Israel at world body’s first ‘Nakba Day’ commemoration”, The Times of Israel, 15 de maio de 2023, <https://www.timesofisrael.com/abbas-calls-on-un-to-oust-israel-at-world-bodys-first-nakba-day-commemoration/> (acessado em 21 de março de 2025).
- 247 Ahmed Rasheed, “Exclusive: Iran-backed militias in Iraq ready to disarm to avert Trump wrath”, Reuters, 8 de abril de 2025, <https://www.reuters.com/world/middle-east/iran-backed-militias-iraq-ready-disarm-avert-trump-wrath-2025-04-07/#:~:text=Exclusive%3A%20Iran%20backed,By%20Ahmed%20Rasheed> (acessado em 15 de maio de 2025).
- 248 “Christianity in Iran is growing faster than anywhere else in the world”, Union of Orthodox Journalists, 23 de maio de 2025, <https://spzh.eu/en/news/86431-report-christianity-in-iran-growing-faster-than-anywhere-else-in-the-world> (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 249 Lela Gilbert, “Good news from Iran: a million new Christian believers”, Hudson Institute, 15 de junho de 2023, <https://www.hudson.org/religious-freedom/good-news-iran-million-new-christian-believers-lela-gilbert> (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 250 WFP 2025 Global Outlook, novembro de 2024, <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000162840/download/?ga=2.89767259.1971321472.1741023675-1148527003.1741023675> (acessado em 13 de maio de 2025).
- 251 “Tunisia: authorities torch migrant camp, >10k now homeless”, hic-mena, 25 de abril de 2025, <https://www.hic-mena.org/arabic/activitydetails.php?id=qGxsbaA=> (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 252 Inflation Report Third Quarter 2024, Palestine Monetary Authority, https://www.pma.ps/Portals/0/Users/002/02/2/Publications/English/Quarterly%20Reports/Inflation%20Reports/Inflation%20Rep%202024/Inf%20Rep_%202024Q3.pdf?ver=2024-12-24-081026-617×tamp=1735020733450 (acessado em 4 de agosto de 2025).
- 253 “Termination of Syria Sanctions”, Gabinete do porta-voz, Departamento de Estado Norte-Americano, 30 de junho de 2025, <https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2025/06/termination-of-syria-sanctions> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 254 “Archbishop of Homs lists emigration, sanctions and corruption as major challenges for Syria”, ACN Internacional, 1 de dezembro de 2023, <https://acninternational.org/archbishop-of-homs-lists-emigration-sanctions-and-corruption-as-major-challenges-for-syria/> (acessado em 16 de maio de 2025).
- 255 “Falling oil prices have taken toll on Iraqi economic activity, IMF says”, The National News, 15 de maio de 2025, <https://www.thenationalnews.com/business/economy/2025/05/15/iraq-imf-oil-prices/> (acessado em 15 de maio de 2025).
- 256 “Iraq: damage to Kurdistan region oil fields puts rights at risk”, Human Rights Watch, 29 de julho de 2025, <https://www.hrw.org/news/2025/07/29/iraq-damage-to-kurdistan-region-oil-fields-puts-rights-at-risk> (acessado em 4 de agosto de 2025).
- 257 “MENA ECONOMIC UPDATE, OCTOBER 2024, Growth in the Middle East and North Africa”, Banco Mundial, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099722110212426928/txt/IDU10abf75bd15b5e146f81849712be99af6ee48.txt> (acessado em 15 de maio de 2025).
- 258 “ASIA/LEBANON - General Aoun elected President. Father Zgheib: ‘positive neutrality’ is now the key formula”, Agenzia Fides, 10 de janeiro de 2025, <https://www.fides.org/en/news/75887> (acessado em 26 de fevereiro de 2025).
- 259 “Explainer: Key facts about Egypt 1 personal status draft law for Christians”, Al Ahram, 17 de dezembro de 2024, <https://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/2/537005/Egypt/Society/Explainer-Key-facts-about-Egypt-st-personal-status.aspx> (acessado em 18 de maio de 2025).
- 260 “Christians: Persecution”, Hansard, Parlamento do Reino Unido, vol. 837, coluna 546, 25 de março de 2024, <https://hansard.parliament.uk/lords/2024-03-25/debates/CB6143FE-0EAF-4202-9167-7F1D96B4F5E9/ChristiansPersecution> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 261 Papa Francisco, “‘Two kinds of persecution’, Morning meditation in the Chapel of the Domus Sanctae Marthae”, Santa Sé, 12 de abril de 2016, https://www.vatican.va/content/francesco/en/cotidie/2016/documents/papa-francesco-cotidie_20160412_two-kinds-of-persecution.html (acessado em 22 de julho de 2025).
- 262 Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos (ODIHR), “Intolerance and Discrimination against Christians: Focusing on Exclusion, Marginalization and Denial of Rights”, Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), 4 de março de 2009, <https://www.osce.org/files/f/documents/9/f/40543.pdf> (acessado em 7 de agosto de 2025).
- 263 “Christian persecution ‘at near genocide levels’”, BBC News, 3 de maio de 2019, <https://www.bbc.co.uk/news/uk-48146305> (acessado em 22 de julho de 2025).
- 264 Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos (ODIHR), Hate Crime Report, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OCSE), <https://hatecrime.osce.org/> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 265 “Intolerance and discrimination against Christians needs to be addressed, concludes OSCE meeting”, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OCSE), 4 de março de 2009, <https://www.osce.org/odihr/50684> (acessado em 22 de julho de 2025).
- 266 Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos (ODIHR), “Anti-Christian Hate Crime”, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OCSE), 31 de julho de 2018, <https://www.osce.org/odihr/389468> (acessado em 22 de julho de 2025).
- 267 James Thompson, “Report: Christians in Europe Face Rising Discrimination and Hate Crimes”, Christianity Today, 6 de janeiro de 2025, <https://www.christianitytoday.com/2025/01/christian-discrimination-in-europe-hate-crimes-oidac-report/> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 268 Arielle Del Turco, “Hostility Against Churches Is on the Rise in the United States: Analyzing Incidents from 2018-2023”, Family Research Council, fevereiro de 2024, <https://www.frc.org/issueanalysis/hostility-against-churches-is-on-the-rise-in-the-united-states#gsc.tab=0> (acessado em 3 de fevereiro de 2025).
- 269 “Arson, Vandalism, and Other Destruction at Catholic Churches in the United States”, Conferência Episcopal Católica Norte-Americana (USCCB), https://www.usccb.org/committees/religious-liberty/Backgrounder-Attacks-on-Catholic-Churches-in-US#tab--_023 (acessado em 7 de agosto de 2025).

- 270 Johnnie Furse, “Investigation: Over 9,000 crimes reported at churches across UK in just three years”, Countryside Alliance, 17 de abril de 2025, <https://www.countryside-alliance.org/features/investigation-over-9000-crimes-reported-at-churches-across-uk-in-just-3-years> (acessado em 22 de julho de 2025).
- 271 Ibid.
- 272 “Places of Worship Protective Security Scheme”, governo do Reino Unido, 13 de fevereiro de 2025, <https://www.gov.uk/guidance/places-of-worship-protective-security-scheme> (acessado em 9 de setembro de 2025).
- 273 Grégoire Gindre, “Près de 1 000 actes anti-chrétiens enregistrés en 2023, selon le ministère de l’Intérieur”, Radio chrétienne francophone (RCF), 26 de março de 2024, <https://www.rcf.fr/articles/actualite/pres-de-1-000-actes-antichretiens-enregistres-en-2023-selon-le-ministere-de> (acessado em 15 de abril de 2025).
- 274 Ibid.
- 275 “Ministry Report: 608 Incidents of Violence, Vandalism at Religious Sites in Greece in 2004”, TOVIMA International, 3 de janeiro de 2025, <https://www.tovima.com/society/ministry-report-608-incidents-of-violence-vandalism-at-religious-sites-in-greece-in-2004#:~:text=A%20total%20of%20608%20acts%20of%20violence%2C,%E2%80%93%20directed> (acessado em 10 de janeiro de 2025).
- 276 “Combating anti-Muslim hatred: Activities of the European Commission’s coordinator on combating anti-Muslim hatred”, Comissão Europeia, Estado da União, 10 de setembro de 2025, https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/combating-discrimination/racism-and-xenophobia/combating-anti-muslim-hatred_en (acessado em 9 de setembro de 2025).
- 277 Kelly Valencia, “Catholic leaders call for EU coordinator to tackle anti-Christian hate”, Premier Christian News, 31 de dezembro de 2024, <https://premierchristiannews/en/news/article/catholic-leaders-call-for-eu-coordinator-to-tackle-anti-christian-hate> (acessado em 9 de setembro de 2025).
- 278 Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, “Who We Are”, <https://www.osce.org/who-we-are> (acessado em 14 de abril de 2025).
- 279 “Les chiffres de l’antisémitisme en France”, SPCJ - Service de Protection de la Communauté Juive, <https://www.spcj.org/antisemitisme/chiffres-antisemitisme-france-2023-b> (acessado em 11 de fevereiro de 2025).
- 280 “Les chiffres de l’antisémitisme en France en 2024”, Service de Protection de la Communauté Juive, <https://www.spcj.org/antisemitisme/chiffres-de-l-antisemitisme-2024> (acessado em 21 de março de 2025).
- 281 Rapport 2023 de la Commission Consultative des Droits de l’Homme sur la Lutte contre le racisme, l’antisémitisme et la xénophobie, CNCDH, https://www.cncdh.fr/sites/default/files/2024-06/CNCDH_Les_Essentiels_Rapport_Racisme_2023_0.pdf (acessado em 11 de fevereiro de 2025); William Molinié, “Les incendies criminels d’églises en hausse de 30% l’année dernière”, Info Europe 1, <https://www.europe1.fr/societe/info-europe-1-les-incendies-criminels-deglises-en-hausse-de-30-lannee-derniere-278087> (acessado em 11 de abril de 2025).
- 282 Nadine El Bawab, “How pro-Palestinian protests unfolded on college campuses across the US: A timeline”, ABC News, 4 de maio de 2024, <https://abcnews.go.com/US/pro-palestinian-protests-unfolded-college-campus-us-timeline/story?id=109902300> (acessado em 14 de abril de 2025).
- 283 Anemona Hartocollis, “Jewish Students Describe Facing Antisemitism on Campus to Members of Congress”, New York Times, 1 de março de 2024 <https://www.nytimes.com/2024/03/01/us/antisemitism-campus-jewish-students.html#> (acessado em 14 de abril de 2025).
- 284 CST, Antisemitic Incidents 2023, p. 4, https://cst.org.uk/public/data/file/9/f/Antisemitic_Incidents_Report_2023.pdf (acessado em 14 de outubro de 2024).
- 285 “Tell MAMA recorded almost 5,000 anti-Muslim cases a year on from 7 de outubro de”, TellMAMA, 7 de outubro de 2024, <https://tellmamauk.org/tell-mama-recorded-almost-5000-anti-muslim-cases-a-year-on-from-7-october/> (acessado em 27 de novembro de 2024).
- 286 Andy Gregory, “How lies and disinformation about Southport knife attack suspect led to riots”, Independent, 31 de julho de 2024 <https://www.independent.co.uk/news/uk/crime/southport-attack-riots-far-right-social-media-b2588628.html> (acessado em 6 de novembro de 2024).
- 287 Jonathan Coffey e Judith Moritz, “Inadequate information released after Southport attack by authorities, says terror law reviewer”, 24 de fevereiro de 2025, <https://www.bbc.co.uk/news/articles/cvg1w29n0l7o> (acessado em 29 de agosto de 2025).
- 288 “Bundesweite Fallzahlen 2023 - Politisch motivierte Kriminalität”, BMI, BKA (2024) p. 11, https://www.bmi.bund.de/SharedDocs/downloads/DE/veroeffentlichungen/nachrichten/2024/pmk2023-factsheets.pdf?__blob=publicationFile&v=3 (acessado em 10 de fevereiro de 2025).
- 289 RIAS, Annual Report on Antisemitic Incidents in Germany, 25 de junho de 2024, https://report-antisemitism.de/documents/2024-06-25-rias-bund_press_release_annual_23.pdf (acessado em 14 de abril de 2025).
- 290 Marsh, S., “Anti-Muslim incidents double in Germany but overlooked by authorities, NGO says”, Reuters, <https://www.reuters.com/world/europe/anti-muslim-incidents-double-germany-overlooked-by-authorities-ngo-says-2024-06-24/> (acessado em 10 de fevereiro de 2025).
- 291 Martin Fornusek, “Faith under fire: Russia’s war on religion in Ukraine’s occupied territories”, Kyiv Independent, 4 de abril de 2024, <https://kyivindependent.com/faith-under-fire-russias-war-on-religion-in-ukraines-occupied-territories/> (acessado em 16 de janeiro de 2025).
- 292 “Про захист конституційного ладу у сфері діяльності релігійних організацій (On the Protection of the Constitutional Order in the Sphere of Activity of Religious Organisations)”, Verkhovna Rada of Ukraine, 20 de agosto de 2024, <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/3894-20#Text> (acessado em 13 de fevereiro de 2025).
- 293 Konstantin Skorin, “Ukraine’s Ban on Moscow-linked Church will have Far-Reaching Consequences”, 4 de setembro de 2024, <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2024/08/zapret-upc-v-ukraine?lang=en> (acessado em 14 de abril de 2025).
- 294 Willy Fautré, “Thousands of conscientious objectors under threat of 3-year prison terms”, Human Rights Without Frontiers, 2 de dezembro de 2024, <https://hrwf.eu/wp-content/uploads/2024/12/Ukraine-2024.pdf> (acessado em 16 de fevereiro de 2025).
- 295 Victoria Arnold, “No legal provision for alternative civilian service during mobilisation”, Forum 18 News Service, 19 de dezembro de 2022, https://www.forum18.org/archive.php?article_id=2797 (acessado em 14 de março de 2025).
- 296 “Azerbaijani Regime Ethnically Cleansed Nagorno-Karabakh According to International Fact-Finding Mission”, Freedom House, <https://freedomhouse.org/article/new-report-azerbaijani-regime-ethnically-cleansed-nagorno-karabakh-according-international> (acessado em 1 st de março de 2025).
- 297 “Azerbaijan”, USCIRF Annual Report 2024 – Recommended for Countries of Particular Concern (CPC), Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, <https://www.uscifr.gov/sites/default/files/2024-05/Azerbaijan.pdf> (acessado em 1 de março de 2025).
- 298 “Why dozens of churches in Canada have been torched and burned”, CBC News, abril de 2024, <https://www.cbc.ca/player/play/video/1.7079243> (acessado em 15 de abril de 2025).
- 299 “Feministas atacan la iglesia del Inmaculado Corazón de María en Sabadell”, Dolça Catalunya, 9 de março de 2023, <https://www.dolcatalunya.com/2023/03/feministas-atacan-la-iglesia-del-inmaculado-corazon-de-maria-en-sabadell/> (acessado em 14 de abril de 2025).
- 300 “Las víctimas del ataque yihadista de Algeciras describen ante el juez las agresiones”, La Voz de Cádiz, Campo de Gibraltar, 24 de março de 2023, <https://www.lavozdigital.es/provincia/campo-gibraltar/victimas-ataque-yihadista-algeciras-describen-ante-juez-20230324114925-ntv.html> (acessado em 14 de abril de 2025).
- 301 “La Policía detiene al agresor de los frailes del monasterio de Gilet”, Las Provincias, 10 de novembro de 2024, <https://www.lasprovincias.es/valencia/guardia-civil-detiene-hombre-agresiones-frailes-monasterio-20241110091547-nt.html?ref=https%3A%2F%2Fwww.lasprovincias.es%2Fvalencia%2Fguardia-civil-detiene-hombre-agresiones-frailes-monasterio-20241110091547-nt.html> (acessado em 14 de abril de 2025).
- 302 Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos (ODIHR), “Hate Crime Reporting: Italy 2023”, OSCE, 2023, <https://hatecrime.osce.org/reporting/italy/2023> (acessado em 27 de fevereiro de 2025).
- 303 “Public prayer gathering attacked in Zagreb”, Observatório de Intolerância e Discriminação contra os cristãos na Europa (OIDAC), <https://www.intoleranceagainstchristians.eu/index.php?id=12&case=8671> (acessado em 15 de abril de 2025).
- 304 “Ministry Report: 608 Incidents of Violence, Vandalism at Religious Sites in Greece in 2004”, Tovima, 3 de janeiro de 2025, <https://www.tovima.com/society/ministry-report-608-incidents-of-violence-vandalism-at-religious-sites-in-greece-in-2004#:~:text=A%20total%20of%20608%20acts%20of%20violence%2C,%E2%80%93%20directed> (acessado em 10 de janeiro de 2025).
- 305 Grégoire Gindre, “Près de 1 000 actes anti-chrétiens enregistrés en 2023, selon le ministère de l’Intérieur”, RCF, 26 de março de 2024, <https://www.rcf.fr/articles/actualite/pres-de-1-000-actes-antichretiens-enregistres-en-2023-selon-le-ministere-de> (acessado em 15 de abril de 2025).
- 306 Arielle Del Turco, “Hostility Against Churches Is on the Rise in the United States: Analyzing Incidents from 2018-2023”, Family Research Council, fevereiro de 2024, <https://downloads.frc.org/EF/EF24B78.pdf> (acessado em 3 de fevereiro de 2025).
- 307 “Backgrounder: Attacks on Catholic Churches in the U.S.”, Conferência Episcopal Católica Norte-Americana, https://www.usccb.org/committees/religious-liberty/Backgrounder-Attacks-on-Catholic-Churches-in-US#tab--_023 (acessado em 3 de fevereiro de 2025).
- 308 “Norwegian city under fire for refusing grants to Christian institutions”, CNE News, 11 de abril de 2023, <https://cne.news/article/2888-norwegian-city-under-fire-for-refusing-grants-to-christian-institutions> (acessado em 20 de novembro de 2024).
- 309 Observatório de Intolerância e Discriminação contra os cristãos na Europa in Europe, “Update: Prosecutor will take Päivi Räsänen case to Supreme Court”, 12 de janeiro de 2024, <https://www.intoleranceagainstchristians.eu/index.php?id=12&case=7234> (acessado em 19 de maio de 2025).

- 310 “Aartsbisschoppen schuldig aan discrimineren vrouw die opleiding tot diaken wil volgen”, De Morgen, 25 de junho de 2024, <https://www.demorgen.be/snelnieuws/aartsbisschoppen-schuldig-aan-discrimineren-vrouw-die-opleiding-tot-diaken-wil-volgen~b3defc26a/> (acessado em 7 de janeiro de 2025).
- 311 “Higgs v Farmor’s School [2025] EWCA Civ 109”, 12 de fevereiro de 2025, [\(https://www.bailii.org/cgi-bin/format.cgi?doc=/ew/cases/EWCA/Civ/2025/109.html&query=\(higgs\)+AND+\(v\)+AND+\(farmor%27s\)+AND+\(school\)\)](https://www.bailii.org/cgi-bin/format.cgi?doc=/ew/cases/EWCA/Civ/2025/109.html&query=(higgs)+AND+(v)+AND+(farmor%27s)+AND+(school)) (acessado em 27 de junho de 2025).
- 312 “Groff v DeJoy, 600 US 447 (2023)”, https://www.supremecourt.gov/opinions/22pdf/22-174_k536.pdf (acessado em 27 de junho de 2025).
- 313 “Mass arrests of religious Shias reported in Azerbaijan”, Eurasianet, <https://eurasianet.org/mass-arrests-of-religious-shias-reported-in-azerbaijan> (acessado em 15 de abril de 2025).
- 314 “Müsəlman Birliyi Hərəkatının daha bir üzvü saxlanılıb (Another member of the Muslim Unity Movement detained)”, Amerikanın Səsi, <https://www.amerikaninsesi.org/a/7044003.html> (acessado em 1 de março de 2025).
- 315 “Facing expulsion, Azerbaijan quits European parliamentary body”, Eurasianet, 25 de janeiro de 2024, <https://eurasianet.org/facing-expulsion-azerbaijan-quits-european-parliamentary-body> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 316 “Kazakhstan”, USCIRF Annual Report 2024 – Recommended for Special Watch List, Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, <https://www.uscifr.gov/sites/default/files/2024-05/Kazakhstan%202024.pdf> (15 de abril de 2025).
- 317 “KAZAKHSTAN: Still jailed despite 2021 UN ‘immediate’ release call”, Forum 18, https://www.forum18.org/archive.php?article_id=2861 (17 de dezembro de 2024).
- 318 “Kyrgyzstan”, USCIRF Annual Report 2024 – Recommended for Special Watch List, Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, <https://www.uscifr.gov/sites/default/files/2024-05/USCIRF%202024%20Annual%20Report.pdf> (acessado em 18 de dezembro de 2024).
- 319 “УКМК Ош облусундагы 60тан ашуун мечит, медресенин ишин токтотты (The State Committee for National Security has suspended the work of more than 60 mosques and madrasas in Osh region)”, Азаттык үналгысы, <https://www.azattyk.org/a/32538861.html> (acessado em 18 de dezembro de 2024).
- 320 “Диний фанатизм”: Паранжы менен сакалга Борбор Азияда эмнере каршы болууда? (‘Religious fanaticism’: Why is there opposition to the burqa and beard in Central Asia?)”, BBC News, <https://www.bbc.com/kyrgyz/articles/c6pd-q89djz5o> (acessado em 18 de dezembro de 2024).
- 321 “Tajikistan”, USCIRF Annual Report 2024 – Recommended for Countries of Particular Concern (CPC), Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, <https://www.uscifr.gov/sites/default/files/2024-05/Tajikistan.pdf> (acessado em 5 de janeiro de 2025).
- 322 Ibid.
- 323 “Turkmenistan”, Freedom in the World 2024, Freedom House, <https://freedomhouse.org/country/turkmenistan/freedom-world/2024> (acessado em 5 de fevereiro de 2025).
- 324 “Raids, literature seizures, imam detained”, Forum 18, https://www.forum18.org/archive.php?article_id=2858 (acessado em 8 de fevereiro de 2025).
- 325 “Lebapda, Moskwa hüjüminden soň, howpsuzlyk güýçlendirildi (Security tightened in Lebap after Moscow attack)”, Azat Ýewropa/Azatlyk Radiosy, <https://www.azathabar.com/a/lebabyn-hakimiyetleri-moskwa-hujuminden-son-howpsuzlygy-guyclendirdi/32879522.html> (acessado em 12 de fevereiro de 2025).
- 326 “Orsýetdäki pajygyly hüjümden soň türkmen polisiýasy dincileri gysýar (Turkmen police crackdown on religious figures after tragic attack in Russia)”, Azat Ýewropa/Azatlyk Radiosy, <https://www.azathabar.com/a/orsyetdäki-pajygyly-hujumden-son-turkmen-polisiyasy-dincileri-gysyar/32876308.html> (acessado em 12 de fevereiro de 2025).
- 327 “Former prisoner of conscience rearrested, another given 10 more years jail”, Forum 18, https://www.forum18.org/archive.php?article_id=2933 (acessado em 10 de março de 2025).
- 328 “Uzbekistan’s recent anti-religious measures present a worrisome trend for its Muslims”, Global Voices, <https://globalvoices.org/2024/02/29/uzbekistans-recent-anti-religious-measures-present-a-worrisome-trend-for-its-muslims/> (acessado em 10 de março de 2025).
- 329 “‘Либо сбреее бороду, либо сядете на 15 суток’. В Ташкенте снова начались рейды против ношения бород (‘Either you shave your beard or you go to jail for 15 days.’ Raids against wearing beards have begun again in Tashkent)”, Радио Озодлик, <https://rus.ozodlik.org/a/32812887.html> (acessado em 10 de março de 2025).
- 330 Abortion Care Guideline, ONU, 8 de março de 2022, <https://www.who.int/publications/i/item/9789240039483> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 331 Ibid.
- 332 “Law and Policy Recommendation 22: Conscientious Objection”, Abortion Care Guideline, ONU, 8 de março de 2022, <https://srhr.org/abortioncare/chapter-3/pre-abortion-3-3/law-policy-recommendation-22-conscientious-objection-3-3-9/> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 333 Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Artigo 9.º, <https://fra.europa.eu/en/law-reference/european-convention-human-rights-article-9> (acessado em 26 de agosto de 2025).
- 334 “The Right to Conscientious Objection in Lawful Medical Care (Resolution 1763)”, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, 7 de outubro de 2010, <https://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-en.asp?fileid=17909&lang=en> (acessado em 21 de julho de 2025).
- 335 “Adoption agencies shut under ‘equality’ laws”, The Christian Institute, abril de 2009, <https://www.christian.org.uk/wp-content/uploads/adoption-agencies-shut.pdf> (acessado em 21 de julho de 2025).
- 336 “The Role of the Catholic Church in Healthcare Provision Globally”, ICN, 11 de outubro de 2023, <https://www.indcatholicnews.com/news/48212> (acessado em 21 de julho de 2025).
- 337 “Grimmark v Sweden, application no. 43726/17, judgment of 11 February 2020”, ECHR, <https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-201915> (acessado em 21 de julho de 2025).
- 338 “Greater Glasgow Health Board v Doogan and Anor. [2014] UKSC 68”, https://supremecourt.uk/uploads/uksc_2013_0124_judgment_7d69fe9719.pdf (acessado em 21 de julho de 2025).
- 339 Comissão Comunitária Comum, “Arrêté du Collège réuni de la Commission communautaire commune fixant les normes que les hôpitaux doivent respecter”, Região de Bruxelas-Capital, 25 de maio de 2023, https://www.ejustice.just.fgov.be/mopdf/2023/08/04_1.pdf#Page139 (acessado em 21 de julho de 2025).
- 340 “ONU-DH insta a investigar el asesinato del sacerdote y defensor indígena de los derechos humanos, Marcelo Pérez Pérez”, ACNUR, 20 de outubro de 2024, <https://hchr.org.mx/comunicados/onu-dh-insta-a-investigar-el-asesinato-del-sacerdote-y-defensor-indigena-de-los-derechos-humanos-marcelo-perez-perez/> (acessado em 5 de agosto de 2025).
- 341 Padre Dionisio Baez, O de M., “Escuchamos el clamor de aquellos que lloran sangre”: Ante un panorama tan duro, resuena la voz de Dios”, Religión Digital, https://www.religiondigital.org/america/asamblea-red-clamor-bogota-migracion_0_2712628720.html (acessado em 2 de agosto de 2025).
- 342 “Urbi et Orbi Message, Easter 2025, St Peter’s Square”, 20 de abril de 2025, <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/urbi/documents/20250420-urbi-et-orbi-pasqua.html> (acessado em 8 de julho de 2025).
- 343 “Address to the Participants at the International Conference on ‘Religious Freedom and the Global Clash of Values’”, Salão do Concistório, 20 de junho de 2014, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/june/documents/papa-francesco_20140620_liberta-religiosa.html (acessado em 8 de julho de 2025).
- 344 “Prayer of Suffrage for the Victims, Hosh al-Bieaa (Church Square) in Mosul”, 7 de março de 2021, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/prayers/documents/papa-francesco_preghiere_20210307_preghiera-iraq.html (acessado em 8 de julho de 2025).
- 345 Papa Francisco, “Address in the United States on religious freedom”, Vaticano, 26 de setembro de 2015, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150926_usa-liberta-religiosa.html (acessado em 28 de junho de 2025).
- 346 “Document on Human Fraternity for World Peace and Living Together”, Abu Dhabi, 4 de fevereiro de 2019, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html (acessado em 8 de julho de 2025).
- 347 Papa Francisco, Evangelii Gaudium (A Alegria do Evangelho), Exortação Apostólica, 24 de novembro de 2013, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html (acessado em 28 de junho de 2025).
- 348 Papa Francisco, Fratelli tutti (Sobre a Fraternidade e a Amizade Social), Carta Encíclica, 3 de outubro de 2020, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html (acessado em 28 de junho de 2025).
- 349 Concílio Vaticano Segundo, Dignitatis Humanae (Declaração sobre a Liberdade Religiosa), Vaticano, 7 de dezembro de 1965, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html (acessado em 28 de junho de 2025).

Relatório de Liberdade Religiosa no mundo



ACN

Veja mais em:

acn.org.br/relatorio-liberdade-religiosa





Aid to the
Church in Need

ACN INTERNATIONAL

ACN (Ajuda à Igreja que Sofre no Brasil) é uma organização católica fundada em 1947 pelo Padre Werenfried van Straaten para ajudar os refugiados de guerra. Desde 2011 reconhecida como Fundação Pontifícia, a ACN dedica-se a ajudar os cristãos no mundo inteiro – através da informação, oração e ação – especialmente onde estes são perseguidos ou sofrem necessidades materiais. A ACN auxilia todos os anos uma média de 5.000 projetos em mais de 130 países graças aos donativos de seus benfeitores, uma vez que a fundação não recebe qualquer financiamento público.

ACN Brasil Ajuda à Igreja que Sofre

Rua Carlos Vitor Cocozza 149
Vila Mariana - São Paulo / SP
04017-090

0800 77 099 27
atendimento@acn.org.br

www.acn.org.br

Nossos escritórios em todo o mundo:

Austrália / Nova Zelândia

info@aidtochurch.org
www.aidtochurch.org

Alemanha

info@kirche-in-not.de
www.kirche-in-not.de

Portugal

apoio@fundacao-ais.pt
www.fundacao-ais.pt

Áustria

kin@kircheinnot.at
www.kircheinnot.at

Irlanda

info@acnireland.org
www.acnireland.org

Eslováquia

www.acnslovensko.sk
info@acnslovensko.sk

Bélgica / Luxemburgo

info@kerkinood.be
www.kerkinood.be

Itália

acs@acs-italia.org
www.acs-italia.org

Espanha

info@ayudaalaiglesianecesitada.org
www.ayudaalaiglesianecesitada.org

Brasil

atendimento@acn.org.br
www.acn.org.br

Coreia do Sul

info@churchinneed.or.kr
www.churchinneed.or.kr

Suiça

mail@kirche-in-not.ch
www.kirche-in-not.ch

Canadá

info@acn-canada.org
www.acn-canada.org

Malta

info@acnmalta.org
www.acnmalta.org

Países Baixos

info@kerkinood.nl
www.kerkinood.nl

Chile

info@acn-chile.org
www.acn-chile.org

México

info@acn-mexico.org
www.acn-mexico.org

Reino Unido

acn@acnuk.org
www.acnuk.org

Colômbia

info@acncolombia.org
www.acncolombia.org

Filipinas

info@acn-philippines.org
www.acn-philippines.org

Estados Unidos

info@churchinneed.org
www.churchinneed.org

França

info@aed-france.org
www.aed-france.org

Polónia

info@pkwp.org
www.pkwp.org

FUNDAÇÃO
PONTIFÍCIA

